

TERESA AMBRÓSIO

UM PERCURSO DE VIDA



TERESA AMBRÓSIO

UM PERCURSO DE VIDA

BIO-BIBLIOGRAFIA COMENTADA

Teresa Ambrósio: Um Percurso de Vida

Bio-Bibliografia Comentada

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Teresa Ambrósio: um percurso de vida – bio-bibliografia comentada/
coord. Manuel Miguéns, Maria José Rau.
org. Conselho Nacional de Educação
ISBN 978-972-8360-43-6

I – MIGUÉNS, Manuel

II – RAU, Maria José

III – PORTUGAL, Conselho Nacional de Educação

CDU 37

929

Edição: Conselho Nacional de Educação e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

Coordenação: Manuel Miguéns e Maria José Rau

Organização: Conselho Nacional de Educação

Apoio à Edição: Dora Alcaide

Composição e Montagem: Paula Antunes

Capa: Margarida Ambrósio Fragoso

Foto da Capa: Raul Ladeira

Impressão e Acabamento: Editorial do Ministério da Educação

1.ª Edição: Novembro de 2007

Tiragem: 1000 exemplares

ISBN: 978-972-8360-43-6

Depósito Legal: 267 911/07

© CNE – Conselho Nacional de Educação
Rua Florbela Espanca – 1700-195 Lisboa
Telefone: 217 935 245 Fax: 217 979 093
Endereço electrónico: cneme@mail.telepac.pt
Sítio: www.cnedu.pt

© IED – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
Av. Eng.º Arantes e Oliveira, n.º 5 – 3.º-B
1900-221 Lisboa
Telefone: 218 473 865
Endereço electrónico: geral@ied-pt.org
Sítio: www.ied-pt.org

SUMÁRIO

Apresentação	5
Júlio Pedrosa	7
Presidente do Conselho Nacional de Educação	
João Cravinho	11
Presidente da Comissão Directiva do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento	
1. Teresa Ambrósio, ACADÉMICA	15
Nota introdutória	17
António Nóvoa	
Na universidade	27
Cândido Marciano Silva	
Projectos e contactos internacionais	33
Mariana Gaio Alves	
Avaliação de instituições e projectos de investigação	41
Adriano Moreira	
2. Teresa Ambrósio, CIDADÃ e POLÍTICA	43
Nota introdutória	45
António Guterres	
Cidadania e intervenção social	47
Maria da Glória Garcia	
Directora Executiva do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento	55
Graça Vasconcellos	

Deputada	59
Margarida Marques	
Presidente do Conselho Nacional de Educação	81
Guilherme d'Oliveira Martins	
3. Teresa Ambrósio na ADMINISTRAÇÃO	87
Nota introdutória	89
Manuela Silva	
No Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros	93
João Salgueiro	
No Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa	97
Roberto Carneiro	
4. Curriculum Vitae	103
Passo a Passo	105
Votos de Pesar	141

Reconhecer as próprias limitações, mas procurar constantemente superá-las; reger-se pela consciência mantendo-se indiferente à apreciação social; lutar em tudo pela justiça; procurar obstinadamente compreender para poder agir; dar generosamente e exigir pouco para si, podem ser traços de personalidade. Mas esses traços de personalidade, assumidos e realizados no concreto, podem fundamentar todo um programa de vida a cumprir.

Já muito perto do seu fim, sem amargura, pacificada e serena, Teresa Ambrósio pôde ainda murmurar a quem lhe foi mais próximo: «Eu cumpri!»

J. P. Martins Barata

APRESENTAÇÃO

Júlio Pedrosa

No ano em que o Conselho Nacional de Educação completa vinte anos de existência é justo lembrar e prestar homenagem àquela que foi uma das suas ilustres presidentes, a Professora Teresa Ambrósio.

Por uma feliz coincidência de intenções, fazemo-lo em parceria com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento de que foi fundadora e que dirigiu durante perto de dez anos. De facto, quando no CNE amadurecíamos as ideias sobre a melhor forma de homenagear Teresa Ambrósio, cuja memória continua bem presente nesta casa, o Eng.º João Cravinho, em nome do IED, desafiou-nos à realização conjunta desta obra, o que de imediato aceitámos com grande entusiasmo. Cabe aqui, e desde já, um agradecimento a todos quantos se disponibilizaram para participar nesta publicação, bem como às equipas do IED e do CNE que a realizaram com um espírito de genuína parceria. Merece particular referência a Dr.ª Teresa Gaspar, que tanto se empenhou, com o Secretário-Geral do CNE, na preparação desta obra.

Estou certo que a forte personalidade da Professora Teresa Ambrósio, a sua enorme capacidade de trabalho e a sua sensibilidade para perceber o sentido das mudanças sociais que foi acompanhando são marcas que perderam na nossa comum vida institucional.

Teresa Ambrósio foi a quarta Presidente do Conselho Nacional de Educação, eleita pela Assembleia da República pela primeira vez em 1996 e reeleita em 2000, lugar que assegurou até 2002. O seu profundo conhecimento da Educação, sector onde sempre exerceu a sua actividade profissional, fosse como professora – primeiro do ensino secundário, mais tarde do ensino superior –, fosse como investigadora, planificadora ou política, era reconhecido por todos, constituindo o seu pensamento, os seus trabalhos, as intervenções que ia produzindo uma referência nacional incontornável no domínio da política educativa.

Como Presidente e animada por uma vontade firme de prestigiar o Conselho, soube manter a independência e autonomia deste órgão face ao

poder político, condição essencial para o desempenho da sua função consultiva e de concertação socioeducativa entre os vários parceiros sociais que nele se encontram representados. Digo-o com conhecimento de causa, uma vez que enquanto Ministro da Educação fui frequentemente interpellado pela Presidente do CNE sobre as orientações que o governo pretendia imprimir em várias áreas do sistema educativo. Com a sua imensa vivacidade intelectual sugeria-me sempre a necessidade de sustentar no estudo, na investigação e na reflexão aprofundada as decisões que viessem a ser tomadas e afirmava a disponibilidade do Conselho colaborar nesses trabalhos.

A Professora Teresa Ambrósio teve um percurso ímpar, uma vida preenchida sempre actuante e empenhada. Iniciou a sua actividade profissional como professora de Físico-Química no ensino secundário e desde aí nunca mais deixou de se interessar pelas questões da educação, no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, em meados dos anos 60, no GEP do Ministério da Educação, acompanhando de perto a reforma do ministro Veiga Simão, e na Universidade Nova de Lisboa, onde integrou o grupo inicial que planeou a sua criação. Seria, aliás, como professora da Universidade Nova de Lisboa que viria a terminar a sua vida académica. Desse percurso e das muitas outras intervenções cívicas e políticas dão público testemunho os depoimentos notáveis que constituem esta bio-bibliografia comentada.

Quanto a nós, ao longo destes vinte anos que constituem a vida do Conselho Nacional de Educação temos o privilégio de ter contado com a participação de Teresa Ambrósio na construção da nossa identidade institucional, primeiro como conselheira cooptada, depois como Presidente e até ao ano passado, altura em que, apesar do seu estado de saúde, não deixou de dar o seu contributo nas audições realizadas no âmbito do Debate Nacional sobre Educação. Numa das suas últimas intervenções, afirmou:

«É o Conselho o lugar onde se estudam, onde se aprofundam os problemas matriciais da educação no que diz respeito ao desenvolvimento... é o sítio da concertação educativa. Claro que é preciso formar recursos humanos, cidadãos activos, pessoas com capacidade de afirmação, pois

hoje o desenvolvimento é o desenvolvimento humano, a democracia é a democracia participativa, e tudo isto vem do conceito de educação permanente, da valorização humana e das várias perspectivas que é necessário ter.»

Inspirado nesta visão, o Conselho Nacional de Educação contará sempre com o exemplo e património de Teresa Ambrósio.

João Cravinho

Teresa Ambrósio foi fundadora, membro da Direcção desde o início e, de 1978 a 1987, Directora Executiva do IED. Foi verdadeiramente notável, pela ambição e pela eficácia, o esforço que dedicou à construção de uma instituição centrada no aprofundamento e debate público de temas tão importantes para a consolidação da democracia saída do 25 de Abril, como o desenvolvimento económico e social do país, a nível nacional, sectorial e regional, as políticas sociais e de educação, a adesão às Comunidades Europeias. Pioneira no lançamento de novas abordagens, persistente mobilizadora de participações num espectro largo de opiniões, executora de grande determinação e empenhamento estratégico, Teresa Ambrósio combinou o patrocínio prestigiado de Salgado Zenha com a ajuda da Fundação Friedrich Ebert, para fazer do IED um dos mais activos centros nacionais de produção de estudos, conferências e outras iniciativas aportadoras de valiosos contributos para o debate e a definição das mais relevantes políticas públicas estruturantes do novo regime democrático.

Esta recolha, sob o patrocínio conjunto do IED e do Conselho Nacional da Educação, de que Teresa Ambrósio foi presidente eleita pela Assembleia da República, em Maio de 1996, procura homenagear a Teresa evocando a riqueza da sua personalidade e das suas qualidades espelhadas como cidadã profissional, investigadora e docente, militante de causas cívicas, como as que dirigiu e coordenou no IED, designadamente.

Quero manifestar o nosso reconhecimento ao Conselho Nacional de Educação e ao seu Presidente, Professor Júlio Pedrosa, que prontamente abraçaram esta homenagem. Agradeço também a todos quantos para ela contribuíram com rigor, constância e eficácia. Em primeiro lugar, à Maria José Rau, incansável nos mais diversos contactos e trabalho preparatórios. Também a todos aqueles que conheceram a Teresa na docência, na investigação ou nos combates, a que deu o melhor da sua inteligência e vontade, e dessas experiências aqui quiseram deixar testemunho. Finalmente, uma palavra muito especial para o José Pedro Martins Barata, que soube sempre comunicar-nos a justa medida da sua sensibilidade e nunca nos faltou com o seu apoio.

Tive o privilégio de ser amigo da Teresa ao longo de quase cinquenta anos. Neste momento não posso deixar de me interrogar: para os que a conheceram bem ou foram seus amigos, os que com ela trabalharam ou dela receberam de qualquer modo a dádiva da sua atenção, que diferença fez a Teresa? Dou a essa interrogação uma resposta pessoal inequívoca: a Teresa fez uma enorme diferença, a que o relato seco da sua carreira plurifacetada não poderá fazer justiça. Terei de abordar o plano pessoal para que as raízes da minha homenagem possam ser reconhecidas.

Conheci a Teresa no Instituto Superior Técnico. Mas não foram aca-sos desse breve período que nos encaminharam para uma amizade simples e duradoura, ora em convívio denso de idealismos cujo objecto último apenas aparentemente terá mudado ao longo dos tempos, ora mantida pelo que nos era dado compreender à inevitável distância determinada por projectos e combates diferentes.

A Teresa foi sempre muito segura de si. Mas tinha um estilo de comunicação amigável e prestava atenção interessada aos pontos de vista de outros, sobretudo quando estavam em causa os sofismos com que os bem pensantes da época procuravam defender o *statu quo*. Penso que vinha de um meio católico um pouco tradicional. Mas isso não a constrangia a equilíbrios complicados entre a sua verdade de vida e de fé e o catolicamente correcto do Portugal retrógrado. Nesse fim dos anos 50, princípio da década de 60, sentia-a sempre aberta ao fervilhar de ideias e de idealismos de muitos que punham toda a sua esperança em grandes rupturas. No seu percurso universitário cedo se destacou como figura de referência da Juventude Universitária Católica. Não foi por esse lado que nos encontramos, pois, pela minha parte, do princípio ao fim da Universidade nunca tive qualquer tipo de relação que me fizesse sequer próximo da JUC. O que sucedeu é que, no desenvolvimento da amizade que mantinha com o Amílcar Ambrósio, angolano como eu, juntei-me a um pequeno grupo de reflexão sobre o futuro das colónias, mais especificamente, Angola e Moçambique, e o que nós poderíamos e deveríamos fazer para construir esse futuro, uma vez munidos das nossas credenciais académicas. O casal Ambrósio era o foco vital desse grupo. O início da guerra colonial, em 1961, deu-me de imediato a com-

preensão dolorosa da inutilidade absoluta desse tipo de preocupação, mas fiquei a dever a esse convívio privilegiado e intenso a oportunidade de conhecer muito bem a Teresa, entre debates amenos e explosões acaloradas, incluindo sobre as responsabilidades da Igreja na ditadura e na exploração colonial. Ficou-me para sempre a ideia de que a Teresa não deixaria de se empenhar a fundo no apoio a causas e grandes mudanças no nosso país, solidária com as forças do progresso, como então se dizia. E assim foi, de facto.

Ainda na década de 60, em 1965-68, voltámos a encontrar-nos no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, onde trabalhámos sob a direcção de João Salgueiro. Eu ocupava-me da Indústria e de uma Unidade de Avaliação de Projectos de Investimento. A Teresa tinha a seu cargo a Educação. É conhecido o que o Secretariado Técnico representou na tentativa de expor as contradições do regime. Por razões profissionais ou por vontade comum, passámos então muito tempo a discutir táticas e estratégias. Ou, simplesmente, a reflectir sobre o futuro.

Após o 25 de Abril, os nossos caminhos só voltaram a cruzar-se verdadeiramente a partir de 1979. Eleito deputado pelo PS em 1979, passei a integrar a Direcção do Grupo Parlamentar de que Salgado Zenha era Presidente e a Teresa, Vice-Presidente. Foram tempos de grande e intenso combate político, tanto dentro como fora e à volta do PS. Até 1983. Depois disso, o IED, onde eu colaborava intermitentemente, assegurou algumas pontes precárias. Mas suficientes para me aperceber bem do significado da sua obra na instituição.

Vicissitudes várias no IED levaram a sua energia e inteligência a outras instituições e a outros projectos, com particular destaque para a docência e investigação das políticas de educação, em Portugal como no plano europeu. Tarefas brilhantemente exercidas. Mas nunca abandonou a sua ligação vital ao IED. Prova disso, se necessária, o projecto de avaliação do «estado de arte» das políticas de educação em Portugal que quis realizar no IED. Faltou-lhe o tempo. Mas nunca a coragem, a lucidez e a vontade, mesmo quando soube, de forma definitiva, que o seu tempo estava inexoravelmente medido.

A Teresa fez uma enorme diferença até ao fim. E é a importância dessa diferença que aqui queremos celebrar.

1. Teresa Ambrósio, ACADÉMICA



Nota introdutória

António Nóvoa

Teresa Ambrósio (1937-2006)

Aspirações pessoais e vida universitária

«Um olhar sobre o trabalho profissional e de intervenção social que produzi ao longo de vinte anos leva-me a concluir que tudo o que realizei corresponde mais a uma construção de mim mesma, seguindo as tendências mestras da minha própria personalidade, do que aos objectivos profissionais, sociais ou culturais que me propus atingir em cada etapa da minha vida» (1987, p. 3).

Quando se procura compreender um percurso académico, o melhor é mesmo começar pelo doutoramento. Foi em Tours que Teresa Ambrósio defendeu, em 1987, a sua tese *Aspirations sociales, projets politiques et efficience socio-culturelle*, apresentada como uma contribuição para uma «psicossociologia do facto político» a partir da análise do caso português.

Teresa Ambrósio tinha cinquenta anos e a tese divide duas fases da sua trajectória académica e pessoal. As páginas iniciais, «um percurso de vida», são de uma grande clareza quanto aos propósitos que a animam: «Constatar a interferência da minha dimensão individual no produto social que eu realizo, ou a interferência do comportamento social dos grupos de que faço parte no caminho da minha construção pessoal, conduziu-me a pensar que seria interessante aprofundar, com base numa investigação psicossociológica, a interferência da subjectividade dos actores sociais na sua actividade social» (1987, p. 3).

Para trás, ficava um «conhecimento técnico da intervenção social, fruto de longos anos no planeamento da educação», mas também a participação activa e intensa na «elaboração, decisão e desenvolvimento da política educativa do meu país durante quinze anos» (1987, p. 4). A tese é

um ponto de chegada e, num certo sentido, um ajuste de contas de Teresa Ambrósio com a sua actividade técnica e política. «Ajuste de contas» na exacta medida em que a pesquisa, mais do que sobre um objecto exterior, impessoal, incide sobre a experiência, as aspirações e os projectos da autora e dos seus grupos de referência.

No segundo volume da tese, ao dar voz a nove responsáveis pelas políticas educativas, no período entre 1968 e 1982, Teresa Ambrósio mobiliza as suas próprias dúvidas e interrogações sobre a distância que separa as intenções e os factos. É este «afastamento» que a angustia socialmente e que a interpela intelectualmente. Ao transformá-lo no objecto da sua tese está a fazer um balanço da sua própria história e, ao mesmo tempo, a lançar os fundamentos da sua vida académica futura.

Esta breve evocação surge, naturalmente, dividida em duas partes: antes e depois da defesa pública da tese de doutoramento. Como epílogo, fica um apontamento tecido à volta de três conceitos que acompanharam Teresa Ambrósio ao longo da sua vida: Educação, Desenvolvimento, Complexidade.

De 1965 a 1987 – Planeamento, Intervenção, Desenvolvimento

Em 1965, com vinte e oito anos de idade, Teresa Ambrósio começa a participar em estudos de «planeamento educativo», merecendo destaque a sua acção no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e nos trabalhos da reforma do sistema educativo promovida por Veiga Simão. A presença no grupo que lança a Universidade Nova de Lisboa (1973-1975) e o papel central que desempenha no Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (1978-1987) definem uma matriz de intervenção que se encontra também na forma como encara a sua actividade política, em particular como deputada (1976-1983).

Destes vinte anos, que decorrem entre meados dos anos 60 e meados dos anos 80, fica um conjunto de experiências e de estudos, no plano nacio-

nal e internacional¹, que dão corpo a *aspirações* – conceito a que recorre com frequência – de combate às desigualdades e de promoção do desenvolvimento. No livro *Sistema de Ensino em Portugal* defende que «a democratização da educação constitui o cerne de qualquer política educativa e não pode ser considerada isoladamente do papel que o sistema educativo deve desempenhar face à problemática da igualdade social» (1981, p. 576).

Neste mesmo ano de 1981, introduz com palavras fortes a obra *Política Educacional num Contexto de Crise e Transformação Social*, fruto de um seminário organizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento²:

«E neste campo temos que ser insatisfeitos nas nossas aspirações, abertos à compreensão ampla do mundo que nos rodeia, ousados nas medidas evitando os caminhos mesquinhos da prudência quando esta é a outra face do medo. Teremos que confiar que o futuro nos pertence à escala nacional e universal e correr o risco de nos sintonizar com os apelos, utópicos talvez (mas sem as utopias como ultrapassaríamos a realidade pragmática e burocrática do dia-a-dia?) de construção de novas ordens sociais, de novas formas de viver e conviver» (1981, p. 8).

A primeira metade da década de 80 é um período de grande intensidade na vida de Teresa Ambrósio. No plano internacional, merece destaque o seu trabalho na direcção, juntamente com R. Avakov, de um estudo realizado no âmbito do Instituto Internacional de Planificação da Educação, da UNESCO, sobre estruturas industriais, mudanças tecnológicas e ensino superior em Portugal³. No plano nacional, uma parte importante das suas energias é dedicada ao Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, datando

¹ Registe-se, a título de exemplo, a direcção dos *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento*, publicados em 1972.

² Neste seminário participam, com textos que é muito interessante reler, diversos especialistas que viriam a ocupar cargos governamentais na área da Educação, tais como: Ana Benavente, António de Almeida Costa, Pedro Lourtie, José Mariano Gago, Fraústo da Silva e Marçal Grilo.

³ Este estudo tem uma primeira publicação, como «document de travail de l'IIPE», em 1982. A publicação em livro, a cargo da UNESCO, terá lugar no ano seguinte.

desta altura um conjunto de trabalhos, que se revelariam muito influentes, sobre a situação, problemas e perspectivas da juventude em Portugal⁴. Na abertura da Conferência de 1983, iniciaria a sua intervenção chamando a atenção para a importância da difusão social e da visibilidade pública dos estudos técnicos e científicos: «Uma das condições para que uma obra de arte exista, para que um saber ganhe sentido, para que uma ideia tenha consistência é que essa obra, esse saber, essa ideia sejam bem conhecidos de um público que os usufrua, partilhando, com inteligência e emoção, o esforço, o prazer e as angústias dos seus autores» (1984, p. 11).

O artigo que publica, em 1985, na revista *Análise Social*, deixa antever a problemática da sua tese de doutoramento. Situando-se no «cruzamento de uma visão sociopolítica, por um lado, e socioeducativa, por outro», interroga as aspirações sociais e políticas no sector da educação. A sua preocupação é dupla: compreender as dissonâncias entre as aspirações e as decisões políticas e, depois, entre as decisões e a capacidade de as concretizar. Dito de outro modo: «verificar, ao nível da relação entre as superestruturas de decisão (ou formulação de políticas) e os quadros sociais onde se projectam as aspirações individuais e sociais, como intervêm (ou se bloqueiam) dinâmismos de mudança social» (1985, p. 1023). Como pano de fundo desta reflexão, permanece a constatação de que os sectores que tocam de perto os indivíduos – tais como a educação e a saúde – favorecem um maior «grau de participação e de intervenção dos cidadãos na mudança».

É este património de questões e de intervenções que vai trabalhar na tese de doutoramento. Para Teresa Ambrósio, a inquietação do pensamento é indissociável de uma vontade de agir e de transformar. A sua vida é feita desta continuidade, que é também uma procura de sentido, um modo de transportar para a vida universitária as suas aspirações pessoais.

⁴ Ver, por exemplo, *Inserção Social dos Jovens* (1985) e *Os Jovens e Nós* (1986).

De 1987 a 2006 – Universidade, Formação, Ciência

Ainda que a universidade tenha entrado na vida de Teresa Ambrósio bem antes de concluir a sua tese de doutoramento, em 1987, esta data marca uma viragem no seu percurso. Doravante – e apesar da importância de que se reveste o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Educação (1996-2002) – é a matriz universitária que prevalece.

Registe-se, em primeiro lugar, o seu trabalho na criação de um Núcleo de Ciências da Educação na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Apesar das dificuldades que teve de superar, este Núcleo impôs-se na estrutura universitária, em particular com a abertura do Mestrado em Educação e Desenvolvimento a partir de 1989-90. A concepção inovadora deste curso, organizado através da participação de professores de diversas instituições nacionais e estrangeiras, permite a elaboração de teses que abrem a investigação educacional para as áreas da economia, da sociologia e da ciência política. Dando consistência a este esforço de pós-graduação, Teresa Ambrósio lança, em 1993-94, a Unidade de Investigação, Educação e Desenvolvimento, que, no decurso dos anos, se tornará uma referência importante na investigação em educação.

Assinale-se, em segundo lugar, a forma como, na articulação entre os estudos pós-graduados e a investigação científica, Teresa Ambrósio apoia e enquadra um conjunto muito significativo de teses de mestrado e de doutoramento. Os trabalhos que, sob a sua orientação académica, realizam investigadores como Ana Luísa Pires, Ana Maria Boavida, André Corsino Tolentino, António Jorge Andrade, António Teodoro, Berta Macedo, Fernando Costa, Maria da Conceição Castro Ramos, Maria do Loreto Paiva Couceiro, Maria José Gonçalves, Maria Margarida Marques, Maria Teresa Oliveira, Mariana Gaio Alves e Mariana Valente, entre muitos outros, constituem um acervo científico que merece ser devidamente valorizado.

Mencione-se, em terceiro lugar, o modo como Teresa Ambrósio contribui para a fundação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, assumindo a coordenação da Secção de Educação e Desenvolvimento, bem

como para a dinamização de redes científicas nacionais e internacionais. Desde sempre ligada aos círculos francófonos, alimenta uma colaboração permanente com colegas europeus, graças a cooperações bilaterais ou no quadro da União Europeia⁵. Nos últimos anos da sua vida, a participação na rede europeia de *Modélisation de la Complexité* permite-lhe aprofundar as suas ideias, reelaborando-as num debate epistemológico mais amplo⁶.

No espaço académico, Teresa Ambrósio não se exprime como uma SSS – «spécialiste spécialement spécialisée» –, para retomar a expressão que Raymond Buyse consagrou. Bem pelo contrário, o que a distingue é o gesto largo, um esforço amplo de compreensão, de ligação entre domínios e abordagens por vezes distantes, a busca de sentido para a complexidade das coisas humanas. A inquietação intelectual leva-a a percorrer caminhos inexplorados, mobilizando grupos e pessoas num diálogo de cultura, de formação e de conhecimento que caracteriza o que há de melhor no mundo universitário.

Educação, Desenvolvimento, Complexidade

Ainda que adquirindo distintas iluminações, há uma palavra sempre presente em Teresa Ambrósio: *desenvolvimento*. É o título da revista que publica no Instituto de Estudos para o Desenvolvimento a partir de 1984 (*Desenvolvimento*). Está no nome do mestrado que cria na Universidade Nova de Lisboa (*Educação e Desenvolvimento*). Surge na designação do centro de investigação que dirige (*Unidade de Investigação, Educação e Desenvolvimento*). Faz parte do título da sua última colectânea de textos (*Educação e Desenvolvimento*). Etc.

⁵ Ver, por exemplo, a sua contribuição, editada em várias línguas, para o volume 2 de *Teachers and trainers in vocational training* (1995).

⁶ Ver a nota que os colegas do Réseau Intelligence de la Complexité lhe dedicam, em 2006, retranscrevendo um editorial que ela própria tinha redigido, juntamente com J. P. Martins Barata, para o fórum do debate (*Inter Lettre Chemin Faisant MCX-APC*, n.º 34, 2006).

Desenvolvimento é a palavra que Teresa Ambrósio escolhe para marcar o seu compromisso com um país melhor, com uma sociedade mais justa, mais humana. *Educação* é o meio, um dos meios privilegiados, talvez mesmo o mais importante, para prosseguir este objectivo: «A política educativa é essencialmente, julgo, a tradução concreta e possível do sentir social, de que não haverá vida de qualidade, nem desenvolvimento humano, sem educação e sem aprendizagem» (2000, p. 21).

Mas Teresa Ambrósio sabe que nada será feito sem uma renovação profunda das políticas e do pensamento na área da Educação. Sem esquecer a importância dos estudos técnicos, preocupa-se agora com a decisão política, procurando compreender as «relações que se podem detectar ou estabelecer entre os conhecimentos científicos, as teorias interpretativas dos factos, das situações e dos processos educativos e os processos de tomada de decisão e definição de políticas educativas» (1992, p. 9). Esta reflexão leva-a a defender, num debate promovido pelo Presidente da República em 1998, que «o pensamento político educativo vigente, que criou e reformou o sistema educativo em décadas anteriores» tem de ser reequacionado e reinventado (1999, p. 68).

Ao mesmo tempo, dirige a sua atenção para o «estado das ciências» e, em particular, das ciências da educação, ensaiando, em vários textos e relatórios⁷, reflexões que revelam grande perspicácia e intuição. São elas que induzem, com naturalidade, uma progressiva orientação do seu trabalho no sentido das questões da *complexidade*:

«O florescimento de lógicas de valores múltiplos incorporando operacionalmente a incerteza, os avanços em áreas como a genética, a biologia molecular, a física subatómica, a astrofísica, as ciências do comportamento, as matemáticas e mesmo as próprias artes, apontam para a crescente irrupção no mundo do pensamento da percepção da complexidade. A Natureza é complexa, a natureza humana

⁷ Ver, por exemplo, «Ciências da Educação em Portugal» (1992) e *Perfil da Investigação Científica em Portugal: Ciências da Educação – Psicologia* (1998).

é complexa; as atitudes herdadas do cartesianismo, separando as abordagens disciplinares, estão em perda, por todo o lado. Tem sido sugerido mesmo que as ciências do século XXI serão as ciências da complexidade» (2004, p. 9).

Numa colectânea de textos intitulada *Educação e Desenvolvimento: Contributo para uma mudança reflexiva da Educação*, percebe-se a riqueza das ideias trabalhadas por Teresa Ambrósio na última década da sua vida. O livro abre com uma declaração de fidelidade à sua temática de sempre: «a relação entre Educação e Desenvolvimento, em torno da qual a autora tem construído um percurso académico, profissional e cívico, surge no pensamento actual cada vez mais estimulante» (2001, p. 7). E, logo de seguida, surge o convite para «a mudança necessária no pensamento, na política, nos modelos de governação, nas práticas educativas» que não pode ser alcançada senão pela *reflexibilidade*.

O que melhor define o percurso de Teresa Ambrósio é este esforço de renovação, de transformação, de procura de novas maneiras de pensar e de intervir. Sempre a vi como uma mulher insatisfeita, do ponto de vista intelectual, como uma universitária em busca de novas abordagens e perspectivas. E, no entanto, raramente convivi com uma pessoa tão serena, com um trato tão doce e envolvente.

As redes que construiu e alimentou constituem momentos altos do seu percurso académico. Teresa Ambrósio sabia tirar o melhor de cada um de nós: colegas e professores, estudantes e investigadores. Não espanta, por isso, que ao introduzir *O Século da Escola* diga que os novos modelos de regulação social são baseados em parcerias, defendendo «a necessidade de uma educação centrada na pessoa e na dimensão humana da Educação» (2001, p. 8). Olhar para a sua vida é compreender a coerência de aspirações pessoais que dão corpo a projectos políticos de intervenção social e a modos inovadores de pensar e de agir no espaço universitário.

A Teresa Ambrósio faz-nos falta.

Referências bibliográficas citadas

- Ambrósio, Teresa (coord.) (1972). *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional/Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa.
- Ambrósio, Teresa (1981). «Democratização do ensino». In Manuela Silva e M. Isabel Tamen (coord.). *Sistema de Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 575-601.
- Ambrósio, Teresa (coord.) (1981). *Política Educacional num Contexto de Crise e Transformação Social*. Lisboa: Moraes Editores/IED.
- Ambrósio, T. e Avakov, R. (dir.) (1983). *Structures industrielles, changements technologiques et enseignement supérieur au Portugal*. Paris: Unesco – Institut International de Planification de l'Éducation.
- Ambrósio, Teresa (1984). «Palavras de abertura». In *Situação, Problemas e Perspectivas da Juventude em Portugal – Conferência 1983: Comunicações e conclusões*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp. 11-17.
- Ambrósio, Teresa (1985). «Aspirações sociais e políticas de educação». *Análise Social*, vol. 21, n.ºs 87-88-89, pp. 1023-1039.
- Ambrósio, Teresa et al. (1985). *Inserção Social dos Jovens – Abordagem de uma realidade complexa*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Ambrósio, Teresa (1986). *Os Jovens e Nós – Resultados e avaliação crítica de um projecto*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Ambrósio, Teresa (1987). *Aspirations sociales, projets politiques et efficience socio-culturelle: le cas de la politique d'éducation au Portugal: contribution à une psycho-sociologie du fait politique*. Tours: Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Tours, 2 vols.
- Ambrósio, Teresa et al. (1992). *Decisões nas Políticas e Práticas Educativas*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

- Ambrósio, Teresa (1992). «Ciências da Educação em Portugal: Um lugar entre as Ciências do Homem e da Sociedade». In *O Estado das Ciências em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Ambrósio, Teresa *et al.* (1995). *Teachers and trainers in vocational training – Volume 2: Italy, Ireland and Portugal*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Ambrósio, Teresa (coord.) (1998). *Perfil da Investigação Científica em Portugal: Ciências da educação – Psicologia*. Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia/Observatório das Ciências e das Tecnologias.
- Ambrósio, Teresa (1999). «Reinventar a cultura educativa». In *A Educação e o Futuro*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 65-70.
- Ambrósio, Teresa (2000). «Aprender ao longo da vida». *Colóquio – Educação e Sociedade*, n.º 6, Nova Série, pp. 19-22.
- Ambrósio, Teresa (2001). *Educação e Desenvolvimento: Contributo para uma mudança reflexiva da Educação*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Unidade de Investigação, Educação e Desenvolvimento.
- Ambrósio, Teresa *et al.* (2001). *O Século da Escola: Entre a utopia e a burocracia*. Porto: Edições Asa.
- Ambrósio, Teresa (coord.) (2004). *Formação e Desenvolvimento Humano: Inteligibilidade das suas relações complexas*. Lisboa: MCX/APC – Atelier n.º 34.

Na universidade

Cândido Marciano Silva

Sempre conheci a Teresa na universidade, embora em momentos e circunstâncias diferentes. Em todos eles sempre pareceu ter um desígnio, uma missão, um desafio. Nunca ficou indiferente, nem sem um papel a desempenhar.

No final dos anos 50, num ponto alto das lutas académicas, a Teresa Bastos chega à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, vinda do Instituto Superior Técnico, para aí terminar a Licenciatura em Ciências Físico-Químicas. A frescura das ideias que traz ao debate, quer no que respeita ao movimento estudantil, quer, em particular, ao papel social da juventude, apanha de surpresa e influencia muitos de nós, cujos horizontes se confinavam à organização da contestação estudantil contra as medidas do governo no controlo das Associações de Estudantes.

Já aí, marcada pelas activas intervenções de Maria de Lurdes Pintasilgo, prenuncia muito da sua intervenção futura, na universidade e fora dela.

Depois de um percurso normalmente irregular de jovem licenciada que procura o seu «caminho», e no qual começa a reunir competências na problemática do desenvolvimento, nas suas repercussões educacionais e no planeamento do ensino, é convidada para o GEPAE (Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, que depois dirigiu) pelo Prof. Fraústio da Silva, para aí participar nos estudos de planeamento do Sistema Educativo. Mais tarde, ainda sob a coordenação do Prof. Fraústio, fez parte do pioneiro Gabinete de Planeamento da Universidade Nova de Lisboa (UNL), encarregado de elaborar o Plano de Criação e Desenvolvimento dessa universidade, integrado na reforma das universidades portuguesas.

Em 1974, vamos reencontrar a Teresa, já Ambrósio (apelido que se tornou sua imagem e ao qual nunca viria a renunciar), efervescente da vivacidade e do entusiasmo resultantes da sua participação activa nesse enorme desafio – a Universidade Nova, que, por necessidade de âncora material,

fora instalada, no ano anterior, em dois andares alugados da Avenida da República, em Lisboa.

Mas agora o debate era outro. Fortemente marcado pelo 25 de Abril, que entretanto ocorrera, e pelo processo revolucionário que se lhe seguiu, o que estava em causa era, por um lado, a sobrevivência da Universidade Nova como parte integrante da reforma das universidades, mas sobretudo como projecto inovador no contexto nacional em que muitos jovens acreditaram e que abraçaram. Pela primeira vez se procurava uma plataforma de encontro das humanidades, das artes, das ciências e das tecnologias. Mas o projecto começou pelos primeiros cursos de pós-graduação das universidades portuguesas (nos quais a nova universidade poderia recrutar os seus futuros docentes), e por isso a UNL foi apelidada de «elitista», mesmo que não tivesse ainda espaços próprios para os cursos de graduação.

E no gabinete da Teresa, onde se fechava quando tinha que escrever os muitos relatórios de reflexão, a música que punha a mais de 80 decibéis não seria apenas para simbolicamente cortar a ligação com o ruído exterior do debate em curso, mas sim para levantar voo e dar forma às reflexões e ideias inovadoras que deveriam estruturar a organização prática da universidade nos seus departamentos, áreas de intervenção e sectores de actividade, e também a dos seus cursos de pós-graduação e licenciaturas, que se projectavam na interdisciplinaridade e cooperação de várias culturas.

Sem nenhuma desilusão, mas consciente de que novamente o palco do debate tinha mudado, sai da universidade e abraça a vida política em 1976.

O inovador modelo da Universidade Nova, entretanto fortemente questionado pelo corporativismo universitário, sofre o seu primeiro grande revés com a divisão napoleónica da Universidade em Faculdades e Institutos. O segundo seria o abandono do projecto inicial de situar a Universidade bem a sul do Tejo. A proximidade da solução de compromisso junto à margem sul, guiada por indicadores demográficos e por razões de disponibilidade da área necessária, leva a maior parte das Faculdades a preferir, e a

insistir, em ficar na margem norte, dispersas na estrutura urbana de Lisboa. Perdeu-se assim a maior valia, o que se esperava: o ingrediente principal da universidade «*Novae*», que assentava na coexistência das várias culturas, e a oportunidade de uma experiência inovadora no ensino universitário que, efemeramente, tinha funcionado na Avenida da República.

Em 1983, a Teresa Ambrósio regressa ao Gabinete de Planeamento da Universidade Nova, entretanto repartido em vários serviços da Reitoria. A Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) sempre tinha insistido em implantar-se na localização prevista para a Universidade, na margem sul, talvez com a esperança secreta de que o espaço disponível e reservado, e a construção do que seria o futuro Hospital de Almada, hoje Garcia de Orta, atraíssem a Faculdade de Ciências Médicas e, por simpatia, outras Faculdades ainda mal instaladas em Lisboa. Talvez por essa mesma razão, a FCT teve necessidade de manter um sector de Ciências Sociais (ditas Aplicadas, para evitar «competir» com as Humanas da Avenida de Berna) que velasse pela formação humanista dos seus licenciados em Ciências e Engenharias.

É neste ambiente, ainda institucionalmente não estabilizado, que a Teresa Ambrósio é requisitada para coordenar o Núcleo de Educação entretanto criado na FCT para providenciar cursos de Profissionalização de professores do Ensino Secundário em exercício. Esta experiência, embora relutantemente aceite nalguns sectores da Faculdade, juntamente com a participação nas disciplinas de Sociologia e Psicologia da Educação do Ramo Educacional da Licenciatura em Matemática, viria mais tarde a dar-lhe a oportunidade de criar na FCT um grupo de disciplinas de Educação que abriu as portas à realização de doutoramentos nesta área. É a partir desta actividade lectiva e, em particular, a partir da obtenção, em 1987, do grau de *Docteur d'Etat ès-Lettres Sciences Humaines (Sciences de l'Education)* na Universidade de Tours (e da sua equiparação, em 1988, pela Universidade de Lisboa, na especialidade Avaliação Social da Educação), que desenvolve uma preencheda actividade de professora universitária, organizando conferências, cursos e seminários, orientando mestrados e doutoramentos, gerindo e avaliando unidades e projectos de investigação na sua área, participando na vida institucional da FCT, não só nos órgãos

adequados, como também na vida departamental, fundamentalmente transformando o Núcleo de Educação, que tinha recebido, num verdadeiro Departamento do ponto de vista funcional, que só o não foi de facto porque a política de contratação de docentes pela FCT sempre lhe foi adversa.

Sem projecto estratégico inicial, as escolas de índole tecnológica sempre tiveram grandes dificuldades em integrar um espírito de coexistência de culturas. Não sendo insensíveis à necessidade de introdução curricular de disciplinas das Humanidades e das Ciências Sociais, sempre encararam, no entanto, estes sectores como mais um competidor aos magros recursos (pessoal e orçamento). A marginalidade com que sempre foram tratadas nunca permitiu, em nenhuma das escolas, uma implantação sustentada.

E no entanto, contra ventos e marés, a Teresa Ambrósio conseguiu imprimir uma dinâmica de trabalho cuja face externa foi de grande pujança. Guardou sempre para si todas as lutas corrosivas, quer para obter uma ou outra contratação de docentes, quer para obter espaços e lugares de quadro, etc.

Foi na actividade de investigação, naturalmente não tutelada pela escola, onde pôde desenvolver toda a sua criatividade, não só nos projectos nacionais e internacionais, como nos programas de mestrado e doutoramento. Das várias edições dos Mestrados resultaram já 80 teses. Porém, dos 10 doutoramentos que orientou com sucesso (15 no âmbito da sua equipa), só logrou contratar um novo docente, o que se revelou manifestamente insuficiente para sustentar a «escola» que tinha criado. Esse enorme corpo de conhecimento que resulta da exploração sistemática da problemática educacional, que se substancia nas teses de mestrado e doutoramento, juntamente com textos seus e dos seus colaboradores, reuniu-o nos *Anais – Educação e Desenvolvimento*, que assim constituem o principal repositório da sua reflexão teórica e da investigação a si associada.

Do ponto de vista da imagem externa, no período em que presidiu ao «sector» de Ciências da Educação integrado na Secção Autónoma de Ciências Sociais Aplicadas, na FCT/UNL, primeiro como Professora Convidada

e posteriormente como Professora Associada e, sobretudo, no período em que presidiu aos destinos do Centro de Investigação (e posteriormente da UIED – Unidade de Investigação em Educação e Desenvolvimento), a actividade que desenvolveu foi sempre dotada de grande vigor e empenhamento, e significativo impacto teórico no seu meio.

Este enorme esforço (de cujas agruras nos privava, como que para nos proteger, dando uma imagem de que tudo fluía sobre rodas), e os significativos resultados obtidos, foram certamente determinantes para a sua aprovação em concurso para Professora Associada da FCT/UNL, em 1996. A abertura de um concurso na área da Educação, dentro do sector das Ciências Sociais Aplicadas, agora Departamento, a que a Teresa Ambrósio pudesse concorrer, não foi tarefa fácil.

É, no entanto, nesta altura que a sua actividade como especialista em Educação e o seu prestígio como Professora Universitária atingem um alto reconhecimento externo, com a sua eleição para Presidente do Conselho Nacional de Educação, em 1996, e a sua nomeação como consultora para questões de Educação e Investigação no Gabinete da Comissária da União Europeia, Edith Cresson (DGXXII e DGXII).

Perdida nas questiúnculas do dia-a-dia, na interface do seu nicho de trabalho com a hostilidade do ambiente envolvente, ficou a oportunidade de fazer as provas de Agregação (embora a Universidade de Tours lhe tenha atribuído o título de «Agrégée»). Não as fez formais, mas as suas intervenções no desenho das estruturas curriculares das disciplinas da Educação, e a fundamentação teórica que a sua investigação lhes trazia, foram certamente uma forma original de o fazer.

Já aposentada, preferiu organizar de forma sistemática a sua linha de pensamento na investigação, compilar o enorme corpo de conhecimento acumulado e fazer um balanço da sua actividade, no que seria certamente a sua «lição» de agregação. Já não teve tempo de a acabar, embora continuasse efervescente na frescura das ideias. Com a Teresa Ambrósio extingue-se mais um ramo viçoso do projecto inicial da Universidade «*Novae*».

Projectos e contactos internacionais

Mariana Gaio Alves

*«Provavelmente, o campo demarcado
Não basta ao coração nem o exalta;
Provavelmente, o traço da fronteira
Contra nós, amputados, o riscámos.»*

José Saramago

Creio que podemos olhar o percurso académico de Teresa Ambrósio como uma tentativa constante de ultrapassar «o campo demarcado» e «o traço da fronteira» numa busca permanente de compreensão e de construção de um conhecimento mais holístico e abrangente. Cruzar fronteiras disciplinares, ir para além das metodologias científicas tradicionais e ortodoxas, explorar novas possibilidades de conhecimento, alargando a liberdade de pensar de outro modo e de conhecer para lá dos campos já demarcados. Em todo esse movimento, os contactos e projectos internacionais constituíram, provavelmente, um elemento decisivo para desencadear e sustentar a procura de ir além de fronteiras e campos demarcados, evitando os riscos das «amputações» limitadoras das nossas próprias possibilidades.

O início da carreira académica

Um olhar sobre o percurso de formação académica de Teresa Ambrósio revela-nos que o mesmo se desenvolveu cruzando fronteiras geográficas e disciplinares. Iniciou-se com uma Licenciatura em Ciências Físico-Químicas na Universidade de Lisboa, que terminou em 1959, e prosseguiu com cursos pós-graduados na área da Educação, realizados na Universidade de Lisboa (1960), no Instituto de Estudos Sociais, em Haia (1968), e na Universidade de Grenoble (1976).

Uma parte dos textos publicados durante este período testemunha o seu contacto com organizações internacionais, como a UNESCO e a OCDE, numa fase do seu percurso em que se ocupou de diversos trabalhos,

quer no domínio do planeamento educativo, quer na análise do desenvolvimento das estruturas educativas em diversos países. Esta reflexão era particularmente premente no contexto histórico em que tinha lugar, finais dos anos 60 e década de 70, dado que a nível europeu um conjunto de profundas crises sociais e económicas obrigavam a repensar os modelos de desenvolvimento dos países. É também nesta época que é cada vez mais atribuído um papel central à Educação, enquanto elemento-chave na implementação de estratégias de desenvolvimento das regiões e dos países. Destacam-se duas referências bibliográficas desta fase:

(1968) *Equilibre entre l'Offre et la Demande de Main-d'oeuvre – Les incidences sur la Planification de l'Éducation*, Relatório de um estágio efectuado no IPE, UNESCO. Difusão restrita

(1973) *L'Analyse des Systèmes dans la Planification de l'Éducation (capítulo sobre a experiência em Portugal)*, no âmbito dos Serviços de Planeamento do Ministério da Educação, publicação da OCDE

Simultaneamente, Teresa Ambrósio está integrada nas equipas que discutem, preparam e planeiam uma mudança global do sector educativo em Portugal que ficou conhecida como «Reforma Veiga Simão», a qual deixou marcas que perduraram mesmo após a mudança política de 25 de Abril de 1974. Desse trabalho resultou um conjunto de relatórios técnicos de que é co-autora:

(em co-autoria) (1965 a 1970) *Relatórios de preparação e execução dos II e III Planos de Fomento*, Capítulos da Educação e Investigação Científica. Publicados nos documentos oficiais. Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros

(em co-autoria) (1970 a 1973) *Relatórios de preparação do IV Plano de Fomento* (Reforma Veiga Simão), cuja execução coordenou enquanto Directora de Serviços, GEP/MEN. Difusão restrita

É também após o 25 de Abril de 1974 que Teresa Ambrósio desempenha, entre 1976 e 1983, funções como deputada na Assembleia da República.

O desenvolvimento da carreira académica

Um olhar sobre o percurso profissional de Teresa Ambrósio deixa perceber que novas fronteiras geográficas e disciplinares, mas também institucionais, se cruzam a partir da década de 80. Terminado, em 1983, o período como deputada na Assembleia da República, Teresa Ambrósio envolve-se mais intensamente na carreira académica e de investigação. É então que inicia os trabalhos conducentes ao doutoramento em Ciências da Educação, na Universidade de François Rabelais, em Tours, e é também nessa época que começa a sua actividade como docente na Universidade Nova de Lisboa, mais precisamente no Núcleo de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia. De resto, a ligação de Teresa Ambrósio com a Universidade Nova de Lisboa datava de meados da década de 70, quando colaborou na elaboração do Plano de Criação dessa universidade.

Um dos primeiros trabalhos publicados, neste novo período, resulta da sua participação num projecto internacional, desenvolvido sob contrato com a UNESCO, sendo o doutoramento realizado a partir de contactos internacionais na Universidade de François Rabelais, sob orientação do Prof. George Lerbet.

(em co-autoria) (1983) *Structures Industrielles, Changements Technologiques et Enseignement Supérieur au Portugal*, UNESCO, IIEP, Paris

(1987) *Aspirations Sociales, Projets Politiques et Efficience Socio-Culturelle de l'Éducation au Portugal*. Thèse de Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines – Sciences de l'Éducation, Université François Rabelais, Tome I, Tome II

Após a conclusão do doutoramento, os projectos e contactos internacionais continuam presentes de diversas formas. Por um lado, através da presença de alguns especialistas estrangeiros nas actividades da área das Ciências da Educação que inicia e organiza na FCT/UNL (seminários, colóquios, cursos de mestrado), de que são exemplo, entre muitos outros, os contributos de Paul Bachelard (Universidade de Tours – 1989 e 1992), Don Davies (Universidade de Boston – 1990, 1994), Gerald Abegg (Universidade de Boston – 1992, 1993, 1994), Gaston Pineau (Universidade de Tours – 1992, 1993, 1994), Christine Josso (Universidade de Genève – 1994,

1995), Mateos Allaluf (Universidade Livre de Bruxelas – 1994). Por outro lado, através da participação e publicação de comunicações em congressos e colóquios internacionais. Por outro lado ainda, através da participação em projectos internacionais, dos quais referimos o Projecto EVALUE – Evaluation de l’Enseignement Supérieur, financiado pela Comissão Europeia através do programa TSER, entre 1996 e 1999, e realizado em rede com mais oito universidades europeias, e o Projecto Europeu sobre Educação Científica, da responsabilidade do Prof. Mariano Gago, que foi desenvolvido por várias equipas universitárias entre 1993 e 1995.

Deste período que se segue à conclusão do doutoramento resulta um vasto conjunto de trabalhos, publicados em revistas nacionais e internacionais, de entre os quais destacaremos as seguintes publicações internacionais:

(1989) *Limitations des Méthodes d’Observation dans l’Investigation des Processus d’Auto-Organisation des Systèmes Sociaux et Humains*, in Actes du Colloque International de la AIPELF, Lisbon

(1990) *La Recherche – Action et Production du Savoir – Compte rendu d’un table ronde*, Actes du Congrès sur Formation par Production du Savoir, Ed. Mésonance

(1993) *Continuing Higher Education in Portugal*, in Conference EUCEN – European University Continuing Education Network, Edição Universidade do Porto

(em co-autoria) (1995) *Le Valeur Formative du Concept d’Energie et l’Enseignement des Sciences*, Comunicação a XVII Journées Internationales Que Savons nous des Savoirs Scientifiques et Techniques – Ed. Chamonix, publicado em actas

(em co-autoria) (1995) *Teacher’s Personal Philosophies about Mathematics and the Senses of Problem Solving*, Comunicação apresentada ao CIEAM, Berlim

Ao longo da sua carreira académica, Teresa Ambrósio desenvolve e consolida, com a vivacidade que lhe era própria, uma determinada visão sobre Educação, no quadro da qual procurava equacionar, reconhecer e valorizar a diversidade dos espaços educativos: as escolas e os sistemas educativos, mas também o que se tornou hoje habitual designar de espaços de aprendizagem formais e informais. Esta formulação, que já é hoje bastante difundida, constituiu em dada época uma perspectiva inovadora sobre o fenómeno educativo.

Em coerência e articulação com este seu entendimento amplo de Educação, incentivava a pesquisa e análise de temas e objectos de estudo que, sendo actualmente bastante comuns, foram ao tempo inovadores no panorama das Ciências da Educação. Recorde-se, a título de exemplo, as temáticas das competências, da formação profissional, das organizações aprendentes, da aprendizagem em contexto de trabalho, das relações entre educação, emprego e trabalho, entre outras. Todas estas temáticas faziam parte de um modo de olhar a Educação que, não ignorando a escola e os sistemas educativos, pretendia transportar-nos (também) para além das fronteiras dessa escola e para além do campo desses sistemas educativos.

Tratava-se, em parte, de cruzar essas fronteiras, concebendo a Educação como um fenómeno mais abrangente e afirmando as Ciências da Educação como um campo que não se confina ao espaço da Escolaridade. Na verdade, em contraponto com a visão mecanicista e funcionalista dos trabalhos técnicos de planeamento da Educação em que participou durante longos anos, o desenvolvimento da carreira académica e de investigação de Teresa Ambrósio tem subjacente a procura de uma compreensão mais aprofundada do fenómeno educativo. Essa compreensão enfatiza a Educação como um processo antropocêntrico de construção da pessoa, no entrecruzar das suas dimensões psicológicas e sociológicas e enquadrada em contextos específicos nos planos social, cultural, político, histórico e económico.

Publicou, em 2001, com o apoio da UIED (Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento, que entretanto havia fundado na FCT/UNL), uma colectânea de textos seus que dão bem conta de todo esse entendimento amplo e abrangente de Educação.

(2001) *Educação e Desenvolvimento, contributo para uma mudança reflexiva da Educação*, edição UIED, Lisboa

Na última década, a sua intervenção como académica estendeu-se à Coordenação da Avaliação das Unidades de Investigação em Ciências da Educação e Psicologia e à actividade de Consultora na Comissão Europeia, na área da Educação e Formação. Em qualquer uma destas actividades

estava inerente o estabelecimento de contactos e redes com instituições e especialistas internacionais, beneficiando, naturalmente, do estímulo que é o confronto com aquilo que nos é dado viver e observar para além das fronteiras e dos campos que demarcam e por vezes «amputam» os nossos quotidianos.

As últimas obras que escreveu e publicou encerram, além da preocupação de explanar uma concepção de Educação holística e abrangente, uma reflexão sobre as metodologias de construção de conhecimento na investigação educativa, bem como o regresso a uma temática – a decisão política e as políticas educativas – em que se envolveu, ao longo da sua vida, quer como participante activa (enquanto técnica e deputada), quer como académica e investigadora.

A dinamização do Atelier 34, intitulado «Formação e Desenvolvimento Humano», e integrado na Rede Europeia de Modelização da Complexidade da Associação para o Pensamento Complexo (MCX-APC), de algum modo suportava e incentivava o desenvolvimento da reflexão de cariz epistemológico e metodológico sobre a pesquisa educativa. Esta ligação à Associação Europeia para o Pensamento Complexo permitia, simultaneamente, desenvolver e consolidar um caminho de investigação no qual a Educação emerge como a temática central, não dispensando a reflexão sobre as condições da produção de conhecimento no quadro do paradigma da complexidade. Deste último período destacamos uma publicação que mobiliza em simultâneo as línguas portuguesa e francesa, bem como duas outras que já depois da sua morte surgiram em editoras francesas de prestígio.

(coordenadora e co-autora) (2004) *Formação e Desenvolvimento Humano: inteligibilidade das suas relações complexas/Formation et Développement Humain: intelligibilité de leurs relations complexes*, edição MCX-APC e UIED, Lisboa

(coordenadora e co-autora) (2007) *Les Sciences de l'Éducation à la Croisée des Chemins de l'Auto-organisation*, ed. L'Harmattan, Paris

(2007) «Formation: inscrire dans la société les chemins de l'auto-organisation» in Jean-Louis Le Moigne e Edgar Morin, *Intelligence de la Complexité – Épistémologie et Pragmatique*, ed. L'Aube, Paris

Este último livro decorre do Colloque de Cerisy, que teve lugar em Junho de 2005, e os editores dedicam-no a duas portuguesas entretanto desaparecidas, uma delas Teresa Ambrósio, destacando «a sua coragem, a sua grande cultura e a sua excepcional experiência, a sua generosidade e o seu entusiasmo». Nas páginas escritas por Teresa Ambrósio nesta obra estão presentes aquelas que me parecem ser as três temáticas estruturantes no desenvolvimento do seu percurso profissional e da sua carreira académica: os questionamentos sobre a lógica da acção política, o entendimento da educação como processo antropocêntrico de desenvolvimento humano e social e a reflexão em torno de quadros epistemológicos e metodológicos de construção do conhecimento.

Creio que se tratou sempre, ao longo do seu percurso, de ir para além dos campos demarcados, evitando os riscos de amputação inerentes aos traços rígidos das fronteiras, pois «on comprend de plus en plus que ce n'est pas l'addition de l'ensemble des points de vue et des contributions partielles qui nos aide à comprendre la globalité d'un problème réel. Ce qui est difficile à trouver pour tenter d'adopter une solution pour les problèmes de manière satisfaisante pour les individus et pour le développement humain, c'est une vision holistique, vaste, ouverte des problèmes actuels (santé, sécurité, urbanisation, environnement, éducation, famille, etc.), mais cohérente, prenant en considération les relations dynamiques et récursives entre tous les différents domaines» (Ambrósio, 2007, p. 424).

Avaliação de instituições e projectos de investigação

Adriano Moreira

Não vou escrever sobre a intervenção política, designadamente na Assembleia da República, nem sobre a presidência, de que ficou memória, do Conselho Nacional de Educação, nem sobre a intervenção pedagógica e científica na área das Ciências da Educação, onde espalhou sementes estimulantes numa geração de académicos que a tiveram como professora.

Limitar-me-ei a testemunhar sobre a sua última mensagem de alerta sobre o destino da Universidade, no exercício de vogal do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, cargo que me deu a honra de aceitar, juntando-se a um grupo notável de referências na área da rede nacional do ensino superior.

Insisto nesta última expressão, correspondente a um conceito pelo qual já orientara o Conselho Nacional de Educação, indispensável para compreender e tentar racionalizar o total desencontro das evoluções da rede nacional, que inclui a rede pública, o ensino militar, a rede privada, a rede católica, universidades e politécnicos.

A dezena de volumes que documentam os debates públicos sobre essa temática, as conclusões e propostas de intervenção do poder regulador, também registam a sua presença activa e contribuição inestimável para o pensamento desenvolvido.

Mas o que tem de ser testemunhado, para além disso, e que escassamente consta das Actas breves das reuniões do Conselho, são a mensagem, a advertência, e a angústia com que antecipou a evolução da rede pública de ensino superior, com os inevitáveis efeitos colaterais sobre os restantes subsistemas.

Em primeiro lugar, a sua concepção da natureza institucional da Universidade, uma ideia que se renova mas não morre ao longo dos séculos e

das gerações, salvaguardando a autenticidade de uma busca infinda, e sobrevivente às contestações e abandonos das conclusões e propostas que pareceram pontos de chegada e foram enganosa.

A sua intransigência quanto às tentativas, ou visíveis ou acobertadas pelo véu da ignorância pública com que o poder frequentemente envolve as suas intervenções, manteve-se firme até que a vida se extinguiu, «como as velas do altar/que dão luz, e vão morrendo».

O empenho na tentativa cívica de esclarecer que o Sistema de Avaliação Nacional, instaurado pelo governo socialista do Engenheiro Guterres, e orientado pelo método da proximidade, não poderia ser licitamente substituído por um regime proclamado independente, mas de facto estruturalmente governamentalizado, com intencional apagamento do trabalho feito por centenas de professores, não teve voz mais esclarecida.

O pressentimento de que a anunciada reforma do ensino superior, submissa à intervenção de instâncias estrangeiras, como a OCDE e a ENQA, sem contextualização, poderia traduzir-se numa infracção severa dos princípios da liberdade e autonomia que fizeram a grandeza das universidades no mundo ocidental, na Europa, e em Portugal, foi atempada e não desmentida.

Sabendo da responsabilidade histórica do novo governo socialista, que remeteu para o esquecimento a intervenção socialista anterior, foi severa, firme, e angustiada, que advertiu contra o que lhe pareceu uma deriva inaceitável da formação política em que militou, a cujo humanismo se manteve fiel, convergente este em mais de um valor com o humanismo cristão, e por isso discordante das derivas.

Sabendo que estava a despedir-se, tendo sido apenas poupada à confirmação das suas previsões, ainda, com incedível coragem, tranquilidade, segurança, e convicção, quis deixar uma semente na Academia das Ciências de Lisboa, onde fez a sua última intervenção pública, perante um público atento, aderente, e comovido pelo adeus. Um adeus que avigorou a decisão dos que a amaram, no sentido de não esquecerem o legado, o aviso final.

2. Teresa Ambrósio, CIDADÃ e POLÍTICA



Nota introdutória

António Guterres

Um dos contributos mais importantes que Teresa Ambrósio deu à vida política portuguesa teve a ver com a sua capacidade visionária de perceber com muita antecedência a mudança de paradigma que ia ocorrer nas sociedades e nas economias no final do século XX.

Na realidade verificou-se, e de alguma forma a estratégia de Lisboa tentou dar resposta a isso, uma mudança de paradigma no sentido da criação da chamada economia do conhecimento. Teresa Ambrósio não só a pressentiu como foi pioneira naquilo a que podemos chamar a resposta socialista ou social-democrata à economia do conhecimento, aquilo a que os ingleses chamam a *learning society*, ou sociedade de aprendizagem, ou sociedade educativa e formativa. No fundo, a compreensão de que não está apenas em causa definir um sistema educativo divorciado do resto da sociedade, mas que todo o funcionamento desta, nas mais diversas áreas, tem que ter permanentemente uma atenção prioritária sobre a valorização das pessoas para lhes dar a possibilidade de plenamente contribuírem para o desenvolvimento, fazendo-o em termos da realização pessoal integral.

Esta visão teve, em Portugal, muitas dificuldades em impor-se. Recordo-me de uma vez, num debate parlamentar, as bancadas dos partidos à direita se rirem acerca do que significava a importância da sociedade de informação. Teresa Ambrósio foi uma permanente interventora na concretização da *learning society*, em termos perfeitamente adaptados à realidade portuguesa e procurando valorizar ao máximo as nossas potencialidades, num quadro difícil, com uma herança trágica na qualificação das pessoas e das organizações, com um nível muito baixo em relação ao que são as necessidades da sociedade do conhecimento.

Teresa Ambrósio viu com uma grande lucidez que o conhecimento é um recurso diferente dos outros, na medida em que não é um recurso exclusivo. Nós não podemos utilizar duas vezes o mesmo dinheiro, ou duas

vezes a mesma energia, mas podemos perfeitamente utilizar duas vezes o mesmo conhecimento. Esta é uma enorme oportunidade para um país como Portugal que tem que de alguma forma saltar, queimar etapas, no seu processo de aproximação com o mundo desenvolvido.

É também verdade, e Teresa Ambrósio sempre o sublinhou com enorme clarividência, que uma oportunidade pode transformar-se num problema, no caso de o país não compreender a necessidade de investir de uma forma global e articulada nessa mesma *learning society*. O conhecimento pode também tornar-se num factor de agravamento das desigualdades e num factor de atraso. Essa visão de Teresa Ambrósio veio inspirar todo o programa eleitoral do Partido Socialista nos Estados Gerais e eu quero aqui prestar-lhe homenagem, na medida em que a aposta prioritária na educação dos governos socialistas do final do século XX, princípios do século XXI, teve em Teresa Ambrósio a sua voz precursora.

Recordo-me também de um estudo feito pelo IED sobre a sociedade portuguesa, ainda na primeira metade dos anos 80, no qual se verificou que, em termos de política social, a educação figurava com uma baixíssima prioridade nas preocupações dos portugueses. Isso levaria naturalmente o PS, que veio a ser o principal beneficiário desse estudo, a organizar as suas prioridades tendo em conta as opiniões recolhidas. Teresa Ambrósio opôs-se frontalmente a isso, entendendo que as prioridades de um partido ou de um governo nada deveriam ter a ver com o que a opinião pública pensava, mas sim com aquilo que era necessário fazer para que o país pudesse vencer e para que a justiça pudesse triunfar nas relações entre pessoas.

Ela não era uma cidadã e uma política cujas opiniões vogassem ao sabor do vento. Ela afirmava princípios, valores fundamentais e tinha uma ideia muito clara do que era preciso fazer em Portugal, nomeadamente no quadro da prioridade à educação. Ela ajudou a impor a visão que, independentemente dos oportunismos de natureza eleitoralista, um programa de governo para Portugal, no final do século XX, sempre teria de se ancorar dando prioridade fundamental à educação e à formação, qualquer que fosse a percepção da opinião pública.

Cidadania e intervenção social

Maria da Glória Garcia

Conhecer os talentos próprios e explorá-los, tornando-os uma forma de estar na vida e se relacionar com os outros, tendo por objectivo construir uma comunidade mais justa, onde cada um se sinta feliz, corresponde à virtude de que Aristóteles falava, o talento dos talentos, sustentáculo de uma cidadania consciente.

Teresa Ambrósio possuía esse talento. Geria-o com a discrição que a sua figura franzina acentuava. Geria-o com sabedoria, feita de inteligência viva e experiência acumulada. Geria-o com a firmeza que só a convicção dos valores e princípios subjacentes consegue transmitir.

Não era, pois, cidadã porque sim. Era conscientemente cidadã, com fundamentos reflectidos e assumidos. E actuava em conformidade, sem miragens, com inteireza de espírito, não enjeitando os riscos, simultaneamente fria e empolgada, nessa mistura paradoxal onde, em regra, se geram as personalidades superiores. Desconhecia a acção politicamente correcta e seguia «*insatisfeita*» nas aspirações, «*ousada*» nas medidas, «*evitando os caminhos mesquinhos da prudência quando esta é a outra face do medo*»¹.

Ao desassombro com que agia aliava, porém, uma permanente e questionante dúvida, fruto do espírito científico que a estigmatizava, o espírito de quem tem como meta a verdade e sabe quanto é problemático atingi-la. E era nos outros – familiares, amigos, jovens estudantes, orientandos de mestrado e doutoramento que – dizia – encontrava a força para se reinventar e relançar, «*sintonizando-se*» com «*os apelos, utópicos talvez (mas sem utopias como ultrapassaríamos a realidade pragmática e burocrática do*

¹ Teresa Ambrósio, «Nota de apresentação», in *Política Educacional num Contexto de Crise e Transformação social*, Moraes Editores, IED, p. 8.

dia-a-dia?) de construção de novas ordens societais, de novas formas de viver e conviver»².

A acção política da Teresa Ambrósio é conhecida e exemplar para os da sua geração.

Nela deixou uma assinatura inconfundível, particularmente em duas áreas – igualdade de género e política da educação –, de rejeição da injustiça e confiança nas novas gerações, fundada num irrenunciável desejo de mudança para uma sociedade melhor.

Cedo mostrou o seu desejo de intervenção social, «*tocada*» pelo pensamento político agregador de Maria de Lurdes Pintasilgo, mulher de ténpera e convicções, que conheceu no Instituto Superior Técnico, quando se iniciou nos estudos universitários e pensava vir a ser engenheira química.

Integra a JUC – Juventude Universitária Católica, o movimento dos católicos progressistas que, ao longo dos anos 50 e 60, foi desenvolvendo uma cada vez mais intensa acção de sensibilização da população para as injustiças sociais e, em especial, para a ausência de liberdade sob o regime de Salazar, a que se iria juntar, nos finais dos anos 60 e inícios dos 70, a luta pela paz nas colónias portuguesas em África. Ao lado de Maria de Lurdes Pintasilgo, Rogério Martins, Adérito Sedas Nunes e Francisco Pereira de Moura, Teresa Ambrósio foi para o terreno e tornou-se uma fervorosa activista deste movimento progressista.

Veio a licenciar-se em Ciências Físicas e Químicas na Faculdade de Ciências.

Após uma fugaz passagem pela leccionação, no Ensino Secundário, da disciplina de Físico-Química (1961-63), a vontade de mudança e

² Teresa Ambrósio, «Nota de apresentação», in *Política Educacional num Contexto de Crise e Transformação Social*, Moraes Editores, IED, p. 8.

o desejo de intervir socialmente levou-a a integrar o grupo fundador da SEDES (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social) e a participar desde a criação desta Associação, em 1969, em mesas-redondas, palestras e estudos que aquela foi promovendo ao longo do tempo.

A abertura dada ao regime pela substituição de Salazar, em 1968, por Marcello Caetano, «abre», na política portuguesa, caminhos de esperança e reforça em Teresa Ambrósio a vontade de se empenhar nos estudos e na investigação sobre prospectiva e planeamento na área da educação. Porque aí estava o futuro, e Teresa Ambrósio, mãe, educadora e política, sabia-o como poucos³.

A investigação e posterior intervenção na área da prospectiva e do planeamento em breve se tornam, de tarefa profissional, numa missão. Uma missão na qual mergulha de corpo e alma, e que irá acompanhá-la ao longo da vida.

Neste âmbito, representou Portugal em diversas instituições internacionais, nomeadamente a OCDE, orientou a equipa pluridisciplinar nos trabalhos de planeamento e execução da Reforma do Sistema Educativo (Reforma Veiga Simão) e coordenou a equipa que elaborou o Plano de Criação da Universidade Nova de Lisboa, no quadro da reforma das universidades portuguesas. É envolvida neste quadro de reformas educativas que a Revolução de 25 de Abril de 1974 a encontra e a empolga.

O período porventura mais frutuoso da participação política de Teresa Ambrósio está ligado à sua militância no Partido Socialista, onde se sentiu atraída pelo pensamento político de Francisco Salgado Zenha, com quem trabalhou directamente no IED – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, bem como à eleição como deputada, abraçada aos valores da democracia e da justiça social, da igualdade de género, da solidariedade, de uma

³ Sobre este período e o que se segue à de Revolução de 1974, ver Stephen R. Stoer, *Educação e Mudança Social em Portugal – 1970-1980, Uma década de transição*, Edições Afrontamento, 1986.

educação superior de qualidade, onde a criatividade pudesse viver paredes-meias com uma sólida formação humanística.

A partir de 1975 e até 1983 foi deputada na Assembleia Constituinte e, depois, na Assembleia da República, eleita pelas listas do Partido Socialista. Foi Vice-Presidente da Comissão Parlamentar da Educação, Presidente da Comissão Parlamentar da Condição Feminina, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e porta-voz para os Assuntos da Educação. Durante oito anos, com intervenções marcadas pelo rigor e pela seriedade, empenhou-se no que, na revisão constitucional de 1989, viria a ser consagrado no artigo 1.º da Constituição, isto é, empenhou-se «na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.»

Todos lhe reconhecem o decisivo contributo na elaboração de inúmeras propostas de lei, aprovadas ao longo do período em que foi membro da Assembleia da República. Mas as que gizaram as linhas de força da evolução no sector educativo, essas têm indiscutivelmente a sua marca, o seu pensamento, o seu empenho⁴.

Geradas num contexto de dificuldades técnicas na caracterização e definição jurídica dos institutos, de complexidade na apreensão do tecido social a que se dirigiam e que tinham de conformar e no desejo de relançar Portugal pelos trilhos do desenvolvimento cultural e económico, tornando-o capaz de ombrear com o que de melhor a Europa estava a fazer, as Propostas de Lei de Bases da Alfabetização e da Educação de Base de Adultos (1976), do Ensino Privado e Cooperativo (1978) e a Proposta de Lei-Quadro do Sistema Nacional de Educação (1980) foram alvo de longas e acaloradas discussões. Nelas sempre a voz da Teresa Ambrósio se fazia ouvir com atenção e respeito, quer pelos correlegionários, quer pelos adversários políticos, qualquer que fosse o quadrante em que se situavam. A sua sólida

⁴ A sua visão sobre o ensino pode ser vista em Teresa Ambrósio, «Democratização do ensino», in *Sistema de Ensino em Portugal*, edições Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, pp. 575 e ss.

e esclarecida formação na área da educação enlaçava-se a uma acutilante inteligência política, o que lhe permitia compreender os sinais dos tempos, forçar portas entreabertas e janelas aparentemente cerradas, grangear autoridade. E o argumento rigoroso e certo chegava sempre, oportuno, forçando consensos, apontando caminhos.

Terminada a sua actividade como deputada, nem por isso a sua actividade política diminuiu, desdobrando-se em intervenções em colóquios⁵, e trabalhos de divulgação das novas linhas orientadoras de uma política da educação⁶ e de coordenação editorial de textos⁷.

A alteração do papel da mulher na sociedade foi também uma batalha de vida da Teresa Ambrósio, desenvolvida em especial enquanto Presidente da Comissão Parlamentar para a Condição Feminina e enquanto fundadora, em 2003, da AMONET (Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas).

É certo que, com a democracia, a mudança política do estatuto social da mulher se apresentou como teoricamente clara e indiscutível, mas a ruptura com um quotidiano feito de hábitos de sujeição, de aceitação de desigualdades, de silêncios que só no inconsciente gritam por justiça, implica, na prática, um processo de alteração cultural, de mudança de mentalidades, e que é um trabalho de décadas... Porque o estatuto social da mulher não se altera por decreto. Implica maneiras diferentes de pensar, abertura à igualdade de oportunidades, seja na vida profissional ou na vida política, e implica ter a consciência da escolha e vontade de escolher. E exige

⁵ Como membro do Conselho Consultivo do CEPES (European Center for Higher Education), como membro do Conselho Científico da Association Franco-Portugaise des Chercheurs en Sciences de l'Éducation...

⁶ A título exemplificativo, «O novo paradigma educativo na sociedade pós-industrial», in 6.ª edição do Fórum «Euroformação-Eurotraining 97».

⁷ Ver o volume 4, n.ºs 2 e 3, da *Revista do Instituto de Inovação Educacional* (1991), sobre organização pedagógica e gestão da escola, o uso de indicadores na promoção da qualidade educativa, projecto educativo da escola, produção e reprodução de regras, profissionalidade docente nos ensinos público e privado.

também a renovação dos exemplos na sociedade, de mulheres que conciliavam criativamente uma vida profissional intensa com uma vida familiar exigente e responsável e uma vida de intervenção política frutuosa. A sensibilidade da Teresa Ambrósio para compreender a situação social da mulher e a tenacidade com que enfrentava os obstáculos e se refazia interiormente permitiram que aos múltiplos afazeres políticos em que se empenhava juntasse uma família numerosa, de quatro filhos, e uma brilhante carreira académica, nacional e internacional. Porque a defesa da igualdade de oportunidades e de direitos para a mulher e para o homem não se faz de palavras que rompem, mesmo que bonitas, mas de actos modelares. São estes actos modelares os motores da mudança.

Também aqui Teresa Ambrósio foi política exímia, porque mulher inteira, mãe atenta, académica brilhante.

Conheci pessoalmente Teresa Ambrósio no CNAVES (Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior), para o qual ambas, na mesma data, fomos nomeadas.

Nos meus ouvidos ecoam, ainda hoje, as palavras elogiosas a Teresa Ambrósio, vindas de todos os quadrantes políticos, particularmente ligadas ao exercício recente do cargo de Presidente do Conselho Nacional da Educação. Não será, por isso, de estranhar o facto de, quando ocupei, de acordo com o protocolo, o meu lugar na sala do CNAVES, ao seu lado direito, me ter sentido intimidada. O privilégio era duplo: pertencer àquele prestigiado órgão, presidido pelo insigne Professor Adriano Moreira, e nele entrar na companhia da Professora Teresa Ambrósio. Corria então o ano de 2003.

De imediato, sem que possa precisar o momento, as nossas afinidades começaram a evidenciar-se e, insensivelmente, foi-se cimentando uma amizade rara, aberta, atenta, que desdenha o tempo em que se tece e afronta aquele em que se espraia.

Da sua estada no CNAVES, atrevo-me a contar uma *petite histoire*, que a identifica.

Um dia, disse-me: «vai receber uma proposta minha de parecer a apresentar na próxima sessão do CNAVES. É sobre a regulação da oferta de diplomados do ensino superior e a definição de políticas públicas adequadas. É ainda um “borrão”. Precisa de ser “burilada”, esta proposta de parecer. Vai naturalmente dar origem a discussões acesas. Confio na sua ajuda» – disse-me – «para as “correções” que tiverem de ser introduzidas no termo da discussão. Espero que os demais conselheiros entendam que se trata verdadeiramente de um “borrão”... Estou disposta a introduzir tudo quanto a possa melhorar».

Iniciada a sessão do Conselho, o Presidente deu-lhe a palavra. E a Teresa Ambrósio, nervosa no início, expôs com vivacidade e clarividência a oportunidade e a importância da proposta, cujo teor os conselheiros conheciam, pois a todos tinha sido distribuída com anterioridade. No fim, colocou-se à disposição para os esclarecimentos considerados necessários e as correções tidas por convenientes.

Um a um, todos exprimiram a sua anuência e elogiaram a iniciativa e, sem a alteração de uma vírgula, a proposta foi aprovada por unanimidade⁸.

Era a autoridade da Teresa Ambrósio, uma autoridade de que só ela duvidava...

E termino este arrazoado descolorido sobre a Teresa Ambrósio, cidadã e política, que contrasta com a sua vida feita de cores fortes e apaixonadas, lembrando-a, na coerência das intervenções no CNAVES, corajosas, oportunas, onde se projectava e ao seu saber, através de Fernando Pessoa, pela voz de Ricardo Reis, que bem poderia ter sido por ela inspirado:

«Sê todo em cada coisa.
Põe quanto és
No mínimo que fazes»,

⁸ O parecer foi aprovado em 13 de Maio de 2004. Está publicado na II.^a série do *Diário da República*.

ao mesmo tempo que confidencio encontrá-la todos os dias, serena e inteira,
em «Ruas Desertas» de José Gomes Ferreira:

«Morte, não sejas abismo,
Mas outro Silêncio apenas
Que nos aproxima de tudo.»

Directora Executiva do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

Graça Vasconcellos

Não é possível, em poucas páginas, falar do que foi o trabalho da Teresa Ambrósio no IED, como Directora Executiva.

A partir da vocação original do IED – a reflexão sobre temas relacionados com o desenvolvimento económico, social e cultural do País –, reuniram-se grupos de trabalho, fizeram-se estudos, debates públicos e publicaram-se conclusões.

Mas o que fez a diferença não foi o volume de trabalho. Foi a visão de futuro, a inteligência, a sensibilidade e o empenhamento com que este projecto foi pensado e posto em prática pela Teresa Ambrósio.

Ela foi a sua fundadora, directora, mas, sobretudo, a alma do IED.

Talvez um dia se escreva a história desta casa que foi, quando apareceu em 1979 – tão pouco tempo tinha passado sobre o 25 de Abril e a liberdade de associação – uma realidade nova do que, em Portugal, ainda não tinha nome: a sociedade civil.

Na impossibilidade de falar de tudo, lembro – de uma forma simbólica – a primeira iniciativa pública do IED, o seminário internacional sobre «Desenvolvimento Económico Português num Contexto Internacional de Mudança», em Dezembro de 1979. Na sessão de abertura falaram o Presidente do IED, Francisco Salgado Zenha, e a então Primeira-Ministra, Maria de Lurdes Pintasilgo, e nele participou, entre outros, o Prémio Nobel da Economia, Prof. Gunnar Myrdal.

As intervenções deste seminário, que ainda são, em muitos casos, de grande actualidade, foram publicadas com a chancela da Moraes Editores e uma introdução de Emílio Rui Vilar.

A minha participação nesta homenagem não se justifica por ter voltado, depois de uma interrupção de quatro anos, à direcção do IED, mas pela amizade que aqui criámos e depois sempre mantivemos.

Conheci a Teresa em 1980, num pequeno andar da Duque d'Ávila, que foi a primeira sede do IED, em que as secretárias não chegavam para o número de pessoas que, a várias horas do dia, aí se reuniam. Foi no meu primeiro dia de trabalho e parecia que nos conhecíamos há muito tempo, tal era, então, a semelhança entre os nossos percursos de vida.

A partir de 1987, o IED teve novas direcções e Teresa Ambrósio, tal como Salgado Zenha, não foi, como teria sido justo, devidamente lembrada.

Mas quero testemunhar que, sempre que lhe pedi ajuda ou colaboração, em momentos em que a participação dela, numa iniciativa, faria a diferença, ela acedeu com solidariedade e grande disponibilidade.

Lembro, como exemplo, a conferência sobre «Direitos Cívicos e Sociais e o Tratado da União Europeia», em Fevereiro de 1997, para divulgação, em Portugal, do relatório do Comité de Sábios e em que Teresa Ambrósio moderou um painel e fez uma comunicação sobre «Mobilidade e Plena Integração no Espaço Europeu».

No princípio de 2006, a pedido do actual Presidente do IED, João Cravinho, Teresa Ambrósio aceitou patrocinar um novo projecto que pretendia relançar o IED na área que o tinha tornado conhecido: a Educação. A Educação e não o Ensino, como repetia em cada reunião que tivemos.

Já estava doente, mas participou, empenhadamente, em várias reuniões do grupo de trabalho que, então, se formou. Só a existência desse grupo de trabalho torna possível, neste momento, esta homenagem.

Estive com ela, pela última vez, nesse Verão, numa tarde que nunca esquecerei, naquele lugar mágico que é a casa do José Pedro Martins Barata, lugar que tem, agora, a marca da Teresa.

Falámos durante muito tempo de tudo e de todos: do país, de política, do IED, mas sobretudo das nossas vidas, das nossas famílias, do futuro, dos nossos filhos e netos – com preocupação mas também com esperança.

Tentou transmitir-me – a mim, que de teoria da educação nada sei – a sua visão, as suas ideias. E entregou-me os seus últimos escritos. Para que fiquem no IED.

Deputada

Margarida Marques

Nesta homenagem à Professora Doutora Teresa Ambrósio, coube-me a mim lembrar a sua acção enquanto parlamentar. Guardo na memória muito da sua actividade, que acompanhei de perto. Era eu na altura Secretária Nacional da Juventude Socialista e depois sua Secretária Coordenadora, e a Teresa foi sempre uma nossa e minha interlocutora privilegiada no Parlamento. Porque a educação era uma das suas causas; porque era extremamente sensível às renovações por que o sistema educativo estava a passar em Portugal; porque sempre procurou trabalhar muito de perto com a Juventude Socialista pelo conhecimento e pelas responsabilidades que a JS tinha, à época, no movimento associativo. A Teresa queria ter uma compreensão fundamentada «da situação, problemas e perspectivas da Juventude em Portugal». E por isso concebeu, coordenou, explorou os resultados – e transformou-os em decisão política quando isso esteve ao seu alcance – de um estudo aprofundado à juventude em Portugal, apoiando-se numa equipa científica, a partir do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, onde tinha responsabilidades de direcção. E assim fomos forjando uma amizade que perdurou. Mas a minha memória não é suficiente para lembrar a imensa actividade parlamentar da Teresa, e por isso apoiei-me nos Diários da Assembleia da República – cuja leitura das mais de novecentas páginas que citam intervenções, declarações de voto, perguntas, apartes seus foi um prazer – e não hesitei em transcrever palavras suas que, melhor do que qualquer comentário, evidenciam e testemunham o seu pensamento. Recorri também ao «serviço de respostas» da Biblioteca da Assembleia da República, a quem agradeço, para identificar as comissões parlamentares que Teresa Ambrósio integrou e as funções que nelas desempenhou.

Teresa Ambrósio foi deputada na primeira Assembleia da República, eleita em 25 de Abril de 1976, iniciando-se a primeira sessão legislativa em 3 de Junho. Naquele hemiciclo sentavam-se apenas 4,9% de mulheres; na legislatura seguinte, 6,8%. Foi eleita pelo Partido Socialista, pelo círculo eleitoral de Lisboa. Foi deputada até ao final da segunda legislatura. Nas eleições de 1983, fazendo parte do chamado grupo do ex-secretariado,

recusou integrar as listas de candidatos a deputados. Assumiu responsabilidades na direcção do grupo parlamentar – foi vogal e Vice-Presidente do grupo parlamentar do PS, tendo como Presidente Salgado Zenha. Presidiu e integrou comissões parlamentares, comissões eventuais ou subcomissões para tratar de assuntos específicos. Integrou a comissão permanente da Assembleia da República, criada em 13 de Junho de 1980 (D.A.R. n.º 65, de 14.06.1980), em representação do PS, juntamente com Salgado Zenha, Almeida Santos e João Cravinho, entre outros.

Na primeira legislatura foi membro da Comissão de Educação, Ciência e Cultura: foi vogal da Comissão a partir de 22 de Outubro de 1976 e até ao final da legislatura, tendo assumido a sua vice-presidência de 17 de Janeiro a 24 de Julho de 1979. Integrou a Comissão da Condição Feminina, sendo sua Presidente (de 13 de Fevereiro a 18 de Junho de 1980) e vogal (a partir de 19 de Dezembro de 1980). Ainda na primeira legislatura, foi membro da Comissão de Economia, Finanças e Plano, a partir de 1979.

Na segunda legislatura, integrou a Comissão da Condição Feminina; foi sua vogal de 19 de Dezembro de 1980 a 7 de Janeiro de 1981 e sua Presidente de 28 de Janeiro de 1982 a 22 de Dezembro de 1982. Foi membro da Comissão de Educação, Ciência e Investigação, tendo sido sua vogal durante toda a legislatura.

A par da actividade parlamentar, Teresa Ambrósio foi membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista e teve sempre um enorme empenhamento no partido. Era assim que ela participava nas coisas; com um enorme empenhamento, determinação e independência. Mas vou centrar-me apenas na sua actividade enquanto parlamentar, outros abordarão diferentes dimensões da sua participação política.

A leitura das intervenções de Teresa Ambrósio como deputada permite-nos identificar uma diversidade de áreas: educação, nas suas diferentes dimensões; igualdade; saúde; economia; revisão constitucional; e revisão do código penal, entre outras. Mas é visível, em todas as suas intervenções, que é a partir da cidadania que a sua posição se constrói; uma visão global

da cidadania e a contribuição das diferentes políticas para a valorização da cidadania.

No campo da educação, Teresa Ambrósio, enquanto deputada, procurou ter uma acção estruturante do sistema educativo em Portugal num momento político em que o mesmo passava por mudanças sistemáticas. Assistimos a uma sucessão de experimentações pedagógicas pontuais, resultado de ideias que emergiam por todo o lado, umas boas, outras más, mas sem uma visão global do sistema. Na sua intervenção no Parlamento, apresentando projectos de lei, intervindo no plenário ou nas comissões, procurou recuperar o que de inovador tinha vindo a ser introduzido no sistema educativo, incluindo no ensino superior. Procurou consolidar, dar-lhe fundamento, transformar em lei se fosse caso disso, recusando demagogias e facilitismos. Tratou problemáticas como a educação ao longo da vida, já em Outubro de 1976; o direito ao ensino, como garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar; a educação para a cidadania; a gestão democrática das escolas; a criação de um sistema público de educação pré-escolar; a educação permanente; o acesso ao ensino superior e serviço cívico estudantil; o ensino superior, incluindo o ensino superior curto/ensino politécnico; a liberdade de ensino; o ensino particular e cooperativo, propondo uma lei de bases; a eliminação do analfabetismo; a equivalência de diplomas e a mobilidade; a educação especial, propondo a criação de um Plano Nacional de Educação Especial; a carreira docente; a política científica e de desenvolvimento tecnológico. Apresentou um projecto de Lei de Bases do Sistema Nacional de Educação. Suscitaram debates, muitos deles, que se prolongaram no tempo.

Mas Teresa Ambrósio elegeu também como sua a área dos direitos dos cidadãos: os direitos das mulheres (a sociedade portuguesa era, antes do 25 de Abril, uma sociedade altamente retrógrada e a lei discriminatória), designadamente em intervenções que proferiu em representação do seu partido no Dia Internacional da Mulher. Defendeu «um valor igual para a paternidade e maternidade», na revisão constitucional de 1982. Propôs a ratificação da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. Pediu «a definição de uma política global da

Infância», e propôs a criação da Comissão Nacional da UNICEF (9 Janeiro de 1979). Intervém no debate sobre a revisão do Código Penal (autorização legislativa; 19 de Julho de 1982), para introduzir a problemática do aborto, procurando a sua despenalização em condições específicas. Intervém mais tarde nos debates parlamentares sobre protecção da maternidade e sobre interrupção voluntária da gravidez (Novembro de 1982).

No campo da economia, pronunciou-se em plenário sobre o conceito de planeamento estratégico e sobre a estrutura orgânica do planeamento (8 de Fevereiro de 1977); a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (17 de Março de 1977) e seus desafios, designadamente no que diz respeito à formação de competências e à mobilidade das pessoas; as grandes opções do Plano 1977/1980 (11 de Março de 1980); o serviço nacional de saúde (30 de Junho de 1981); o orçamento de estado e grandes opções do plano para 1982 (15 de Dezembro de 1981); a revisão constitucional. Questionou os governos sobre os seus programas.

Para além da diversidade de áreas que foram objecto de preocupação e de intervenção por parte de Teresa Ambrósio, é interessante perceber que posições assumiu. Posições que contribuíram, em muitos casos, para a definição da própria orientação política do Partido Socialista sobre aquelas problemáticas. Posições outras que evidenciam bem o valor que sempre atribuiu à sua liberdade individual, como aconteceu, por exemplo, na votação da alteração ao artigo 193.º da Constituição, quando do debate de revisão constitucional em 1982 (voltaremos à sua participação no debate de revisão constitucional mais à frente), em que, em declaração de voto, refere: «Votei favoravelmente o artigo 193.º da proposta de revisão constitucional apresentada pela CERC no rigoroso cumprimento da disciplina partidária a que me sinto vinculada.» (D.A.R. n.º 123, de 21.07.1982; pp. 5192 e 5193). Estava em causa o equilíbrio de poder vigente no quadro do sistema semi-presidencial português. Como referiu Jorge Sampaio na sua declaração de voto no mesmo sentido, «em meu entender, a manutenção do sistema semi-presidencial justificaria que o Governo deveria continuar a ser politicamente responsável perante o Presidente da República, tal como acontece no quadro constitucional vigente» (idem).

Na educação

Vivia-se uma época de «caos criativo». Teresa Ambrósio segue uma linha em que procura reforçar a autoridade democrática nas escolas, recuperar o que de bom e inovador a revolução tinha trazido às escolas, contextualizando-o e generalizando-o, criando quadros jurídicos novos (leis de bases, por exemplo), porque na maior parte dos casos inexistentes, para o funcionamento articulado do sistema educativo a todos os níveis, do pré-primário ao universitário, com a preocupação de uma interacção entre o sistema educativo e o sistema económico e social.

No período antes da ordem do dia (PAOD), em 22 de Outubro de 1976, Teresa Ambrósio produziu uma longa intervenção sobre a situação da educação em Portugal. Chama a atenção para a orientação da política educativa do governo que procura restabelecer a autoridade democrática na escola. Lembra que «a ruptura que depois do 25 de Abril se deu no sistema educativo e a ausência de um quadro político referencial (...) favorece a proliferação de actuações pontuais». Mas lembra que o restabelecimento da ordem não é suficiente. Fala na necessidade de criar «uma nova textura educativa, coerente com a situação real do país, fiel aos princípios constitucionais, em coordenação estreita com a estratégia de desenvolvimento do modelo económico e social». Refere a necessidade de «promover a elevação do nível educativo do país» («a defesa do princípio da competência é incontroversa») e de «favorecer uma educação recorrente ao longo da vida activa» para que nos possamos colocar «lado a lado em confronto com a Europa» (D.A.R. n.º 33, de 23.10.1976; p. 961).

É na sua intervenção de 25 de Novembro de 1976, interpelando o deputado Vital Moreira que tinha acabado de fazer uma intervenção sobre a situação do pessoal docente após o 25 de Abril, designadamente nas universidades, que refere a importância de recuperar o que de inovador e positivo a revolução trouxe àquelas escolas. «Não será absolutamente legítimo, justo e necessário que os planos de estudo dos muitos cursos criados na espontaneidade, na boa vontade mesmo (...), sejam revistos, coordenados e postos realmente na perspectiva que nós queremos ver da universidade,

ao serviço do país?», questionava a deputada (D.A.R. n.º 45, de 26.11.1976; p. 1430).

No debate sobre a gestão democrática do ensino superior (ratificação do Decreto-Lei n.º 781-A/76, que estabelece a gestão democrática dos estabelecimentos do ensino superior, a par da ratificação dos decretos-leis n.º 768/76, que cria as Comissões Científicas de reestruturação, e n.º 781-A/76, que cria as comissões científicas nacionais interuniversitárias), em declaração de voto, Teresa Ambrósio explica o voto favorável do seu partido «porque se tratava “de medidas necessárias à criação de um clima de democracia e de responsabilidade nas Universidades”» e pela «certeza de que eles (os três decretos-leis) satisfazem a necessidade no momento actual de medidas intervencionistas para salvaguardar o nível pedagógico e científico e a gestão democrática que o país exige das suas universidades». Para a deputada, «Temos de reconhecer que o desbloqueamento verificado depois do 25 de Abril nas Universidades veio a ser prejudicado pelo oportunismo e sectarismo que se manifestaram na maioria das escolas» (D.A.R. n.º 57, de 22.12.1976; p. 1823).

Defende a criação do sistema público de educação pré-escolar (28 de Dezembro de 1976), proposto pelo Governo, explicitando que o apoio pedagógico e financeiro do Governo a estabelecimentos particulares «deverá ser integrado num plano de extensão do sistema público e que esses estabelecimentos particulares deverão ser considerados como complementares desse sistema público» (D.A.R. n.º 61, de 29.12.1976; pp. 1968 a 1971).

No debate (11 de Março de 1977) sobre a extinção do serviço cívico estudantil (projecto de lei n.º 16/I), Teresa Ambrósio sublinha que, apesar das intenções e objectivos, o serviço cívico não veio contribuir para a coordenação necessária entre o sistema educativo e o mundo do trabalho. Refere que este «apenas criou (...) um compasso de espera na admissão às universidades, comprimindo (e não equilibrando) a procura do ensino superior». Aponta para a «exigência de legislação governamental (...) sobre as condições de acesso ao ensino superior...». Referiu-se, mais tarde, ao «flagelo do ano propedêutico» (D.A.R. n.º 67, de 29.05.1979; p. 2379).

Nos debates sobre a diversificação do ensino superior, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento do ensino superior curto, em 13 de Dezembro de 1977 e, mais tarde, em 14 de Junho de 1978, Teresa Ambrósio sublinha que com as decisões da Assembleia da República se correspondeu «a um certo processo de modernização das estruturas escolares superiores (...), a regionalização das escolas superiores de acordo com interesses locais e a oferta de um leque mais vasto de modelos de formação e diplomas escolares para os inúmeros estudantes que buscam o ensino superior». A sua satisfação vai também para a «confirmação (...) das possibilidades de prosseguimento dos estudos ao nível universitário dos alunos que frequentaram este ramo de ensino...» (o contrário «seria contra a democratização do acesso ao ensino superior») e para «a consagração legal da equivalência, pelo menos ao bacharelato existente, dos diplomas que as escolas técnicas superiores conferiram para efeitos de carreira profissional». Pronunciou-se em concreto sobre a criação do Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro e do da Beira Interior quando essa questão foi proposta à Assembleia da República (D.A.R. n.º 67, de 29.05.1979; pp. 2377 a 2414), chamando a atenção que «é necessário criar um quadro mais amplo para poder decidir correctamente». A estas decisões não poderia ser alheia a discussão em torno da rede e da finalidade do ensino politécnico e das universidades criadas em algumas regiões já em 1970. Apelo à coerência e à racionalização; à não criação de expectativas junto dos estudantes, das populações e das regiões, que não pudessem vir a ser satisfeitas. Volta a intervir sobre esta problemática quando do debate da ratificação do Decreto-Lei n.º 513-T, de 26 de Dezembro, que definiu a rede de estabelecimentos de ensino superior politécnico que anteriormente se designava «ensino superior de curta duração», discutido na AR em 26 de Junho de 1980. Referiu-se neste debate à necessidade de pensar na equiparação e na equivalência de diplomas, sublinhando que «esta equivalência é muito importante, não só dentro do país, como também entre este e a CEE». Interessante posição já em 1979; esta questão continua a ser, ainda hoje, uma problemática de difícil mas necessária abordagem no âmbito da União Europeia. Sobre o problema que afectou as escolas de contabilidade (ISCAS) e outras escolas de estatuto semelhante, designadamente de engenharia, discutido na AR, chamou mais uma vez a atenção para que não

se tomassem «medidas avulsas que prejudiquem de uma forma radical os diplomados e os interessados nestas áreas profissionais» (D.A.R. n.º 90, de 26.07.1979; p. 3377).

Na ratificação (5 de Janeiro de 1978) do decreto-lei que cria a Direcção-Geral de Extensão Educativa, no Ministério da Educação e Investigação Científica, Teresa Ambrósio chama a atenção para realidade social, «dualista – os que sabem ler e os que não sabem ler», que existe em Portugal na época, com 25% de analfabetos, 50% da mão-de-obra activa que tem a quarta classe ou nem sequer a concluiu. E por isso vota a favor do projecto de lei n.º 91/I, da autoria do PCP, sobre a eliminação do analfabetismo (16 de Maio de 1978), chamando a atenção para o facto do projecto de lei em debate exigir «um cuidado especial na análise dos conceitos básicos e dos meios». Critica os princípios e os métodos que estiveram subjacentes «ao Programa Nacional de Alfabetização – o célebre PNA – altamente controlado e centralizado...». Para Teresa Ambrósio, «A educação de adultos, especialmente a de nível elementar no nosso país, seja qual for o seu conteúdo, o seu nível ou método, seja formal ou não formal, substitua ou prolongue a educação inicial dispensada nas escolas ou em centros de aprendizagem profissional, tem de ter o adulto como centro e os seus interesses como objectivos. Deste modo, o desenvolvimento das aptidões dos cidadãos adultos, o alargamento dos seus conhecimentos, a melhoria das suas competências técnicas e profissionais, ter-lhe-ão de ser possibilitados numa dupla perspectiva de enriquecimento integral do homem e de participação num desenvolvimento sócio-económico e cultural equilibrado. Só assim conseguiremos, passo a passo, criar uma nova sociedade democrática, onde cada homem seja o agente da sua própria educação, o obreiro daquela sociedade, por meio da interacção permanente entre a acção e a reflexão.» (D.A.R. n.º 74, de 17.05.1978; p. 2725).

Teresa Ambrósio apresenta no plenário, em 1 de Junho de 1978, o projecto de lei de bases gerais dos ensinos particular e cooperativo (Projecto de lei 108/I). Retoma os mesmos argumentos que já tinha usado na discussão do projecto de lei sobre liberdade de ensino. Define liberdade de ensino: «liberdade de ensino é o respeito pelos direitos dos pais, mas de

todos os pais, de disporem de meios financeiros necessários e infra-estruturas adequadas e suficientes para que os seus filhos tenham igualdade de oportunidades de aceder à cultura e à promoção social; liberdade de ensino é ainda para os jovens a possibilidade de escolher o tipo ou nível de ensino, ramo vocacional ou curso que melhor corresponda às suas aspirações e capacidades, qualquer que seja a região onde tenha nascido ou os meios económicos e culturais da sua família; liberdade de ensino é também para o professor o direito de evocar em classe e de partilhar com os seus alunos aquilo que faz a sua qualidade de vida, quer se trate de gostos pessoais, de ocupação de tempos livres, quer da sua militância política ou religiosa, sem que por isso incorra em penas disciplinares ou admoestações por parte dos pais, criando pelo contrário na escola um sistema de diálogo, tolerância e abertura. A liberdade de ensino está ainda em os poderes públicos saberem suportar um elevado grau de flexibilidade no ensino face a esquemas ou hábitos convencionais, rígidos, quando não repressivos». «A liberdade de ensino é assim para nós», refere a deputada, «um desafio lançado à renovação dos sistemas de ensino e não cabe nem se esgota em qualquer projecto de lei. É, se quisermos, uma nova forma de organizar o ensino, uma nova maneira de gerir o sistema escolar por todos os que nele têm algo de responsabilidade: os alunos, os professores, os pais, os poderes públicos.» Mas sublinha: «Quão longe estamos nós desta liberdade de ensino!» Para Teresa Ambrósio, «o desenvolvimento da acção educativa tem de estar incondicionalmente ligado à existência de instituições democráticas e ao respeito das liberdades fundamentais». Tratava-se efectivamente, na época, de uma nova abordagem conceptual e política, ideológica, seguindo as discussões que noutros países europeus estavam a ocorrer. Teresa Ambrósio tinha a consciência de que o sistema educativo se deveria «abrir», sem preconceitos, no pressuposto de que a razão de ser da escola «é o aluno, o seu desenvolvimento, a compreensão do mundo onde vive, a sua adaptação aos diferentes meios familiares, profissionais, em evolução, isto é, a tomada de cada jovem da sua quota-parte de responsabilidade no debate social e no concerto cívico». E, para isso, «Escolas pública e particular são de interesse nacional se desenvolverem a compreensão mútua, a tolerância ideológica, a honestidade intelectual, o direito de compreender e de discutir para compreender, isto é, se estiverem ao serviço de valores básicos de uma filosofia

educativa nacional, de construção de um edifício de educação permanente, descentralizado, ao serviço de todos, lutando contra a manutenção e transmissão de desigualdades sociais e culturais.» Foi um debate polémico, dentro e fora do Parlamento. Contra estas posições muitas vezes se opuseram, mesmo na sua área política. Este projecto de lei foi aprovado na generalidade pelos deputados do PS, do CDS e do PCP, e teve o voto contra do PSD. O projecto baixou depois à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, tendo-se assistido a um longo debate. O relatório daquela Comissão foi apresentado em plenário apenas em 18 de Janeiro de 1979. Submetido à votação, foi então aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS, e votos contra do PCP e da UDP. A aprovação desta Lei de Bases veio a alterar significativamente o figurino futuro do sistema educativo em Portugal (D.A.R. n.º 81, de 02.06.1978; pp. 2934 a 2958; e D.A.R. n.º 88, de 15.06.1978; p. 3234).

A educação e o ensino especial foram também objecto de um projecto de lei (n.º 264/I) apresentado pelo Partido Socialista e defendido em plenário por Teresa Ambrósio. A linha de Teresa Ambrósio vai no sentido de que «a criança deficiente deverá ser educada e instruída junto de todas as outras crianças, sem segregação de qualquer espécie. A integração escolar da criança deficiente é um ponto de partida para a integração social do adulto deficiente e também para a educação da própria sociedade perante os deficientes. Mas a integração da criança deficiente nas escolas regulares pressupõe que essas crianças disponham de material escolar apropriado e o apoio de professores especializados (...). E quando a integração não for possível ou recomendável para a criança, deverá então dispor da escola especial de que careça» (D.A.R. n.º 85, de 18.07.1979; pp. 3198 a 3200).

Apresentou, em nome do grupo parlamentar do Partido Socialista, uma lei-quadro do sistema nacional de educação (projecto de lei n.º 180/II), que foi discutida na generalidade e rejeitada em plenário da Assembleia da República em 22 de Junho de 1981. Segundo Teresa Ambrósio, esta lei-quadro, se fosse aprovada, concederia «aos governos futuros deste país um quadro jurídico, conceptual, normativo e orientador de uma renovação da política educativa que será tarefa de muitos anos (...), mas que servirá,

acima de tudo, a democracia, a promoção de cada cidadão, a justiça e o desenvolvimento nacional» (D.A.R. n.º 85, de 23.06.1981; p. 3352). A leitura atenta e detalhada deste debate parlamentar revela o conhecimento aprofundado e o trabalho preparatório realizado por Teresa Ambrósio em diálogo com os vários grupos de actores educativos, especialistas e investigadores, para a apresentação deste projecto de lei. E procura desenvolver o conceito de «debate público» e estabelecer um método para que o projecto de lei que viesse a ser aprovado pudesse beneficiar da contribuição dos diferentes «agentes e instituições educativas», em sede de comissão parlamentar, através de audições. Esta metodologia de debate vem a ser retomada com a apresentação de novos projectos de lei.

No debate sobre autonomia das universidades, que se iniciou em plenário em 7 de Janeiro de 1982, com vários projectos em cima da mesa, do Governo e de vários partidos com assento parlamentar (CDS, MDP/CDE e ASDI), Teresa Ambrósio sublinha que a «autonomia é a expressão da capacidade de tomar decisões (...), com a assunção simultânea de maiores responsabilidades, de uma maior e racional aplicação dos recursos que a sociedade põe nas mãos dos estabelecimentos de ensino superior e a que estes têm a obrigação de responder, para que dêem efectivamente um indispensável contributo para a realização de uma política educativa democrática (...), para a realização de uma política de investigação em todos os campos adequados ao desenvolvimento do País, para uma política de formação de recursos humanos em todos os sectores, moderna e contínua, para uma política cultural, chave da dinâmica do processo identificador e universalista da Nação» (D.A.R. n.º 34, de 01.07.1982; p. 1375). Sublinha que compete ao Parlamento adoptar uma lei, sendo que «tudo o resto dependerá da regulamentação e, sobretudo, dos estatutos que cada uma das universidades vier a elaborar e a aprovar de acordo com a plena liberdade que lhe deve ser dada de criar órgãos, autonomia científica e pedagógica» (idem; p. 1378).

Também se pronunciou sobre propostas referentes a casos pontuais, que estiveram na ordem do dia no Parlamento. O projecto de lei n.º 136/I, sobre medidas de emergência relativas à reestruturação das Faculdades de Letras (!) (D.A.R. n.º 11, de 21.11.1978; pp. 340 e 341). O incêndio

na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (D.A.R. n.º 53, de 29.03.1978; p. 1944). A discussão do projecto de lei n.º 294/I – Formação de professores (D.A.R. n.º 91, de 27.07.1979; p. 3474). A ratificação do Decreto-Lei n.º 426/80, de 30 de Setembro, que reconhece a Universidade Livre como pessoa colectiva de utilidade pública tendo por fim ministrar o ensino pós-secundário (D.A.R. n.º 86, de 24.06.1981; pp. 3430 e 3431).

Por toda esta intervenção no campo da educação, no Parlamento, e isto é apenas uma leitura pessoal, não é de estranhar que quando do debate, por exemplo, da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1985, a deputada Helena Cidade Moura (MDP/CDE) tenha lembrado a acção de Teresa Ambrósio, que «na altura [debates anteriores enquanto deputada] soube dar ao Partido Socialista uma dimensão nacional e mostrar que, de facto, o sistema educativo é qualquer coisa de muito superior às lides partidárias» (D.A.R. n.º 94, de 21.06.1985). Ou que Isilda Pegado (PSD) refira os «políticos de craveira» como Teresa Ambrósio, que na AR «se bateram pela liberdade de aprender e de ensinar», fazendo mesmo uma citação de Teresa Ambrósio: «o monolitismo no campo do ensino, quer se baseie em princípios de neutralidade ideológica, quer confessionais, é sempre expressão de sistemas culturais fechados, arcaicos, fixados no passado e não no futuro» (D.A.R. n.º 140, de 03.07.2003; p. 5858).

Em Maio de 2000, Teresa Ambrósio é eleita Presidente do Conselho Nacional de Educação pela Assembleia da República. A sua acção nestas funções é abordada num outro capítulo deste livro.

Mas a sua intervenção na Assembleia da República não se limitou à educação.

Nos direitos dos cidadãos

A não discriminação e conseqüentemente a luta pela igualdade de direitos de todos os cidadãos é preocupação permanente na intervenção política de Teresa Ambrósio. Convém lembrar que a Constituição consa-

grou princípios e direitos que vieram contrariar a sociedade altamente discriminatória com base no género existente em Portugal e que impuseram alterações ao Código Civil relativamente, entre outros, ao direito da família. Este vem a ser alterado em 1978, introduzindo modificações radicais nos direitos de ambos os cônjuges no seio da família, conferindo, entre outras coisas, a ambos os cônjuges «liberdade e autonomia para exercerem qualquer profissão ou cargo, sem mutuo consentimento»¹.

Em 8 de Fevereiro de 1977, no período antes da ordem do dia, Teresa Ambrósio «produziu considerações sobre problemas da mão-de-obra feminina vistos à luz da Constituição» (D.A.R. n.º 73, de 09.02.1977; p. 2411). Numa longa intervenção, Teresa Ambrósio centra a sua abordagem na participação das mulheres no mercado de trabalho. Não se limitou a enumerar a igualdade de direitos, ao trabalho e ao salário igual, mas lembrou que «A resolução desta questão (...) implica transformações profundas na vida económica, nas relações sociais, na ordem jurídica, nos hábitos e até no peso e expressão das forças políticas» (idem; p. 2414). Fundamenta a sua intervenção com base em estudos publicados pelo INE, suportados pelos dados do censo de 1970. As mulheres representavam em Portugal apenas 26% da população activa. Aponta para discriminações salariais importantes na agricultura, mas também nos serviços. E terminando a sua intervenção lembra que «a maturidade política, social, pessoal, a liberdade, em suma a dignidade da mulher, não serão um facto num Portugal renovado enquanto sistematicamente uma grande maioria delas forem sujeitas a discriminações ignóbeis, expressas ou ocultas, a atentados aos seus direitos como cidadãs, utilizadas em perpetuar um sistema político, social e económico que os Portugueses democraticamente já rejeitaram» (idem; pp. 2415 a 2417).

Volta a referir-se ao papel da mulher na sociedade no dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, associando-se «ao consenso internacional, de

¹ In *As Mulheres Deputadas e o Exercício do Poder Político Representativo em Portugal do Pós-25 de Abril aos Anos Noventa*, Maria Amélia Clemente Campos, Afrontamento, Colecção Parlamento, Porto, 2002, p. 36.

que uma sociedade mais justa, mais sã, mais rica e mais humana só será possível se por todo o lado, e também [aqui neste hemisfério], associemos esforços para que cada indivíduo, homem e mulher, seja senhor das suas liberdades fundamentais na criação de uma nova cultura, de novas estruturas económicas e sociais e de uma nova qualidade.» (D.A.R. n.º 83, de 09.03.1977; p. 2810). Mas não esquece a responsabilidade das mulheres: «Que sejam elas, sobretudo, as promotoras da sua condição, assim o esperamos, porque não há grupo, movimento ou partido que em seu nome possa dispensar o esforço de consciência crítica e de dignificação pessoal indispensável à libertação de qualquer ser humano» (idem). No Dia Internacional da Mulher, em 1981, intervém para apresentar um projecto de lei, da autoria do PS, da UEDS e da ASDI sobre a participação das mulheres nas assembleias municipais e na vida autárquica. E justifica a apresentação deste projecto de lei pelo facto de ser tempo de «sobre a problemática da condição feminina falarmos menos e agirmos mais, até porque, não estando em causa o princípio da igualdade de qualquer cidadão, homem ou mulher, perante a lei, o discurso político nesta área tem de ser transferido do mero campo de um juridicionalismo estreito, com que se colmatam os escrúpulos, se não a hipocrisia, da constatação dos atropelos diários que aquele princípio sofre, para uma actuação empenhada que ponha progressivamente tal igualdade em prática» (D.A.R. n.º 38, de 11.03.1981; pp. 1284 e 1285). Nas eleições autárquicas de 1979, em 305 concelhos tinham sido eleitas apenas duas mulheres como presidentes e somente 1,5% de mulheres para as juntas de freguesia. O projecto de lei «introduz alterações no quadro jurídico do processo eleitoral autárquico no sentido de se observar uma quota de 80% como participação máxima de qualquer dos sexos em todas as listas de candidatos por partidos ou coligações para as assembleias municipais, assegurando-se uma distribuição adequada na ordem de precedência dos candidatos propostos no total das listas» (idem; p. 1284). Começam aqui a discutir-se as quotas de participação; só muito mais tarde viriam a ser lei.

Como Presidente da Comissão Parlamentar da Condição Feminina, apresenta em 11 de Março de 1980 um projecto de resolução, na sequência do trabalho em Comissão, solicitando ao governo que dê início ao processo de ratificação da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas

de discriminação contra as mulheres, aprovada na 35.^a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (D.A.R. n.º 27, de 12.03.1980; pp. 1152 e 1153). Nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, em 1997, Rosa Albernaz, deputada do Partido Socialista, na sua intervenção no plenário, lembra que a Lei n.º 23/80 de 26 de Julho que ratifica aquela Convenção é o resultado dum processo iniciado com base naquela proposta da deputada Teresa Ambrósio (D.A.R. n.º 23, de 09.03.1997; p. 920).

Em Janeiro de 1979, Ano Internacional da Criança, apresenta, em nome do grupo parlamentar do PS, um projecto de resolução, que veio a ser aprovado por unanimidade, em que propõe:

- «(1) Considerando o 20.º aniversário da Declaração dos Direitos da Criança, adoptada por unanimidade em 20 de Novembro de 1959 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.
- (2) A Assembleia da República, na sua primeira reunião do Ano Internacional da Criança, declara subscrever integralmente os considerandos e princípios que figuram na citada Declaração e mais particularmente os que postulam o direito da criança a afeição, amor e compreensão; alimentação adequada e cuidados médicos; instrução gratuita; oportunidades para brincar e jogar; um nome e uma nacionalidade; cuidados especiais, se é diminuída; receber socorro em primeiro lugar, em ocasião de desastre; aprender a ser membro útil da sociedade e a desenvolver as suas capacidades individuais; ser educada em espírito de paz e fraternidade universal; gozar destes direitos sem se olhar à sua cor, sexo, religião e origem nacional ou social.
- (3) À luz destes direitos, a Assembleia da República lembra que um dos deveres fundamentais dos governantes de todos os Estados é o de libertar a criança do pesadelo da guerra e, consequentemente, de criar um mundo de paz, com justiça e igualdade efectivas entre os homens.
- (4) Considerando ainda que, sendo útil e necessária a divulgação do conteúdo da Declaração, a Assembleia da República recomenda

ao Governo Português, às instituições nacionais especializadas, às autarquias locais, às associações em geral, que seja dada a maior publicidade ao texto da citada Declaração e que seja criada a Comissão Nacional da UNICEF, segundo as recomendações emanadas desta, a fim de tornar presentes entre nós todos os esforços internacionais adoptados em prol das crianças.

- (5) Solicita ainda ao Presidente da Assembleia da República que dê oficialmente conhecimento desta moção aos demais Órgãos de Soberania e informe as principais organizações internacionais, designadamente a ONU, a UNESCO e a UNICEF, de que a Assembleia da República Portuguesa subscreveu solenemente, em 9 de Janeiro de 1979, os princípios que constam na Declaração Universal dos Direitos da Criança» (D.A.R. n.º 21, de 10.01.1979; pp. 741 e 742).»

Teresa Ambrósio intervém também no debate sobre a reforma do Código Penal para lembrar que «Ao consagrar de novo a penalização de todo e qualquer tipo de aborto no seu Código Penal, (...) recusando a legalização de casos de interrupção da gravidez, (...) representa o mais puro reaccionarismo, a faceta mais machista do poder, o esmagamento da liberdade das liberdades que é o poder escolher dar vida. Que é poder viver e cumprir uma maternidade em plenitude humana e em responsabilidade assumida» (D.A.R. n.º 122, de 20.07.2007; p. 5099).

Em Novembro de 1982, volta a intervir activamente nos projectos que suportaram o debate sobre a interrupção voluntária da gravidez (projecto de lei n.º 374/II, sobre direito ao planeamento familiar; 308/II, sobre a garantia do direito ao planeamento familiar e educação geral; 307/II, sobre protecção e defesa da maternidade; 309/II, sobre a interrupção voluntária da gravidez). Esclarece a sua posição: «Ao defendermos um sistema legal de tolerância da interrupção da gravidez por decisão da mulher e impondo certas condições (o método dos prazos e o método da indicação, nomeadamente a indicação eugénica, ética, terapêutica, incluindo nestas o que os franceses chamam *l'état de détresse*, o estado de angústia efectiva cuja causa pode

ser de ordem vária mas que é efectivamente um estado de doença), é fundamental que a opinião pública compreenda que a interrupção da gravidez é um mal social que desvaloriza a vida humana, que pode encorajar a atitudes irresponsáveis no domínio da sexualidade e que cada mulher e cada casal que recorre a este acto grave não o pode reduzir a uma banal operação cirúrgica para resolver um problema temporário difícil. Ao admitirmos este sistema recaem novas responsabilidades sobre o Estado, nomeadamente as relativas à educação e informação dos indivíduos sobre esta matéria. (...) É uma responsabilidade difícil, já que movimentos e correntes de opinião, quer conservadoras quer ditas progressistas, atiram os indivíduos para a irresponsabilidade sexual e conduzem muitas vezes as mulheres ao aborto, quando, de facto, o que elas desejam, no mais profundo delas próprias, é gerar um filho. (...) Tais responsabilidades conduzem-nos também à execução efectiva de políticas dinâmicas de Educação, de Informação, da Família.» (D.A.R. n.º 12, de 12.11.1982; p. 339).

Na economia

Teresa Ambrósio intervém também frequentemente sobre problemáticas ligadas à Economia. No debate sobre sistema e orgânica de planeamento e composição do Conselho Nacional do Plano (proposta de lei n.º 5/I), em 25 de Fevereiro de 1977, era Secretária de Estado do Planeamento Manuela Silva. Chama a atenção para o facto de que esta lei não deve ser entendida apenas como definidora de uma orgânica que sustente as tarefas de preparação do Plano, na medida em que «o Plano não é determinista mas sim um processo de continua correcção e intervenção na realidade socio-económica»... Fala também em organização democrática num pluralismo de expressão (D.A.R. n.º 79, de 25.02.1977; p. 2671).

Vem a integrar, com António Guterres e Manuel Moura, em representação do Partido Socialista, a subcomissão da Comissão de Economia para preparar o relatório sobre a proposta de lei n.º 82/I, sobre as grandes opções do plano a médio prazo 1977/1980.

Por outro lado, no debate sobre «sobre as medidas económicas [recentemente] decretadas pelo Governo», em Março de 1977, TA chama a tenção para o impulso que a integração europeia pode gerar na economia portuguesa: «O horizonte, que por sua vez se antevê de inserção europeia, dá novo impulso e fornece outro quadro de referência à formulação de políticas sectoriais, nomeadamente de orientação da nossa produção num contexto de complementaridade europeia». Portugal tinha pedido a adesão à Comunidade Europeia em Março de 1976. Fala também da importância de um Pacto Social e salienta que «estão criadas as condições da concertação social que se reclama» (D.A.R. n.º 87, de 18.03.1977; p. 2961).

Intervém igualmente no debate do Orçamento de Estado e das grandes opções do plano para 1982 (D.A.R. n.º 28, de 16.12.1981; pp. 989, 1007 e 1008), denunciando a insuficiência do orçamento para a educação e sobretudo a incoerência entre este e as prioridades educativas.

Faz uma declaração de voto quando a AR discute a proposta de lei n.º 48/II, que concede ao governo autorização para revogar a lei n.º 56/79 de 15 de Setembro (Serviço Nacional de Saúde), por se estar a pôr em causa um sistema de saúde que «trata da saúde e beneficia os mais desprotegidos nesta sociedade» (D.A.R. n.º 90, de 01.07.1981; p. 3664).

Nos debates de programas de governo e interpelações ao governo

Teresa Ambrósio intervém frequentemente nos debates dos programas de governo ou em interpelações ao governo sobre as suas políticas.

Em Dezembro de 1978, no debate do Programa do IV Governo Constitucional, para questionar o governo sobre a política de investigação, nomeadamente como é que o governo pensa «estruturar os centros de investigação dentro das universidades e em que sentido pensa coordenar a política de investigação científica do Ministério da Educação e Investigação Científica com a investigação científica e tecnológica de outros organismos», o ministro orienta a sua resposta para a autonomia das universi-

dades. Levanta a problemática do ensino superior de curta duração, neste caso concreto das escolas de enfermagem (D.A.R n.º 14, de 07.12.1978; p. 422). E, na sua intervenção de análise do programa de governo, considera o programa vago, sem um fundamento político, talvez «porque se trata de um governo apartidário». Sublinha o facto de o governo apontar para a definição de um futuro enquadramento básico do sistema educativo (leia-se Lei de Bases do Sistema Educativo), mas lamenta que os princípios em que a definição da dita se apoia sejam explicitados «de uma forma tão vaga e tão generalista que não chegam a ter conteúdo para uma análise em termos políticos ou de filosofia educativa» (idem; p. 428). Questiona o governo sobre o não cumprimento da escolaridade obrigatória, a extensão da educação pré-escolar; sobre que tenciona o governo fazer acerca da adaptação do ensino secundário, na sua fase terminal, e acerca do ensino complementar, tendo em conta as necessidades de formação profissional daquele nível. Interpela, de forma acutilante, o governo sobre questões relevantes: «o ensino superior através das Universidades existentes e dos estabelecimentos de ensino superior curto, promove uma efectiva articulação entre estas escolas, de forma a permitir a complementaridade e a abertura entre os dois níveis de formação que fornecem e que são necessários no mundo do trabalho? Nomeadamente, o que entende o Governo sobre regionalização do ensino superior? O que pensa fazer para corrigir as desigualdades regionais de acesso ao ensino superior universitário? As escolas superiores existentes, as Universidades, os Institutos Universitários e as Escolas Superiores de Educação previstas são suficientes se entre elas for estabelecida uma relação, uma harmonia de trabalho e um intercâmbio. Em que moldes e com que finalidades pensa o Governo promover a reorganização universitária e a integração dos centros de investigação nas suas estruturas?» (idem; pp. 428 a 430).

Já no debate do Programa do V Governo Constitucional, Teresa Ambrósio reconhece que a orientação do ministro (Coordenação Cultural e da Ciência e Cultura, Sedas Nunes) «é bastante aceitável, desejável e louvável». Mas chama a atenção para a necessidade de «uma política científica e de desenvolvimento tecnológico» e pergunta ao ministro se é sua intenção rever o estatuto da carreira docente do ensino superior em paralelo com a

definição de uma carreira de investigador (D.A.R. n.º 95, de 18.08.1979; pp. 3715 e 3716).

Teresa Ambrósio intervém igualmente no debate do programa do VII Governo Constitucional, agora sobre a protecção da família. Refere a incipiência do programa do governo nesta matéria, limitando-se este a evidenciar «que visam proteger e melhorar o quadro da vida da família». Critica o facto do programa falar de uma política de família, mas não falar de «uma certa reformulação das condições de trabalho dos membros da família (hoje articulação entre a vida familiar e a vida profissional); quando nada se fala sobre o alargamento dos equipamentos colectivos; quando nada se fala nem aflora sobre medidas no sentido da informação e da ajuda ao planeamento familiar». Pergunta igualmente ao ministro se pretende proceder à revisão do actual direito familiar (D.A.R. n.º 19, de 21.01.1981; pp. 593 e 594).

Em 30 de Março de 1981, o Partido Socialista interpela o VII Governo Constitucional sobre «política geral centrada na política de educação e problemas com ela relacionados». Teresa Ambrósio introduz esse debate (D.A.R. n.º 48, de 01.04.1981; p. 1790). Critica a visão funcionalista do ministro (Vítor Crespo) e de paternalismo estatal, referindo-se neste caso à declaração do ministro «tudo está estável, normal, nós velaremos» (D.A.R. n.º 48, de 01.04.1981; p. 1784). E lembra sobretudo as perturbações do início do ano lectivo: «quatro meses depois, já a cargo deste governo AD e deste Ministério da Educação, havia mais de 20 mil alunos sem aulas do 12.º ano, cerca de 10 500 sem ter iniciado e aguardando ainda por aulas de nível preparatório e secundário». A referência do ministro de que a Lei de Bases do Sistema Educativo é uma mera reestruturação orgânica do sistema escolar, porque a «política educativa, essa se iria fazendo, delineando no dia-a-dia da gestão do MEC tendo em vista a revisão constitucional», levam a que Teresa Ambrósio afirme que o ministro «tem da democracia o conceito formal das relações entre forças políticas, e não a assunção das aspirações e dos interesses da maioria da população para, em lugares de responsabilidade, servi-los com transparência» (idem; p. 1788). Fala da ausência de regulamentação da Lei de Bases, o que impede o desenvol-

vimento das orientações já aprovadas pela Assembleia da República, da situação no ensino primário (abandono escolar); do secundário (nomeadamente 12.º ano; dos professores (atrasos imensos e irregularidades nas colocações), das universidades, onde refere a degradação do ensino superior e lembra a necessidade de formação de pessoas de qualidade, chamando a atenção para o desafio da «livre circulação de trabalhadores quando da nossa entrada na CEE» (idem; p. 1789). Pede esclarecimentos ao governo sobre «o ensino politécnico, dos institutos e das escolas superiores de educação, do ensino superior diversificado». Pede que sejam clarificados graus e diplomas. Sobre o Plano Nacional de Educação Artística, lembra a situação nas escolas do conservatório, e apela ao «não eleitoralismo». Move-se por princípios de «verdadeira vida democrática, que implica informação, confronto, transparência, participação, respeito pela oposição», refere. No final deste debate, há uma situação que procura caricaturar o trabalho da deputada. O Sr. Ministro da Educação critica um documento da UNESCO (documento de trabalho IEDP S-64/17 F Paris, de 17 de Outubro de 1980, original francês, Instituto Internacional de Planificação da Educação, editado pela UNESCO), procurando «denunciar» o facto de a deputada ser co-autora do estudo. A sua participação neste relatório, como aliás referi no início, revela a preocupação que a deputada Teresa Ambrósio sempre teve de fundamentar a sua intervenção política no estudo técnico aprofundado das problemáticas em causa.

Na revisão constitucional

As áreas em que centrou a sua intervenção ao longo de todo o seu trabalho parlamentar são bem visíveis na sua participação no debate sobre a revisão constitucional de 1982. Procura transpor para o debate da revisão constitucional, sempre que for justificável e consistente, grande parte das alterações e das orientações que tinha vindo a defender. Na educação: lembrando que «todos têm direito ao ensino com garantia de igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso escolar», e propondo medidas de «discriminação positiva tendo em vista colmatar dificuldades de ordem pedagógica de inserção cultural e social dentro da escola» (D.A.R. n.º 108,

de 25.06.1982; p. 4435); ou sublinhando a necessidade de uma ligação estreita entre a escola e a comunidade, permitindo uma inserção social e profissional; defendendo que «o ensino diz respeito a toda a sociedade em geral». Na defesa do valor igual da maternidade e paternidade: «igual valor à maternidade e à paternidade, no que respeita à vida familiar e muito especialmente à educação dos filhos» (D.A.R. n.º 107, de 24.06.1982; p. 4411).

Quando Teresa Ambrósio foi eleita, a Constituição tinha acabado de ser adoptada; estava a entrar em vigor. Constituição que consolidou a oportunidade da democratização da sociedade portuguesa. A democracia e o exercício completo da cidadania são estruturantes da intervenção parlamentar de Teresa Ambrósio, como já referimos. Identifica e propõe abordagens várias e medidas que possam contribuir para a promoção da cidadania nas várias áreas de intervenção política: na educação, na saúde, na economia, mas também quando questiona as prioridades políticas dos governos e sua consubstanciação orçamental, ou quando intervém na revisão constitucional. Recusa a demagogia. Procura fundamentar as suas propostas quer em estudos que promove e coordena, quer no diálogo e na concertação com os actores pertinentes em cada caso. Seguiu um estilo «informativo, transparente e esclarecedor»². Tinha uma perspectiva política exigente e ética; afirmou em plenário, respondendo a um deputado: «aqui só posso reconhecer deputados que estão na sua função política» (D.A.R. n.º 33, de 23.10.1976; p. 968). Tinha uma visão global e de futuro da sociedade que antecipou.

² In *As Mulheres Deputadas e o Exercício do Poder Político Representativo em Portugal do Pós-25 de Abril aos Anos Noventa*, Maria Amélia Clemente Campos, Afrontamento, Coleção Parlamento, Porto, 2002, p. 298.

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Guilherme d'Oliveira Martins

Antes de Tudo, as Pessoas...

Teresa Ambrósio é uma referência da recente história da Educação em Portugal uma vez que, a partir da sua experiência científica e da sua vivência cívica, nunca deixou de pensar a sociedade portuguesa a partir das suas responsabilidades formativas. O testemunho que aqui deixo é de um convívio intelectual que mantive com a Teresa ao longo de cerca de trinta anos.

Conheci-a na SEDES e na Assembleia da República e depois esse relacionamento fortaleceu-se através do encontro com grandes amigos comuns – entre os quais me permito destacar José Pedro Martins Barata. Foi esse conhecimento que me levou a recorrer muitas vezes à Teresa quando representei a SEDES no Conselho Nacional de Educação, primeiro, e quando estive na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, sendo chamado a intervir mais activamente no mundo da Educação.

O nosso relacionamento foi sempre de grande informalidade e sempre de uma inequívoca cumplicidade humana. Para a Teresa, a Educação ultrapassava em muito os aspectos académicos, científicos e técnicos, que ela dominava muito bem. Não foi sobre eles que mantivemos um intenso diálogo até ao dia em que nos deixou inesperadamente mas sim sobre a dimensão política e cívica do acto educativo. O seu pensamento político centrava-se numa visão baseada na pessoa humana e, se se notava bem a influência de ideias do «planeamento» dos anos 50 que, a certa altura, passaram a ser lidas de forma adulterada, rígida e formalista, a verdade é que Teresa Ambrósio recusou sempre a tentação de se fechar numa «lógica planeadora», antes procurando sempre abrir novos horizontes, que o pensamento complexo do grupo animado por Edgar Morin veio enriquecer.

A ideia original de «planeamento» está no cerne do moderno Estado social e na base da construção da Comunidade Europeia. Desde Henri de

Man a Jean Monnet, passando por François Perroux, mas também por Michel Crozier, o certo é que «planear» pressupunha antecipar, prevenir, acompanhar, definir metas, avaliar e compreender que no eixo da sociedade moderna está a criação efectiva de espaços de liberdade e de responsabilidade. Era assim que a «sociedade aberta» deveria estar na primeira linha das preocupações da vida democrática. E recordo-me, nas nossas conversas, de dizermos que, se há área onde a ideia de «planear» a sociedade aberta tem de se pôr de modo natural essa é a da Educação e da Formação. Temos de partir do conhecimento da realidade. E se sabemos com antecedência quantas crianças nascem e quais as pessoas necessitadas de formação, aí temos um domínio natural para prever, para antecipar, para definir os objectivos e metas. No entanto, o que mais apaixonava Teresa Ambrósio era a tarefa de educar como despertar das consciências para a liberdade e para a responsabilidade, como ligar os saberes, as atitudes, os comportamentos e os valores, como entender a afirmação de Montaigne segundo a qual «mais vale ter a cabeça bem feita do que a cabeça bem cheia». Isso mesmo fê-la aproximar-se de Edgar Morin, um amigo comum, que há muito tem um especial afecto pelos portugueses, com quem tem estabelecido, ao longo do tempo, laços fortes de colaboração e sobretudo de amizade, desde os momentos heróicos de «O Tempo e o Modo», com António Alçada Baptista e João Bénard da Costa, passando pela «Raiz e Utopia» e por Helena Vaz da Silva e, naturalmente, pelo Centro Nacional de Cultura. E esta aproximação a Edgar Morin centrou-se no reconhecimento da importância da complexidade nas ciências sociais, o que apaixonou a Teresa nos últimos anos da sua vida.

No Conselho Nacional de Educação a sua presidência foi, assim, exercida com uma preocupação permanente de contribuir para uma partilha de reflexões e para o lançamento de pistas inovadoras nos domínios da Educação, da Formação e do Emprego. Por outro lado, a prospectiva era um dos domínios que considerava ser essencial para combater o atraso – uma vez que definindo objectivos, estudando cenários alternativos, comparando soluções, relacionando vários domínios do conhecimento será possível articular os diversos instrumentos e definir prioridades. Daí que muito do trabalho de reflexão e de análise que o CNE realizou, sob a sua presi-

dência, teve presente a necessidade de recorrer aos mais modernos meios de análise dos fenómenos sociais e de preparação das decisões de modo a influenciar positivamente a realidade social – em nome da emancipação pessoal e da realização do desenvolvimento.

Recordo bem uma longa conversa que tivemos, em Março de 2000, aquando da realização do Conselho Europeu, no qual foi adoptada a Agenda de Lisboa. Pela primeira vez a Educação, a Formação e o Emprego eram vistas de um modo articulado, no seio da União Europeia, com objectivos quantificados, tendo como finalidade garantir que a competitividade e a coesão social, a concorrência e a inovação, a criatividade e o conhecimento se possam desenvolver, complementar e articuladamente. É certo que haverá sempre muito trabalho a realizar a fim de que a competitividade baseada no conhecimento se pudesse concretizar. Daí que muitas das dificuldades sentidas desde 2000 não devam constituir argumento para hesitar ou desistir, e lembro-me que Teresa Ambrósio antecipou esses problemas, mas não teve dúvidas em afirmar que a Estratégia de Lisboa era indispensável. Se era certo que teria de ser ajustada e aperfeiçoada, a verdade é que seria a única forma de garantir a realização dos objectivos fundamentais da União Europeia: segurança e paz, desenvolvimento sustentável e diversidade cultural. Por outro lado, o Estado social não pode continuar a ser uma estrutura defensiva e proteccionista, mas terá de ser uma realidade pró-activa baseada no capital humano e social e na economia do conhecimento.

A União Europeia não pode, no fundo, ser uma realidade centralizada, burocrática, distante dos cidadãos, deve apresentar metas e objectivos compreensíveis e próximos das pessoas. E só a Educação e a Formação, segundo o repetido paradigma de uma construção «ao longo da vida», pode vir a tornar-se um verdadeiro factor mobilizador da economia e da sociedade. A Ciência e a Comunicação ligam-se naturalmente à Educação e à Cultura, a abertura de horizontes tem de se fazer não com programas teóricos ou abstractos, mas com projectos concretos, envolvendo instituições de ensino e de formação de diferentes graus, instituições científicas de diversas áreas e países, que, de modo responsável, com rigor, disciplina, exigência e recorrendo a mecanismos e instituições fiáveis de avaliação,

possam realizar a ambição do desenvolvimento económico, social e cultural. E desenvolvimento não se confunde com mero crescimento económico, nem investimento orientado para a realização do desenvolvimento humano pode ser confundido com mera despesa pública. E o atraso português deveu-se, tantas vezes, à fragilidade dos programas, ao mero mimetismo, em lugar da realização de uma ética de responsabilidade capaz de incorporar a convicção e imaginação, a criatividade e o rigor do trabalho.

Quando ainda se falava pouco do «desenvolvimento humano» ou de «capital social», Teresa Ambrósio já se dedicava à reflexão e à investigação centradas nessas preocupações fundamentais. Daí a sua capacidade premonitória, quando, em 1982, se introduziram (por sua influência decisiva) alterações na Constituição da República para entender que a «escola pública» tinha de se inserir num conceito alargado de «serviço público de educação» e numa ideia fecunda de «liberdade de ensinar e aprender» – sem as tentações dos radicalismos ideológicos. O Estado teria de manter um papel fundamental no serviço público de Educação, mas não único. Daí a necessidade dessa função ser complementada e aperfeiçoada. Por isso, Teresa Ambrósio defendeu (e teve influência decisiva como legisladora no novo ordenamento jurídico da democracia) que a iniciativa educativa não pública não deveria ser meramente supletiva. Em nome do pluralismo democrático e da complementaridade de iniciativas foi fundamental pôr a tónica na liberdade de ensinar e aprender. Sobre este tema, não esquecerei, aliás, o apoio extraordinário que sempre deu ao lançamento do programa da Educação Pré-escolar, cujo sucesso se deveu exactamente à concretização da ideia de complementaridade de iniciativas e de serviço público de Educação e à existência de uma rede integrada.

Olhando os sistemas dos países mais desenvolvidos torna-se óbvio que há três ideias que não podem deixar de ser retidas e preservadas. A primeira é a de que mais do que a lógica de «sistema» devem prevalecer as pessoas concretas integradas na comunidade educativa ou formativa. Com efeito, a **escola** tem uma importância crucial quando falamos de educação – escola como realidade viva ligada à comunidade e à família. A segunda ideia é a de que as redes de educação e formação devem ser integradas –

envolvendo as iniciativas pública, social e privada, mas sempre numa lógica de «serviço público de educação», em nome da defesa e salvaguarda do «bem comum». A terceira ideia tem a ver com a complexidade das sociedades abertas contemporâneas, factor que deve influenciar a educação e a formação – de modo a que o acto formativo seja um acto de educação cívica para a democracia, para a autonomia, para o respeito e para a entrea-juda. Nesta perspectiva, de criação de projectos de reconhecimento da dignidade da pessoa humana, insere-se a exigência cada vez maior com a qualidade, com a comparação de experiências e com a rigorosa avaliação de resultados.

Com as fronteiras abertas, a comparação entrou na ordem do dia, por contraponto a todos os proteccionismos. Por isso mesmo, Teresa Ambrósio, à frente dos destinos do Conselho Nacional de Educação, foi a grande impulsionadora da rede de organizações congêneres – com o objectivo de promover e incentivar a troca de experiências, de incentivar a reflexão internacional e de permitir no contacto além-fronteiras um enriquecimento mútuo das experiências educativas. De facto, cada experiência, cada sistema, cada escola, cada pessoa têm tudo a ganhar se, desde muito cedo, se virem confrontados com o que os outros fazem. As soluções fechadas tendem a empobrecer e a estiolar, soçobrando nas suas soluções e nos seus resultados. Pelo contrário, as soluções abertas confrontam-se permanentemente com desafios novos e com a possibilidade de testarem os estádios em que se encontram e as soluções a que chegam.

Teresa Ambrósio nunca deixou de se confrontar com novos estímulos, por mais exigentes que fossem. E soube sempre aliar o rigor científico e o reconhecimento da importância dos afectos. O que lhe importava, antes de tudo, eram as pessoas – como factores insubstituíveis de liberdade e responsabilidade.

3. Teresa Ambrósio na ADMINISTRAÇÃO



Nota introdutória

Manuela Silva

A presença da Teresa Ambrósio na Administração Pública portuguesa não é, certamente, a marca mais evidente do seu percurso de vida. Antes a vemos, sobretudo, como investigadora e docente ou como política e mulher de cultura.

Contudo, foi na Administração Pública que a então recém-licenciada em Ciências Físico-Químicas, depois de uma curta experiência de ensino num colégio particular, encetou a sua carreira profissional.

Estávamos em 1965 e em fase de preparação de um III Plano de Fomento, sob a responsabilidade do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros. Coube à Teresa a coordenação dos relatórios sobre o fomento da educação e da investigação que haviam de integrar o referido Plano.

Na altura, começavam a surgir alguns focos de inovação no funcionamento da Administração Pública. O Secretariado Técnico apresentava esses traços inovadores, que se traduziam em motivação dos técnicos, responsabilização pelo cumprimento de objectivos e metas e trabalho em rede com diferentes sectores da governação. Faço notar estas características pois elas, certamente, tiveram impacto na formação de uma geração de técnicos da Administração Pública do final dos anos 60. Eu própria vivenciei essa experiência, quer nas relações de trabalho que mantive com o Secretariado Técnico, quer na Direcção-Geral de Assistência Social, onde o então novo director-geral introduzia dinâmicas e metodologias de trabalho verdadeiramente audaciosas e inovadoras.

Embora o País mantivesse uma prolongada guerra nas colónias, procurando retardar a sua respectiva emancipação política, e por esse facto sofresse a reprovação de várias instâncias internacionais, a nova geração de técnicos procurava manter a abertura possível ao exterior e beneficiar

de experiências alheias no domínio do crescimento económico e do desenvolvimento. A participação nas reuniões da OCDE é um bom exemplo. A Teresa representou o nosso País em várias reuniões desse organismo consagradas às temáticas da educação e seu lugar estratégico nos planos de desenvolvimento nacionais.

Ainda jovem, já tinha adquirido uma competência reconhecida neste domínio, e por isso não admira que tenha sido convidada para integrar o Serviço de Planeamento do Ministério da Educação, sob a coordenação do Prof. Fraústio da Silva. Aí se manteve entre 1969 e 1970. Terá sido nesse período que a Teresa Ambrósio teve oportunidade de aprofundar conhecimentos no domínio do planeamento e da avaliação de projectos educacionais, o que, mais tarde, a levou a assumir a função de Directora do Serviço de Planeamento do Ministério da Educação, lugar que desempenhou entre 1970 e 1973 e a associou, de modo muito particular, à chamada Reforma Veiga Simão.

No período que se seguiu à Revolução de Abril de 1974, a Teresa Ambrósio interrompe a vida profissional na Administração Pública para se ocupar de vários cargos políticos, só regressando à função pública em 1983 para dirigir os Serviços de Planeamento da Universidade Nova, onde, mais tarde, passaria a ingressar na carreira docente.

Hoje, parece abater-se sobre a Administração Pública um juízo negativo relativamente à qualidade profissional e humana dos seus servidores, e anda no ar uma suspeição de ineficiência e bloqueio do progresso económico e social. O testemunho profissional de pessoas como a Teresa Ambrósio é, talvez, um dos melhores antídotos contra uma tal visão negativa. Por outro lado, tal como a Teresa, tenho conhecido inúmeros profissionais de todas as categorias e sectores de actividade que desempenham a sua actividade com criatividade, responsabilidade, empenhamento e devoção à causa pública. Existe na Administração Pública um capital humano valioso que, por vezes, só aguarda o impulso lúcido de uma nova chefia para ver multiplicada a sua eficiência. Mesmo em condições adversas, serviços há que fazem a diferença no relacionamento com o público ou na

eficiência e qualidade do serviço prestado, só porque alguém está empenhado ou empenhada em que assim suceda.

Ao escrever este breve depoimento sobre o percurso profissional de Teresa Ambrósio na Administração Pública, não posso deixar de me transpor também ao momento presente e pensar na importância de que se reveste a reforma da Administração Pública na actual situação do nosso país e seu processo de desenvolvimento sócio-económico. É da maior importância que o País se dote de uma Administração competente e valorizada aos olhos dos cidadãos e cidadãs. Uma Administração que assuma responsabilidade própria face ao poder político, designadamente perante o Governo, o Parlamento e demais órgãos de soberania.

Não é concebível que, decorridas mais de três décadas de democracia, os partidos, ao chegarem ao governo, se façam rodear de inúmeros assessores da sua cor política, por crerem não poder depositar confiança nos serviços, seus quadros técnicos e dirigentes, dando, assim, lugar ao subaproveitamento dos funcionários, quando não a situações de duplicação de trabalho, com conseqüentes conflitualidades e desmotivações desnecessárias.

O percurso da Teresa vem, por seu turno, pôr em destaque que pode existir uma relação muito fecunda entre a docência e a investigação universitária, por um lado, e o serviço numa Administração Pública, por outro. No seu caso, no sector público, mas, por analogia, o mesmo se poderá dizer do sector privado. Na actualidade, é cada vez mais oportuno que se criem condições favoráveis à flexibilização de funções em virtude das sinergias que poderão advir da diversidade de tarefas e experiências, desde que se salvasse, obviamente, a consistência de um certo percurso profissional pessoal que previna a irracionalidade de uma eventual excessiva dispersão.

No Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros

João Salgueiro

Uma Memória que nos Responsabiliza

Recordar a Teresa Ambrósio é, para muitos de nós, reviver os ideais e projectos da juventude e a vontade de os manter contra as exigências das realidades e o desgaste do quotidiano.

Como muitos nessa época, vivemos a experiência universitária associada à participação em movimentos de juventude. Fomos, assim, capazes de substituir a discência passiva pela aprendizagem activa, pela intervenção em projectos partilhados e pela co-responsabilização na construção do nosso futuro. De outro modo, não teria sido tão natural o encontro com diferentes experiências de vida e diferentes sonhos de futuro; nem a descoberta simultânea de novas dimensões da realidade, de diversos ramos da ciência e das artes e das letras e do pensamento filosófico e religioso; o alicerçar da consciência crítica sobre a sociedade, as instituições, a ordem jurídica e política; a fundamentação de um juízo autónomo sobre valores e normas de comportamento; a consolidação da autoconfiança e a ambição de assumir o nosso próprio caminho e pôr em causa as soluções que nos eram transmitidas. Não o teríamos conseguido da mesma forma sem a fraternidade de ideais, o debate alargado, a convergência de aspirações e a experiência de responsabilidades partilhadas no associativismo e na construção do progresso colectivo, justo e solidário.

Com alguns anos de diferença, fizemos muitos dos mesmos percursos: na vida profissional, na formação pós-universitária, na Acção Católica e nos movimentos cívicos, nos organismos de estudo e planeamento, no ensino, na modernização da Administração Pública, nas intervenções públicas e políticas.

Quando lembro algumas das melhores lutas das últimas décadas, momentos e opções difíceis, recordo também a participação da Teresa.

Muitas vezes, sem qualquer contacto ou trabalho comum, em alguns casos divergindo nas escolhas específicas, mas sempre reconhecendo o seu posicionamento de rigor e independência nas análises, o exigente respeito dos princípios, a generosidade das causas, a solidariedade das actuações.

Como alguns outros nessas gerações, a Teresa irradiava em todas as suas intervenções uma liderança natural. Não a que depende da concretização do poder, do estímulo das ambições, da gestão de interesses ou da distribuição de cargos e prebendas. Mas, mais profundamente, uma liderança essencial, a que resulta do exemplo exigente e desprendido, de uma permanente interrogação sobre a realidade e os seus novos caminhos, a ambição intrínseca de aperfeiçoamento, a capacidade de assumir causas exigentes e justas.

Em diferentes funções e situações sempre lhe reconheci os mesmos padrões de vida: a recusa de que a importância dos objectivos possa justificar a permissividade quanto aos meios, e a convicção de que importa resistir aos apelos do «realismo», que conduz aos compromissos, às cedências face aos interesses e à resignação às meias verdades e meias soluções.

A certeza de que não se deve aceitar o possível em lugar do necessário, face aos bloqueamentos políticos e sociais, e de que, fundamentalmente, importa corrigir as causas dos atrasos, das injustiças e dos desequilíbrios, e não apenas atenuar os seus efeitos.

A independência no exercício de funções públicas, associada à exigência de dimensão estratégica, alicerçada no rigoroso planeamento e avaliação, e na visão das diferentes dimensões que o desenvolvimento humano impõe.

O desconforto perante a redução da vida política a objectivos imediatistas de conquista e conservação do poder, com o predomínio dos aparelhos partidários, a subalternização de objectivos programáticos e o envolvimento da administração e de empresas públicas.

Recordar a Teresa ajuda-nos a perspectivar os desafios de hoje, com renovada objectividade e exigência e com reforçada ambição de valorização e reconfiguração da nossa sociedade.

Dispomos hoje de acesso a uma maior diversidade de bens, mais informação, mais liberdade, mais mobilidade. Mas mantém-se a necessidade de vencer o sistema que nos limita a capacidade de realização individual, as aspirações mais profundas e as causas solidárias. Os limites não resultam hoje da repressão das polícias ou da censura, das fronteiras fechadas ou das condicionantes normativas, entraves bem conhecidos que importava ultrapassar. Resultam, agora, do aliciamento envolvente que, na prática, expropria a grande maioria das pessoas da consciência crítica própria e de opções individuais essencialmente livres, através de teias criadas para reconfigurar vontades e aspirações, instrumentalizadas pelo consumismo e pelo entretenimento. Não a imposição pela força, mas a absorção do tempo e do poder de compra pelas modas, pela publicidade, pela televisão, pelo sensacionalismo. Menos agressivas mas mais constantes e envolventes, não são hoje menos poderosas as instituições de enquadramento económico, social e político, nem menos alienantes os mecanismos condicionantes da racionalidade, das consciências e das vontades.

Foi necessária coragem, por vezes heroísmo, para combater a repressão, denunciar injustiças, bloqueamentos e opressões. Não é hoje necessária menos determinação para manter uma intervenção cívica persistente, para pôr em causa por vezes avanços de carreira e níveis de remuneração, quando importa combater a exclusão social e erradicar diferentes formas de corrupção e enriquecimento ilícito, abusos de autoridade, sonegação de informação, desonestidade política ou atropelos legais.

Recordar a Teresa é também agradecer o seu exemplo. Melhor que exortações, discursos ou recomendações, os exemplos vividos oferecem a demonstração autêntica de que a qualidade dos princípios e das causas que assumimos, e dos projectos que solidariamente construímos, configuram a nossa vocação e o significado e dimensão das nossas vidas.

No Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa

Roberto Carneiro

Um Testemunho Pessoal¹

Comecei por conhecer a Teresa Ambrósio por interposta pessoa.

A minha futura mulher, Maria do Rosário, tinha sido aluna dela no Colégio Sagrado Coração de Maria onde a Teresa fora professora da disciplina de Físico-Química no ensino secundário.

Numa percepção de adolescente e numa avaliação de aluna liceal, a Maria do Rosário referia-se à Prof. Teresa Ambrósio como pessoa exigente – obstinadamente determinada – de quem não era fácil as alunas escaparem, fosse das aulas, fosse dos deveres escolares.

Posteriormente, já no Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa (GEPAE) do então Ministério da Educação Nacional (MEN), enquanto técnico do Grupo de Ensino Superior, tive os primeiros contactos pessoais com a Teresa Ambrósio, que no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros (STPC) se ocupava de questões de recursos humanos e educação.

Recordo-me dos primórdios do III Plano de Fomento, que em 1968 dava os primeiros passos, após o Plano Intercalar 1965-1968, sob o impulso reformista do Dr. João Salgueiro e do Engenheiro Correia Gago.

¹ O presente texto reveste carácter testemunhal. Não tendo sido possível, por manifesta carência de meios e de tempo, fazer uma pesquisa documental e de fontes, o depoimento é elaborado com base unicamente nas memórias do autor, pelo que se alerta para eventuais imprecisões de datas e de designações. O autor agradece a disponibilização do CV da Prof. Teresa Ambrósio por parte do Conselho Nacional de Educação.

Desde logo a personalidade forte da Teresa me impressionou pela sua determinação em cumprir prazos – domínio em que não somos exemplares em Portugal – e pelo seu à-vontade no domínio técnico dos conceitos mais avançados de planeamento.

A Teresa Ambrósio no GEPAE/GEP

Já nos finais da década de 60 (*circa* 1968), o Prof. Fraústo da Silva aceita suceder ao Prof. Pessoa Jorge na Presidência do GEPAE, órgão de concepção e orientação da reforma educativa que havia sido idealizado pelo Ministro Inocêncio Galvão Teles e criado em 1965 no quadro do Plano Intercalar de Fomento como órgão de *staff* directo do Ministro.

Recentemente regressado de Inglaterra, onde concluíra um brilhante doutoramento em Química, Fraústo da Silva representava uma nova geração tecnocrática na *res publica* educativa, reunindo no GEPAE algumas das melhores mentes nacionais que viam na Educação o vector fundamental de modernização do país: Adelino Amaro da Costa, Protes da Fonseca, Marcelo Rebelo de Sousa, António Borges, Robin de Andrade, Rui Machete, Pedro Roseta, Abel Mateus, Luís Valadares Tavares, Luís Silveira, Ângelo Correia, e muitos outros jovens que se destacavam pelo seu ímpeto reformista.

Foi num contexto de intensa mudança – e de esperança – que Fraústo da Silva foi buscar a Teresa ao STPC e a requisitou para os quadros do MEN. A Teresa Ambrósio era já um valor largamente reconhecido pelos trabalhos que realizara no STPC no âmbito da preparação e execução do III Plano de Fomento (1968-1974) com relevo para as áreas da Educação e da Investigação Científica².

² Ambrósio, T. (co-autoria) (1965 a 1970), *Relatórios de Preparação e Execução dos II e III Planos de Fomento*, Capítulos da Educação e Investigação Científica. Publicados nos documentos oficiais. Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros.

Já com João Salgueiro na Subsecretaria de Estado do Planeamento, assistia-se a um movimento forte de implantação de uma nova orgânica de planeamento, que assentava em três pilares conceptuais: o STPC como órgão coordenador central de planeamento, os gabinetes de planeamento sectoriais, e as comissões de planeamento regional (CPR – correspondentes ao desenho de cinco regiões-plano do Continente).

Tendo o Ministério da Educação Nacional sido pioneiro na criação de um órgão sectorial de planeamento, importaria reorganizar o GEPAE para o dotar das condições humanas, periciais e logísticas para se afirmar como um gabinete sectorial exemplar, vocação que se veria reforçada quando Veiga Simão é nomeado Ministro em Janeiro de 1970, com um discurso de abertura em torno da «batalha da educação» e da «democratização do ensino» que até então o regime do Estado Novo não conhecia.

O GEPAE ver-se-ia assim convertido no GEP (Gabinete de Estudos e Planeamento), em 1972, no quadro da profunda reorganização do MEN levada a cabo pelo ministro Veiga Simão, que buscava concentrar nesse organismo a densidade estratégica, técnica e conceptual necessária ao desenho, avaliação e monitorização do complexo esforço de reforma educacional em todos os azimutes do sistema.

Paradigmaticamente, o GEP é estruturado em torno de duas grandes valências, à semelhança de dois pulmões, simétricos e complementares, cada qual com a sua missão: a Direcção de Serviços de Estudos e a Direcção de Serviços de Planeamento.

Fraústio da Silva (director) e Adelino Amaro da Costa (subdirector) decidiram, naturalmente, entregar o Planeamento a Teresa Ambrósio, técnica superior que vinha dando provas de plena capacidade para o exercício do lugar desde 1969, ano em que tinha integrado os quadros do GEPAE. Para a Direcção de Serviços de Estudos é convidado António de Almeida Costa, Reitor do Liceu D. Manuel II (posteriormente Rodrigues de Freitas), personalidade que se havia evidenciado no Congresso do Ensino Secundário realizado em Aveiro nesse ano de 1972.

À Teresa eram confiadas três missões fundamentais:

- Estruturar, orientar, e dotar de recursos humanos/meios técnicos a Direcção de Serviços de Planeamento por forma a levar a cabo as complexas funções que sobre ela recaíam, nomeadamente para pilotar a reforma global da educação, em concertação com a Direcção de Serviços de Estudos, diálogo que a Teresa realizava de forma muito eficaz.
- Assegurar a interlocução ao mais alto nível conceptual e técnico com a orgânica de planeamento, o STPC, os demais gabinetes sectoriais e as CPR, designadamente no âmbito da concepção, fundamentação, preparação e elaboração do IV Plano de Fomento (1974-1979).
- Desenvolver uma intensa frente de cooperação internacional³, com relevo para a OCDE e na sequência dos trabalhos pioneiros levados a cabo no contexto do Projecto Regional do Mediterrâneo, tendo em vista a aplicação de técnicas avançadas de estatística e planeamento educacional quantitativo⁴ (PPBS⁵, Análise de Sistemas, Modelos Prospectivos, Modelos de Procura Social inspirados no método Parnes, Estimação de Taxas de Rentabilidade, Modelos de Previsão de Necessidades de Mão-de-Obra).

³ A Teresa Ambrósio havia realizado um estágio sobre Metodologias de Planificação das Necessidades de Mão-de-Obra Qualificada e Planeamento do Ensino Superior, no Institut International de Planification de l'Education (IIPÉ – UNESCO), e havia ainda adquirido a especialização em Planeamento de Educação no Institut of Social Studies (Haia), em ambos os casos em 1968, treino que a capacitara para a aplicação das metodologias em voga na época.

⁴ Carneiro, R. (1972), «O planeamento educacional quantitativo – Metodologias gerais e sua integração», Educação – Boletim do GEPAE, Vol. 4, N.º 10, Fevereiro 1972, pp. 57-66.

⁵ Em colaboração com M. Bottomley (Bradford University) e M. Jean Lessard (Ministério da Educação da Província do Quebeque, Canadá), a Teresa Ambrósio desenvolveu uma metodologia de Planificação e Programação, Orçamento e Controlo (*Planning Programming Budgeting System*) que conduziu à implantação do processo PPBS no Ministério da Educação Nacional, em Portugal.

Até à sua «migração» em 1973 para a Universidade Nova de Lisboa, com Fraústio da Silva, que fora nomeado o seu primeiro Reitor e Presidente da Comissão Instaladora, a Teresa desenvolve uma actividade multifacetada de planeamento educacional, numa dupla dimensão nacional e internacional. Com ela trabalha uma plêiade de técnicos e peritos que viria a marcar a emergência de uma «nova escola» de planeamento da educação em Portugal: Maria Emília Freire, Emília São Pedro, Manuela Machado, José Pedro Martins Barata, Manuel Lucas Estêvão, Luís Tibúrcio, e muitos outros que certamente recordarão a sua liderança e dedicação à causa da educação nacional.

Uma relação duradoura

Mantive ao longo de mais de 35 anos uma relação de proximidade amiga com a Teresa Ambrósio.

A Teresa era um daqueles raros espíritos «superiores» que prezava a autonomia de pensamento e a liberdade de discernimento acima de quaisquer condicionamentos ideológicos ou pressões de grupo.

A nossa «cumplicidade» em torno das grandes questões da educação nacional sempre superou quaisquer divergências conjunturais, fazendo sobressair uma sintonia estratégica nos mais diversos domínios, desde a liberdade de ensino ao modelo participativo – e comunitário – de desenvolvimento educativo.

Recordo, com nostalgia incurável, as inúmeras reuniões de trabalho no GEPAE/GEP (1970-1973), as discussões infindáveis para consensualizar um programa de governo PS/CDS (1978), a colaboração entre membro do governo e deputada ao longo de uma legislatura (1980-1983), a aceitação do convite e participação activa no Secretariado Entreculturas (1990-1993), a partilha fecunda de ideias no seio do Groupe de Réflexion sur l'Éducation et la Formation da Comissão Europeia (1995-1997), a companheira e colega no Consultivo Geral da Fundação Calouste Gulbenkian

(1996-1998), a produção em parceria (FCG/Conselho Nacional da Educação) da Revista *Colóquio/Educação e Sociedade – Nova Série* (1997-1999), a colaboração em inúmeras iniciativas do Conselho Nacional de Educação (1996-2002), a participação comum em júris académicos.

O compromisso político da Teresa forjou-se na Universidade e manteve-se coerentemente na intervenção social, institucional e cultural.

Ela foi uma insigne representante da geração de 50/60, uma geração unida em torno de ideais desenvolvimentistas e democratizantes, e reunida pela utopia transformadora da educação das pessoas e do desenvolvimento dos povos.

A partida abrupta da Teresa Ambrósio deixa-nos mais pobres e desguarnecidos.

Resta-nos, além da saudade, a preservação de uma memória fresca: a homenagem a uma personalidade contagiante na alegria e na vontade de bem fazer, por Portugal e pelos seus concidadãos.

Bem hajás, Teresa, por tudo quanto nos inspiraste e continuas a inspirar!

4. *Curriculum Vitae*



Passo a Passo

Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio, nasceu em Vila Nova de Ourém, a 25 de Julho de 1937, e faleceu em Lisboa, a 11 de Setembro de 2006. Foi casada em primeiras núpcias com Amílcar Ambrósio, com quem teve quatro filhos, e em segundas núpcias com José Pedro Martins Barata.

Formação académica

- Licenciatura em Ciências Físico-químicas, Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, 1959;
- Pós-graduação em Ciências Pedagógicas, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1960;
- Especialização em Planeamento de Educação, Institut of Social Studies, Haia, 1968;
- Diplôme d'Études Approfondies (D.E.A.) en Sciences Sociales, Institut de Recherche Economique et de Planification, Universidade de Grenoble, 1976;
- Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines – Sciences de l'Éducation, Universidade François Rabelais, Tours, 1987;
- Doutoramento (por equivalência) em Ciências da Educação, na especialidade Avaliação Social da Educação, Universidade de Lisboa, 1988.

Cargos académicos

- Professora Associada da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa – Secção Autónoma de Ciências Sociais Aplicadas/Ciências da Educação, responsável pela Secção de Ciências da Educação e do grupo de disciplinas de Ciências da Educação;
- Professora «Agrégee» da Universidade François Rabelais, de Tours;
- Membro do Conselho Científico da Université Européenne de Formation, Tours;

- Coordenadora do Mestrado em Ciências da Educação, na área de Educação e Desenvolvimento, na Universidade Nova de Lisboa;
- Orientadora de várias teses de doutoramento e de mestrado;
- Coordenadora da Unidade de Investigação em Educação e Desenvolvimento do Centro de Investigação em Ciências Sociais Aplicadas (CICSA) e responsável por vários projectos de investigação.

Cargos políticos

- Deputada à Assembleia da República entre 1976 e 1983, tendo exercido funções de Vice-presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Vice-presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Presidente da Comissão Parlamentar da Condição Feminina e porta-voz para os assuntos da Educação;
- Presidente do Conselho Nacional de Educação, eleita pela Assembleia da República, em Maio de 1996.

Outros cargos

- Membro do «Grupo de Reflexão» sobre Política Educativa Europeia, constituído no âmbito do Gabinete da Comissária Europeia para a Educação e Formação, desde Setembro de 1995;
- Coordenadora do Grupo de Avaliação das Unidades de Investigação em Ciências da Educação e Psicologia, Ministério da Ciência e Tecnologia, Maio de 1996;
- Membro do Conselho Consultivo Geral da Fundação Calouste Gulbenkian, secção de Educação, Dezembro de 1996;
- Membro do Conselho Geral do Montepio Geral, desde 1987; membro do Grupo de Estudos sobre Mutualidades e da Fundação Montepio Geral;
- Coordenadora da Secção Educação e Desenvolvimento da Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação;
- Membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa;

- Membro da Associação Internacional de Língua Francesa de Investigação Educativa;
- Membro do Conselho Executivo do Réseau Européen de la Modélisation de la Complexité (2003).

Percurso profissional

1961-1963 – Professora do Ensino Secundário.

1963-1965 – Documentalista no Centro Nacional de Documentação da Electricidade – Grémio das Empresas de Electricidade. Realizou um estágio no Centro de Documentação do Ministério do Ultramar e visitou vários Centros de Documentação no estrangeiro.

1965-1968 – Técnica do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros. Responsável pela elaboração dos relatórios sobre o Fomento da Educação e da Investigação (III Plano de Fomento), sob a coordenação do Dr. João Salgueiro. Em 1967, como representante do Governo, participou no Congresso da OCDE (Veneza) sobre «Formation et Utilisation du Personnel Hautement Qualifié».

1968 – Frequentou um Curso de Pós-graduação no Institut of Social Studies (Haia) e elaborou um estudo (sob a orientação do Prof. M. Ponsiens) sobre a Problemática do Desenvolvimento e suas repercussões nas Estruturas Educacionais e Sociais dos Países em vias de Desenvolvimento.

Realizou um estágio sobre as Metodologias de Planificação das Necessidades de Mão-de-obra Qualificada e Planeamento do Ensino Superior, no Institut International de Planification de l'Éducation (IPE – UNESCO).

1969-1970 – Foi requisitada para o GEP (Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação) para organizar os Serviços de Planeamento, sob coordenação do Prof. Fraústo da Silva. Participou num projecto sobre a Avaliação de Projectos Educacionais e Programação Orçamental.

Em colaboração com M. Bottomley (Bradford University) e M. Jean Lessard (Ministério da Educação da Província do Québec) desenvolveu uma metodologia de Planificação e Programação, Orçamento e Controlo (*Planning Programming Budgeting System*), levando à implantação do processo de P.P.B.S. no Ministério da Educação, em Portugal.

1970-1973 – Foi nomeada Directora de Serviços de Planeamento no Ministério da Educação. Orientou uma equipa de economistas, técnicos de estatística, sociólogos e diversos peritos de educação nos trabalhos de planeamento e de execução da Reforma do Sistema Educativo (Reforma Veiga Simão).

Representou Portugal em diversas instituições internacionais e participou no grupo de trabalho da OCDE sobre a Introdução de Técnicas de Análise dos Sistemas na Planificação da Educação.

1973-1975 – Foi encarregada de coordenar a equipa que elaborou o Plano de Criação da Universidade Nova de Lisboa (plano integrado na reforma das universidades portuguesas). Foi membro do Centro de Estudos para o Desenvolvimento desta universidade.

1974 – Integrou a representação governamental à Assembleia-Geral da UNESCO (Paris), como perita em Educação, para negociação da reentrada de Portugal naquela organização.

Depois de Abril de 1974, foi nomeada membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa.

1975-1976 – Frequentou, como bolsista, o curso de D.E.A. em «Prospective et Politique Scientifique», no Institut de Recherches Économiques et de Planification da Universidade de Grenoble. Obteve o grau com a apresentação da dissertação «Approche Systémique et Planification de la Politique Scientifique», elaborada sob a orientação do Prof. I. Barel.

1976-1983 – Foi deputada na Assembleia da República; Vice-presidente da Comissão Parlamentar da Educação e Presidente da Comissão Parlamen-

tar da Condição Feminina; Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS e porta-voz para os assuntos da Educação.

Elaborou várias propostas de lei, designadamente Alfabetização e Educação de Base de Adultos, em 1976; Ensino Privado e Cooperativo, em 1978 e Lei Quadro do Sistema Nacional de Educação, em 1980.

Foi Vogal do Conselho Nacional do Plano, por nomeação governamental.

1978-1987 – Foi Directora Executiva e Investigadora do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED). Orientou equipas de investigação nos domínios da educação escolar, formação profissional, inovação tecnológica e juventude.

Responsável pela organização de Conferências na área do Desenvolvimento e Educação:

- Desenvolvimento Económico e Social num Contexto de Mudança, em 1980;
- Política Educativa num Contexto de Crise e Transformação Social, em 1981;
- Situação, Problemas e Perspectivas da Juventude em Portugal, em 1983.

Coordenadora da publicação de livros e relatórios de estudos realizados nas áreas da Educação, Política Social e Problemáticas dos Jovens e das Mulheres, editados pelo IED.

Directora da revista *Desenvolvimento*, editada pelo IED.

Publicação de vários artigos em revistas, nomeadamente *Seara Nova*, *Finis-terra* e *Análise Social*.

1983-1985 – Regressou à actividade profissional nos Serviços de Planeamento da Universidade Nova, sendo requisitada pela FCT/UNL para coordenar o Núcleo de Educação. Foi aceite em Doutoramento – Doctorat d'État – na Universidade de Tours, onde iniciou o trabalho de investigação, sob orientação do Prof. George Lerbet.

Como bolsreira convidada do governo dos EUA, visitou, durante um mês, várias universidades (Boulder, S. Diego, Berkeley, MIT, Boston) com departamentos onde se desenvolviam projectos de investigação sobre a problemática feminina.

Organizou na UNL – Faculdade de Ciências e Tecnologia – cursos de formação de professores do Ensino Secundário e um seminário sobre a Reforma Educativa.

1985-1987 – Obteve uma bolsa da UNESCO para, no âmbito do doutoramento, se deslocar a França e aprofundar os seus estudos na área de Decisão Política em Educação.

Foi membro convidado do Comité Consultatif du Centre Européen de l'Enseignement Supérieur (UNESCO, Bucareste).

Foi consultora convidada do Institute of Educational Planning (UNESCO) no campo da Política da Juventude, Decisão Política e Ensino Superior. Neste âmbito, participou em várias conferências e presidiu e mesas-redondas e colóquios.

Foi professora convidada da Universidade Nova de Lisboa (1985) para leccionar disciplinas (Sociologia da Educação, Psicologia da Educação) do Ramo Educacional da Licenciatura em Matemática, então criado.

Participou em vários seminários de investigação na Universidade de Tours, no âmbito do projecto de doutoramento.

1987 – Obteve do grau de Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines (Sciences de l'Éducation) na Universidade François Rabelais, Tours.

Foi nomeada para coordenação dos júris de avaliação de projectos em Ciências de Educação, na JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica).

Organizou os cursos de profissionalização de professores do Ensino Secundário, na Faculdade de Ciências e Tecnologia (Núcleo de Educação).

Organizou o grupo de disciplinas de Ciências da Educação na Faculdade de Ciências e Tecnologia (Núcleo de Educação).

1988 – Participou na criação do Departamento de Ciências do Desenvolvimento da Faculdade de Ciências e Tecnologia onde se integrou o Núcleo de Ciências da Educação.

1989-1990 – Preparou e coordenou o I Curso de Mestrado em Ciências da Educação – opção Educação e Desenvolvimento.

Elaborou a proposta de abertura de doutoramento na área das Ciências da Educação, na Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Elaborou a proposta de criação de uma Licenciatura de Ensino em Ciências.

1991-1992 – Coordenou o II Curso de Mestrado.

1992 – Esteve de licença sabática (6 meses) para recolha de documentação e estudo na área das relações entre Educação, Formação de Recursos Humanos e Desenvolvimento.

1993 – Foi nomeada Professora Efectiva da Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Participou na criação do Centro de Investigação de Ciências Sociais Aplicadas, nomeadamente da Unidade Educação e Desenvolvimento.

1994-1995 – Coordenou do III Curso de Mestrado e a Unidade de Educação e Desenvolvimento.

1995-1996 – Foi nomeada consultora para as questões da Educação e Investigação, no âmbito do Gabinete de Edith Cresson (DGXXII e DGXII).

1996 – Por concurso, foi contratada como Professora Associada da Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Foi eleita Presidente do Conselho Nacional de Educação.

1996-1997 – Foi nomeada Coordenadora da Avaliação das Unidades de Investigação em Ciências da Educação e Psicologia pelo Ministro da Ciência e Tecnologia.

Actividade docente

1) Na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa:

- Disciplinas de licenciatura – Licenciatura em Matemática (Ramo Educacional);
- Disciplinas do Curso de Profissionalização em Serviço de Professores do Ensino Secundário;
- Disciplinas do Mestrado em Ciências da Educação, na área de Educação e Desenvolvimento.

2) Colaboração com outras Universidades e Escolas Superiores:

- Séminaires de Recherche pour le Doctorat, GREFED, na Universidade François Rabelais, Tours, coord. Prof. G. Lerbet, 1988/9;
- Mestrado em Gestão de Recursos Humanos, ISCTE, coord. Prof.^a Maria João Rodrigues;
- Cours d'Études Supérieures Spécialisées (DESS), Éducation d'Adultes, na Universidade de Tours, coord. Prof. G. Pineau, 1993/94;
- Mestrado em Geografia e Educação Ambiental, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, coord. Prof. Jorge Gaspar, 1994/95;
- Mestrado em Supervisão em Educação, na Universidade de Aveiro, coord. Prof.^a Isabel Alarcão, 1995/96;
- Mestrado em Pedagogia do Ensino Superior, no ISCTE;
- Orientação de uma dissertação de mestrado sobre Educação e Planeamento Urbano, do Mestrado em Planeamento Urbano, no IST, coord. Prof. J. Lamas;

- Orientação de um trabalho de investigação para concurso na Escola Superior de Enfermagem (Açores) – Formação em Alternância em Enfermagem;
- Orientação de vários projectos de investigação/acção de professores do Ensino Secundário, em situação de bolseiros.

3) Orientou as teses dos seguintes mestrandos:

- COUCEIRO, Maria do Loreto (1992);
- MARQUES, Maria Margarida (1992);
- PIRES, Maria Isabel (1992);
- AZEVEDO, António Filipe (1993);
- BOAVIDA, Ana Maria (1993);
- GORDO, Maria de Fátima (1993);
- MACEDO, Berta (1993);
- VALENTE, Mariana (1993);
- DOMINGOS, António Manuel (1994);
- CASTRO RAMOS, Maria da Conceição (1995);
- JUNQUEIRA, Maria Margarida (1995);
- PIRES, Ana Luísa (1995);
- RIBEIRO, Cremilde Fernandes (1995);
- SANTOS, Margarida Amélia (1995);
- DIOGO, José Manuel (1996);
- DUARTE, Isabel Prata (1996);
- FERREIRA, José Arede (1996);
- FRANCO, Alfredo José (1996);

- AZEVEDO, Maria Manuela (1996);
- FERNANDES, Maria de Lourdes (1996);
- PEDROSO, Maria Helena (1996);
- GONÇALVES, Manuel Pedro (1997);
- GAMA, António Valdemar (1997);
- MARQUES, Maria Teresa (1997);
- SOVERAL, Maria Manuela (1997);
- MENEZES, Maria Teresa (1997);
- NEVES, Cláudia Susana Coelho (2005).

4) Orientou as teses dos seguintes doutorandos:

- ANDRADE, António Jorge;
- COSTA, Fernando (em co-orientação com o Prof. Abbeg, da Universidade de Boston);
- OLIVEIRA, Maria Teresa (em co-orientação com o Prof. Kilburn, da Universidade de Boston);
- MARQUES, Maria Margarida;
- COUCEIRO, Maria do Loreto (em co-tutela com o Prof. Gaston Pineau, da Universidade François Rabelais, Tours);
- TEODORO, António (em co-orientação com o Prof. Steve Stoer, da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação do Porto);
- VALENTE, Mariana;
- VALENTE PIRES, Maria Isabel;
- CORREIA DE FREITAS, João;
- TOLENTINO, André Corsino.

5) Participação em júris:

Foi arguente nas seguintes Provas de Mestrado:

- CAVACO, Maria Helena (1989);
- TAVARES, Maria Manuela (1991);
- RAMOS, Lucília Carreiro (1992);
- CABRITO, Belmiro Gil (1993);
- FIGUEIREDO, Maria Irene (1993);
- CRUZ, Manuel Salve-rainha (1994);
- VELOSO, Esmeraldina Maria (1994);
- SIMÕES, Maria Elvira (1995);
- PINTO, Cidália Brun (1995);
- SULEMAN, Fátima (1995);
- GASPAR, Teresa (2002).

6) Participou nos seguintes júris de equivalência:

Júri de equivalência a Doutoramento em Ciências de Educação, na Universidade de Lisboa – Rui Canário, 1988;

Júris de equivalência a Mestrado:

- Maria Madalena Fontoura, 1991;
- Maria Fernanda Neves Camineiro, 1992;
- Maria Isabel Girão de Melo Veiga Alçada, 1994;
- Maria Antunes de Carvalho Jerónimo, 1994;
- Maria Emília Brederode Rodrigues dos Santos, 1994;
- Maria José de Araújo Martins, 1994.

Organização de Seminários e Colóquios

- Seminários sobre a *Reforma Educativa e Formação de Professores*, no âmbito da participação das universidades na Reforma Educativa, 1985 e 1986;
- Seminário sobre *Metodologias de Ensino Superior*, para assistentes da Faculdade de Ciências e Tecnologia, no ano lectivo de 1988/89;
- Seminários sobre *Modelos Pedagógicos e Metodologias de Ensino* para orientadores pedagógicos e alunos de mestrado, com a participação do Prof. António Cachapuz, Universidade de Aveiro, 1991;
- Seminário sobre *Sistema, Pessoa e Produção de Conhecimentos – Introdução das Ciências Cognitivas* com o Prof. George Lerbet, Universidade de Tours, Janeiro de 1990;
- Seminários sobre *Educação e Desenvolvimento – problemáticas actuais e estratégias de acção*, para alunos de Mestrado, Assistentes da Secção de Ciências da Educação e aberto a outros interessados;
- Seminários sobre *Análise Institucional – Teorias de Gestão e Decisão Educativa* com a participação do Prof. Michel Bernard, da Universidade de Nantes, em Maio de 1990, e do Prof. Jorge Arroiteia, da Universidade de Aveiro, em Maio de 1991;
- Seminário de Investigação sobre *Metodologias das Histórias de Vida* com a participação do Prof. Gaston Pineau, da Universidade de Tours, em Janeiro de 1991 e Abril de 1992 (para os assistentes de Ciências da Educação e alunos de mestrado);
- Seminário sobre *Desenvolvimento Profissional e Pessoal* no âmbito das acções de formação da Sociedade Portuguesa das Ciências de Educação, em Dezembro de 1992;
- Colóquio sobre o *Estado Actual da Investigação em Formação* realizado em 19, 20 e 21 de Maio de 1994. Este colóquio reuniu uma centena de investigadores nacionais e estrangeiros que apresentaram comunicações escritas sobre o tema e participaram em conferências e mesas-redondas.

As actas, coordenadas pelos organizadores, foram publicadas em edição da Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação;

- Seminário *O Ensino das Ciências e o Futuro da Cultura Científica na Europa – O Caso Português* realizado em Novembro de 1994. Discussão com professores ligados ao ensino das Ciências;
- Seminário sobre os resultados do Projecto de Investigação *TELOS – Formação Contínua de Recursos Humanos de nível Superior* realizado em Fevereiro de 1995. Discussão com investigadores portugueses dos relatórios apresentados à JNICT;
- Seminário *La Production du Savoir Scientifique* com a Prof.^a Isabelle Stengers, no âmbito do CICSA para alunos, assistentes e professores da Faculdade de Ciências e Tecnologia e convidados, realizado durante uma semana em grupo de investigação e terminando com uma mesa-redonda aberta sobre a obra de Isabelle Stengers;
- Seminário sobre *Les Sciences Cognitives et la Construction du Savoir* com o Prof. George Lerbet, no âmbito da Unidade de Investigação – Educação e Desenvolvimento (CICSA – 1997);
- Colóquio sobre *Investigação em Ciências da Educação: problemáticas e dificuldades metodológicas em zonas de fronteira multidisciplinares*, no âmbito da Unidade de Investigação – Educação e Desenvolvimento (CICSA – 1997).

Projectos de Investigação

1) Foi responsável e coordenadora dos seguintes projectos:

- Projecto *Structures Industrielles, Changements Technologiques et Enseignement Supérieures au Portugal* (1982/83) – Directora do estudo com R. Avakov – contrato UNESCO (IIEP). O projecto deu origem a um livro, uma conferência na Fundação Calouste Gulbenkian e ainda à participação numa conferência da UNESCO realizada em Budapeste (1983);

- Projecto sobre *Situação, Problemas e Perspectivas da Juventude* (1983/86) – Subsidiado pela UNESCO, Gulbenkian e JNICT – contrato IED. Este projecto deu origem a dezassete publicações (Colecção *Juventude*, IED), um número especial da Revista IED e à realização de uma Conferência Nacional com a participação de peritos estrangeiros e cujas actas estão publicadas;
- Projecto de Investigação TELOS sobre *Formação Contínua de Recursos Humanos de Nível Superior – Percursos Profissionais e Percursos Escolares* – contrato JNICT n.º PCSH/C/CED/199/91 (concluído). Este projecto deu origem a duas teses de mestrado, várias comunicações, vários relatórios técnicos e um seminário de difusão de resultados;
- Projecto de Investigação Pólya sobre *Reforma Curricular e Educação Matemática, Investigação e Inovação Matemática* – contrato IIE e JNICT n.º PCED/P/DCI/4.91 (concluído). O projecto deu origem a duas teses de mestrado, várias comunicações e acções de formação de professores;
- Projecto PETRA – *Educação Ambiental* – CEE – Programa PETRA – contrato n.º 91-211-PTC/031-PT (concluído). Este projecto deu origem a vários cursos de formação de professores, à criação de uma Escola Profissional e a vários relatórios e comunicações;
- Projecto *Educação, Mudança Social e Desenvolvimento* em colaboração com o GREFED – Universidade de Tours, desde 1987 (em curso). Desenvolve-se através de uma rede de investigação em que participam assistentes da Secção de Ciências da Educação e dá apoio a teses de mestrado e doutoramento inter-universidades. Neste âmbito, foi assinado um protocolo entre a Reitoria da UNL e o Presidente da Universidade de Tours e iniciada uma Tese de Doutoramento em co-tutela;
- Projecto *Multimédia e Formação Contínua* em colaboração com o CNAM (Paris), desde 1992 (em curso). Apoia uma tese de mestrado. Tem sido subsidiado por projectos da CEE;

- Projecto *Meios Informáticos e o Trabalho de Grupo na Aprendizagem da Física* – contrato JNICT n.º PCSH/C/CED/550/93 (em curso). Deu já origem a uma tese de mestrado e a várias acções de formação e comunicações;
- Projecto *Trajectórias de Realização Escolar (e Profissional) em Jovens Toxicodependentes* – contrato JNICT n.º PCSH/C/CED/551/93 (em curso). Deu origem já a uma tese de mestrado e várias comunicações;
- Projecto TEGERE – *Para uma Educação Participada* – contrato JNICT n.º PCSH/C/CED/573/93 (em curso). Deu origem a uma tese de mestrado e à realização de alguns colóquios. Tem o apoio da Universidade de Boston;
- Projecto PETRA – *Non-Formal Guidance for Youth at Risk of Social Exclusion* – CEE – programa PETRA – contrato n.º 94-21-PTS-0171-00 (concluído). Deu origem a um relatório e a um seminário em Portugal (realizado no UNINOVA em 1995);
- Projecto EVALUE – *Évaluation de l’Enseignement Supérieur* – iniciado em Janeiro de 1996 – Programa TSER – CEE DGXII – Projecto Coordenado a nível Europeu pelo Prof. Dubois (Universidade Nanterres – Centre Travail et Mobilité) a que pertencem nove universidades europeias. Um pólo do projecto situa-se na Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento (CICSA);

2) Participou ainda nos seguintes Projectos de Investigação:

- Rede Europeia sobre *Work Process Knowledge* coordenada pela Universidade de Manchester (início em 1995). No âmbito desta rede, foi apresentada uma comunicação (em colaboração) no 2.º *Meeting* (França);
- Projecto Europeu sobre *Educação Científica* – Projecto da responsabilidade do Prof. Mariano Gago foi desenvolvido por várias equipas universitárias. A equipa portuguesa foi coordenada por Teresa Ambrósio (1993/95). O projecto deu origem a três relatórios apresentados em

várias reuniões. No seu âmbito, a equipa portuguesa organizou ainda a Conferência Internacional e coordenou várias mesas-redondas;

- Projecto sobre o *Ensino Superior em Portugal* – Coordenado pelo Prof. Mariano Gago – Instituto de Prospectiva (1992-1994). A participação deu origem a uma comunicação, à elaboração de um capítulo do livro *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal* (GEP, 1995) e a seminários realizados no âmbito da Universidade de Verão (Convento da Arrábida).

Cargos ocupados na Faculdade de Ciências e Tecnologia

- Membro da Comissão Coordenadora do Conselho Científico (de 1988 até 1990) em representação do Departamento das Ciências do Desenvolvimento;
- Membro suplente da Comissão Coordenadora (desde 1991) da Secção Autónoma de Ciências Sociais Aplicadas – SACSA;
- Membro do Conselho Científico da Secção Autónoma das Ciências Sociais Aplicadas;
- Representante da Universidade Nova de Lisboa no Grupo de Trabalho Staff Development para as Universidades Portuguesas (desde 1995).

Outros cargos

- Na Universidade de Tours, Professora «Agrégee» no Laboratoire de Sciences d'Éducation (para orientação de projecto de D.E.A. e Doctorat, desde 1987);
- Membro do Conselho Científico do Instituto de Inovação Educacional (IIE, 1989/93). Neste âmbito, elaborou vários pareceres sobre a Reforma Educativa e coordenou alguns números da revista *Inovação*;
- No Conselho Nacional de Educação, membro cooptado desde 1989, presidente da secção permanente da Formação Contínua e Profissional e membro da secção do Ensino Superior e Investigação. Relatora de vários pareceres, elaborou, nos anos de 1994/95, um trabalho sobre *Convergên-*

cias Dinâmicas entre Necessidades de Qualificação Profissional e Sistemas de Formação que deu origem a uma Conferência e a uma publicação do CNE. Foi coordenadora do grupo de trabalho sobre Formação de Recursos Humanos, grupo de ligação entre o CNE e o CES (Conselho Económico e Social);

- Na UNESCO, foi membro do Conselho Consultivo do CEPES (European Centre for Higher Education), 1987-1988. Neste cargo, participou em várias reuniões na sede do CEPES em Bucareste;
- Membro do Conselho Científico da Association Franco-Portugaise des Chercheurs en Sciences de l'Éducation, desde 1987. Neste âmbito, participou nas reuniões anuais e conferências realizadas quer em Portugal, quer em França;
- Membro da Comissão Organizadora do Ano Internacional de Alfabetização (1990). Organizou e participou na Conferência Nacional de Comemoração do Ano Internacional de Alfabetização;
- Membro do Secretariado Nacional de Educação Multicultural (1990-1993). Neste âmbito, organizou e participou na Conferência Nacional, na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1991, e na exposição de projectos de intervenção e investigação;
- Membro do Conselho Geral do Montepio Geral, desde 1988;
- Membro do Gabinete de Estudos de Segurança e Solidariedade Nacional do Montepio Geral, desde Janeiro de 1996;
- Responsável pela secção Educação na obra *Portugal Contemporâneo*, Edições Alfa;
- Membro do Conselho Consultivo da Escola Superior de Educação de Lisboa.

Intervenção associativa

- Membro fundador da SEDES (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social), em 1969. Como sócia desta associação participou em estudos, mesas-redondas e conferências organizadas no seu âmbito;

- Membro fundador do IED (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento), em 1978;
- Membro fundador da OIKOS (Organização não Governamental para a Cooperação e Desenvolvimento), em 1988;
- Membro fundador da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, em 1987. Participou nos seus órgãos directivos e foi coordenadora da secção Educação e Desenvolvimento;
- Membro da AID (Association International des Documentalistes), desde 1967;
- Membro da AFIRSE (Association Française d’Enseignement et Recherche en Sciences de l’Éducation), desde 1987.

Trabalhos publicados

AMBRÓSIO, T.

co-autoria I, **1965 a 1970**

- *Relatórios de preparação e execução dos II e III Planos de Fomento*, capítulos da Educação e Investigação Científica publicados nos documentos oficiais. Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros.

1968

- *An Approach for Educational Planning*, relatório do Curso de Especialização, Institute of Social Studies. Difusão restrita.
- *Equilibre entre l’Offre et la Demande de Main-d’oeuvre – Les incidences sur la Planification de l’Éducation*, relatório de um estágio efectuado no IIPE, UNESCO. Difusão restrita.

co-autoria I, **1970 a 1973**

- *Relatórios de preparação do IV Plano de Fomento* (Reforma Veiga Simão), cuja execução coordenou enquanto Directora de Serviços, GEP/MEN. Difusão restrita.

1971

- *Formation et Utilisation du Personnel Hautement Qualifié – Éducation Permanente*, relatório apresentado à Conferência da OCDE sobre o mesmo assunto, Veneza. Integrado nos documentos da Conferência publicados pela OCDE.

1973

- *L'Analyse des Systèmes dans la Planification de l'Éducation (Capítulo sobre a experiência em Portugal)*, no âmbito dos Serviços de Planeamento do Ministério da Educação. Publicação da OCDE.

co-autoria I

- *Relatório de Criação da Universidade Nova de Lisboa*. Este relatório constituiu o resultado do trabalho de uma equipa de técnicos que no Gabinete de Planeamento da UNL elaborou, sob a orientação do Prof. Fraústo da Silva, o I Plano de Desenvolvimento daquela universidade.

1981

- «**Democratização do Ensino**», in *Sistema de Ensino em Portugal*, edição Fundação Calouste Gulbenkian.
- *Política Educativa num Contexto de Crise e Transformação Social* (coord.), trabalhos resultantes duma conferência realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, edição IED.

co-autoria I, **1983**

- *Structures Industrielles, Changements Technologiques et Enseignement Supérieurs au Portugal*, UNESCO, IIEP, Paris.

1985

- «**Aspirações Sociais e Políticas de Educação**», in *Análise Social*, Vol. XXI, Lisboa.

- «**Contributo para o Estudo da Identificação Psico-Social dos Jovens**», in *Cadernos de Consulta Psicológica*, n.º 1, Lisboa.
- «**Inserção Social dos Jovens. Abordagem de uma Realidade Complexa**», *Cadernos Juventude*, IV, edição IED.

1986

- «**Os Jovens e Nós: Resultados e Avaliação Crítica de um Projecto**», in *Desenvolvimento*, número especial, edição IED.
- «**A Pessoa no Contexto do Desenvolvimento Social**», in *AlterEgo*, Lisboa.
- «**Contributo para o Estudo da Identificação Psicossocial dos Jovens**», in *Análise Social*.

1987

- *Aspirations Sociales, Projets Politiques et Efficience Socio-Culturelle de l'Éducation au Portugal*, Thèse de Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines – Sciences de l'Éducation, Universidade François Rabelais, Tome I, Tome II.

1988

- ; BARATA, M., «**Desafios e Limites da Modernização**», in *Cadernos Modernização 1*, Lisboa, edição IED.
- «**Os Desafios Educativos das Novas Tecnologias**», in *O Economista*, n.º 1, edição APE, Lisboa.

1989

- «**Limitations des Méthodes d'Observation dans l'Investigation des Processus d'Auto-organisation des Systèmes Sociaux et Humains**», in *Actes du Colloque International de la AIP ELF*, Lisboa.

1990

- «**Da Tecnologia Social à Investigação Educativa**», in *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa*, Edições Afrontamento.

- «**La Recherche – Action et Production du Savoir – Compte rendu d’un table ronde**», in *Actes du Congrès sur Formation par Production du Savoir*, Ed. Mésonance.
- «**Investigação/Ação: as Componentes de Formação, de Investigação e de Inovação numa Experiência em Alternância**», in *Actas do 1.º Colóquio AIPLEF*, Lisboa.

1991

- «**O Papel do Estado e da Sociedade Civil no Incremento, Organização e Financiamento do Ensino Técnico Profissional – comentário ao tema da Secção Especializada**», in *Actas da Conferência Nacional Novos Rumos para o Ensino Técnico Profissional*, GETAP, Porto. Organização da Oficina sobre Formação de Agentes de Mudança, do mesmo Congresso.

1992

- «**Ciências da Educação em Portugal: Um lugar entre as Ciências do Homem e da Sociedade**», in *O Estado das Ciências em Portugal*, Publicações D. Quixote.

1992

- «**Formação Contínua de Recursos Humanos – A questão das novas competências**», in *Actas da 2.º Conferência Nacional de Sociologia*, Lisboa.
- «**Cultura, Ideologias e Processos Educativos – Análise Psicológica**», in *Actas do Colóquio de Psicologia Educacional*, Lisboa.
- «**Situações, Problemas e Desafios do Sistema Educativo Português**», in *Actas da Conferência a Educação em Portugal no Horizonte dos Anos 2000*, CNE, Lisboa.
- «**O Sistema Educativo: Ruptura, Desestabilização e Desafios Europeus**», in *Portugal Contemporâneo*, n.º 138, Edições Alfa, Lisboa.

1993

- «**Continuing Higher Education in Portugal**», in *Conference EUCEN – European University Continuing Education Network*, edição da Universidade do Porto.
- «**A Formação Contínua dos Professores à luz dos Actuais Sistemas Antropocêntricos de Produção e Formação**», in *Aprender*, edição da Escola Superior de Educação de Portalegre.
- ; ALVES, M., «**Emprego e Formação: Dois Percursos Paralelos?**», comunicação apresentada à 2.^a Conferência de Sociologia da Educação, Faro.

1994

- ; OLIVEIRA, T., «**A Metáfora na Construção do Conhecimento Científico**», in *Actas do 4.º Colóquio AFIRSE, Desenvolvimento Curricular e Didáctica das Ciências*, edição da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação de Lisboa.
- «**Convergências e Interdisciplinaridade da Investigação em Formação**», participação numa mesa-redonda do colóquio sobre o Estado da Investigação em Formação, in *Actas do Colóquio*, edição da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, Lisboa.
- «**Procura e Oferta da Formação Contínua de Diplomados do Ensino Superior em Portugal**», in *Actas do Colóquio sobre o Estado da Investigação em Formação*, Lisboa.
- «**Problemática da Formação Contínua de Diplomados**», in *Prospec-tiva do Ensino Superior em Portugal*, edição DEP/GEF, Lisboa.

1995

- ; VALENTE, M.; PEREIRA, C., «**Le Valeur Formative du Concept d’Energie et l’Enseignement des Sciences**», *XVII Journées Internationales Que Savons nous des Savoirs Scientifiques et Techniques?* Ed. Chamomix, publicado em actas.

- «**Objectivos Actuais da Educação Escolar – Novas orientações para a Formação de Professores**», in *Actas do Congresso de Professores de Português*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- co-autoria – «**Percursos de Vida em Toxicodependentes**», comunicação apresentada no *IX Seminário de Psicologia Aplicada*, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- ; BOAVIDA, A., «**Teacher’s Personal Philosophies about Mathematics and the Sense of Problem Solving**», comunicação apresentada ao CIEAM, Berlim.
- ; PIRES, A., «**The New Professional Competences in Theoretical Approches of Competences at Work**», *2nd Work Process Knowledge Meeting*, Courcelle-Sur-Ivette, França (policopiado).
- «**Inovação da Formação Profissional**», in *Vocational Training, European Journal*, CEDEFOP.
- «**Educação Científica e Formação de Competências – Desafios à Didáctica**», participação numa mesa-redonda na Escola Superior de Educação de Portalegre, Portalegre.

1996

- ; ALVES, M., «**Observatórios de Inserção Profissional. Um Instrumento de Interação entre o Sistema Educativo e o Sistema de Emprego**», comunicação apresentada ao 3.º Congresso de Sociologia, APS, Lisboa.
- ; RAMOS, C. (1997), «**Decisão Política em Educação à luz das Teorias de Regulação Social**», participação numa mesa-redonda e apresentação de uma comunicação no VI Colóquio da AFIRSE sobre decisão política, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

1997

- «**O Novo Paradigma Educativo na Sociedade Pós-Industrial**», 6.ª edição do Fórum Euroformação/Eurotraining 97.

- «**Investigação e Autonomia**», conferência no *Fórum da Associação dos Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo*.

2006

- ; PIRES, A. L.; NEVES, C. *et al.*, *Anais, Educação e Desenvolvimento*, Lisboa, UIED.

2007

- CARNEIRO, R. (coord.), «**A Cidadania Contemporânea: Uma Conquista de Afirmção Humana**», in *Cidadania, Uma Visão para Portugal*, Lisboa, Instituto Humanismo e Desenvolvimento/Gradiva.
- Le MOIGNE, J. L.; MORIN, E. (coord), «**Formation: inscrire dans la Société les Chemins de l’auto-organization**», in *Colloque de Cerisy, Intelligence de la Complexité, Épistémologie et Pragmatique*, Éditions de l’Aube.

Comunicações em Encontros Científicos

AMBRÓSIO, T.

1988

- «**A Reforma Educativa em Portugal e a Mudança Sócio-cultural**», comunicação ao seminário *Mudanças Sociais em Portugal*, Johan Wolfgang Goethe-Universität, Frankfurt.
- «**Valores e Comportamentos da Juventude Portuguesa**», comunicação no *Ciclo de Conferências do Centro de Estudos Humanísticos*, Porto.

1989

- «**Limites Metodológicos na Investigação dos Processos Auto-organizativos dos Sistemas Sociais Humanos**», comunicação no *Colloque International – FPCE*, Lisboa.

- «**Psicanálise e Educação: Vectores de Influência e Divergência**», comunicação no 5.º Congresso da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, Lisboa.
- «**Auto e Hetero-Educação de Adultos**», comunicação no 1er Entretien Franco-Portugais sobre Formations des Professeurs, Instituto Franco-Português, Lisboa.

1990

- «**Educação para o Desenvolvimento**», Conferência do Ano Internacional de Alfabetização, Gulbenkian, Lisboa.
- «**La Formation Continue au Portugal – Situation et Potentialités**», comunicação no 2.º Encontro Franco-Português, Universidade de Nantes.
- «**Recherche/Action et Production de Savoir**», moderadora da mesa-redonda sobre La Formation par la Production de Savoir da *Conference Sur Alternance et Production du Savoir*, Universidade de Tours.
- Conferência Internacional *Educação do Futuro – Novas Políticas Europeias*, Conselho Nacional de Educação, Gulbenkian, Lisboa.

1991

- «**Pedagogia e Eficiência Universitária**», comunicação ao 2.º Simpósio Pedagogia na Universidade, Universidade Técnica, Fundação Calouste Gulbenkian.

1992

- «**Gestão Escolar – Teorias Organizativas e Bloqueios Pedagógicos**», comunicação no painel do Instituto Irene Lisboa, Instituto Franco-Português.
- «**A Investigação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas**», intervenção numa mesa-redonda no Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia.

- «**Continuing Education: New Viewpoints on Engineer’s Training**», comunicação no 2.º European Forum for Continuing Engineering Education, IST, Lisboa.
- «**Reconnaissance des Acquis et la Validation des Compétences**», comunicação num simpósio da Universidade de Rennes.
- «**Processos Educativos e Processos de Desenvolvimento**», conferência no 1.º Colóquio de Psicologia Educacional, ISPA, Lisboa.
- «**Educação no Horizonte dos anos 2000**», intervenção na Conferência do Conselho Nacional de Educação, Gulbenkian.
- «**Formação Contínua**», participação num *workshop* do Fórum Euroformação da Associação Industrial Portuguesa, Lisboa.

1993

- «**La Recherche en Réseaux**», participação numa mesa-redonda no 1er Congrès sur l’Actualité de la Recherche en Éducation et Formation, CNAM, Paris.
- «**Formação Contínua de Professores**», participação numa mesa-redonda no Colóquio realizado pelo Ministério da Educação para o lançamento do Programa FOCO, Lisboa.
- «**Educação e Pós-Modernismo**», conferência proferida no 2.º Colóquio de Psicologia Educacional, ISPA, Lisboa.
- «**Cooperação, I&D e Novas Metodologias**», participação numa mesa-redonda no Fórum Euroformação da Associação Industrial Portuguesa, Lisboa.

1995

- «**A Qualidade da Formação**», organização e coordenação de um painel no 3.º Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

- «**Políticas e Perspectivas de Formação de Professores**», participação numa mesa-redonda no âmbito das Comemorações da Escola Superior de Educação de Lisboa.
- «**Novas Competências e novos papéis dos Professores**», mesa-redonda do Congresso de Professores de Português, Faculdade de Letras de Lisboa.
- «**Educação/Formação ao longo da vida: uma viragem nas políticas educativas**», curso de Verão de Formação de Formadores do Ensino Particular, Colégio de S. Tirso.
- «**Desafios actuais da Formação em Enfermagem**», orientação de um *workshop* para Enfermeiros no Hospital Júlio de Matos, Lisboa.
- «**Novos Rumos para a Política Educativa**», participação numa mesa-redonda do Colóquio de Psicologia Educacional, ISPA, Lisboa.

1996

- «**Educação Multicultural e Aprendizagem Intercultural**», intervenção no 5.º Aniversário do Secretariado Nacional de Educação Multicultural, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

1997

- «**Autonomia de Investigação**», intervenção no painel I do Fórum da Associação do Ensino Particular e Cooperativo, Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril.
- «**O Novo Paradigma Educativo na Sociedade Pós-Industrial**», intervenção no Fórum Euroformação/Eurotraining 97.
- «**Reestruturação do Sistema de Formação na Marinha**», intervenção no Seminário.
- «**Interculturalidade e Coesão Social na Intervenção Educativa**», intervenção na sessão de abertura do I Colóquio-Debate.

1998

- «**O Direito à Educação**», intervenção no painel I do Seminário Internacional organizado pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- «**Relações entre Ensino e Mercado de Emprego**», intervenção no Fórum Plano Nacional de Emprego, organizado pelo Conselho Económico e Social.
- «**A busca da qualidade – um desafio para repensar a Educação**», intervenção nas III Jornadas Psicopedagógicas de Gaia «Qualidade em Educação».
- «**Os Sindicatos de Professores e a sua Dimensão de Parceiros Sociais**», depoimento dado ao Sindicato Nacional dos Professores Licenciados.
- «**Debate Educação e Futuro**», participação nas Reuniões da Arrábida.
- «**Um percurso integrado para uma mudança reflexiva na Educação**», intervenção no IV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação.
- «**Formação de Formadores – Perspectivas Pedagógicas e Didácticas**», intervenção no Seminário sobre a Dimensão Europeia da Formação de Formadores (CEDEFOP).
- «**Educação para o Desenvolvimento – os currículos da educação básica**», intervenção no Fórum Escola, Diversidade e Currículo, organizado pelo Departamento de Educação Básica.

1999

- «**Como Construir uma Sociedade de Aprendizagem**», intervenção no painel do Ciclo de Encontros do PNDES *Empregabilidade e Valorização dos Recursos Humanos*.
- «**O Futuro da Educação e o Espaço Educativo Europeu – o caso do Ensino Superior**», conferência proferida no Conselho Nacional para a Acção Social no Ensino Superior, Faculdade de Filosofia da Universidade Católica.

- «**Educação – um futuro a construir**», intervenção no seminário *Educação e Associativismo – para além da escola*, Conselho Nacional da Juventude.
- «**A responsabilidade social numa mudança reflexiva da Educação**», intervenção no XXIV Encontro Nacional das Associações de Pais, organizado pela CONFAP.
- «**Ensinar numa Nova Perspectiva**», intervenção na sessão de abertura do seminário *Aprendizagem ao Longo da Vida*, Fundação Calouste Gulbenkian.
- «**Da Sociedade da Informação à Sociedade do Conhecimento: o papel da escola**», intervenção no seminário *Os Professores e a Sociedade da Informação – A Escola no Contexto da Sociedade Tecnológica*, organizado pela Associação Nacional de Professores do Ensino Secundário.

2000

- «**Conhecimento e Educação na Sociedade dos Saberes**», comunicação apresentada na Academia das Ciências de Lisboa – Secção de Letras.
- «**Pensamento Complexo e Organização do Conhecimento**», comentário às conferências dos Prof. Edgar Morin e Adalberto Dias de Carvalho no congresso *Novo Conhecimento – Nova Aprendizagem*, Fundação Calouste Gulbenkian.
- «**Articulação dos Subsistemas**», intervenção no painel do seminário *Avaliação Global do Ensino Superior*, organizado pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior.
- «**A Educação entre o Século xx e o Século xxi: entre a utopia e a burocracia?**» Intervenção no Curso de Verão 2000, organizado pela ASA.
- «**A Questão dos Saberes na Educação de Hoje**», intervenção no II Encontro Luso-Brasileiro *Sociedade – Saberes – Educação*, organizado pela Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

- **Intervenção no âmbito das Comemorações dos 15 Anos** da Escola Superior de Educação de Portalegre.
- **«Conhecimento Pedagógico e as Competências Formativas dos Professores/Investigadores Universitários»**, intervenção na mesa-redonda do colóquio sobre *Avaliação do Ensino Superior e Formação de Professores*, organizado pela Universidade Nova de Lisboa.

2001

- **«Novas Concepções dos Sistemas Educativos – Tendências actuais de mudança organizacional e da política de Educação»**, intervenção no I Congresso de Professores de Educação Moral e Religiosa Católica, organizado pelo Secretariado Nacional de Educação Cristã.
- **Intervenção na Conferência *Políticas de Formação ao Longo da Vida***, Lisboa.
- **«Contributos para a Reformulação da Estratégia Nacional»**, intervenção no seminário *Novos Espaços de Segurança e Defesa*, organizado pelo Instituto de Altos Estudos Militares.

2002

- **«A Reforma da Educação – das Reformas dos Sistemas Educativos à Construção de Novos Espaços de Educação e Formação na Sociedade Cognitiva»**, conferência proferida no curso de Defesa Nacional 2001/2002.
- Participação na Vídeo-Conferência ***Gestão do Conhecimento***, organizada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- **«Qualificações, Iniciativa e Capacidade Organizadora»**, intervenção no painel do seminário *Novas Políticas para a Competitividade*, organizado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.
- **«Até que ponto... as asas brancas»**, intervenção como comentadora da 4.^a sessão científica do Encontro Internacional ***MAISCRIANÇA – as necessidades irreduzíveis***.

2003

- «**Políticas Educativas e Desenvolvimento Económico – A perspectiva da corrente de gestão e criação do conhecimento**», artigo publicado na revista *Economista*.
- «**Investigação em educação – Novas Perspectivas**», intervenção no Encontro de Licenciados em Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- «**Investigação em Ciências Sociais e Humanas – Como e Porquê?**» Intervenção no VI Simpósio do Serviço de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra.
- **Intervenção no Seminário *Qualidade de Vida e Deficiência***, organizado pela Liga Portuguesa de Deficientes Motores, Lisboa.

2004

- «**Regulação Social da Formação – a problemática do Ensino Superior**», artigo publicado na revista *Economista*.
- «**A Formação ao Longo da Vida e a Regulação Social da Educação**», artigo publicado na revista *Trajectos*.
- «**Do Direito à Educação à Equidade na Educação**», conferência proferida no seminário *O Direito à Educação e a Educação dos Direitos*, organizado pelo Conselho Nacional de Educação.
- «**Avaliação das escolas e das aprendizagens**», intervenção no I Encontro de Escolas Oeste em Rede, organizado pelos centros de formação da Associação de Escolas do Oeste.

2005

- «**A Cidadania Contemporânea: uma conquista de afirmação humana**», conferência proferida no Instituto Humanismo e Desenvolvimento.

2006

- «**Política de Educação: da perspectiva económica e gestionária à perspectiva política e educativa**», artigo publicado na revista *Economista*.
- «**Futuros para a Educação: a inteligibilidade indispensável**», artigo publicado na revista *Évora*.

Participação em outras reuniões científicas internacionais

- *Rencontres Franco-Portugais en Sciences de l'Éducation*, Rennes 1990, Nantes 1991.
- *Cours avancé 1991* – Les Sciences Cognitives et l'Éducation – Archives Jean Piaget, Universidade de Genebra.
- *Colloque Inter Universitaire Européen*, 1989, Éducation et Entreprise en Europe, Paris.
- *Biennale de l'Éducation et de la Formation – Debats sur les Recherches et les Innovations*, 1994, Sorbonne, Paris.
- *Colloque Temps, Éducation et Société*, 1993, l'Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique en Éducation, Caen.
- *Rencontre pour la preparation des reseaux de recherche européenne*, 1995, Bordéus. Reunião realizada ao abrigo do Programa TSER – CEE.
- *Formation en Alternance*, 1996, Lyon e Bruxelas, reuniões realizadas no âmbito do «Groupe de Réflexion Éducation et Formation».
- *Educação e Sociedade da Informação*, 1997, conferência realizada em vários encontros e debates sobre o tema no âmbito da divulgação do Livro Verde sobre a Sociedade da Informação.
- *Vers une société de la connaissance – conséquences pour le modèle européen de société*, 1999. Carrefour de Bruges.
- *II Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância*, 2002, Brasília.

- *Sur la Complexité des Relations entre la Formation de la Personne et le Développement Durable de la Société*, 2003. Conferência proferida no Grand Atelier MCX, Lille.
- *Chemins de Formation: inscrire dans la société les chemins de l'auto-organisation, de l'autonomie et de l'identité*, 2005. Conferência proferida no Colloque de Cérisy.
- *Les processus d'intégration/refus de la pensée systémique et de la modélisation de la complexité vers une nouvelle logique du politique*, 2005. Conferência proferida no 6ème Congrès Européen de Science des Systèmes.

Organização de encontros científicos

- Conferência sobre *Situação, Problemas e Perspectivas da Juventude em Portugal*, FCG, 1983.
- Seminários de *Apresentação e discussão pública dos diversos documentos publicados (cadernos IED – Juventude) resultantes do Projecto Juventude*, Faculdade de Ciências da UL, 1983/86.
- Encontro sobre *Análise Sistémica – Novas abordagens de investigação*, com o Prof. George Lerbet, Faculdade de Ciências da UL, 1985.
- Encontro sobre *Alternância – Relação entre saberes teóricos e práticos*, com o Prof. George Legroux, IED, 1986.
- 1.ª Conferência sobre *Educação e Mudança*, Sociedade Portuguesa das Ciências de Educação, Instituto Franco-Português, Lisboa, 1990.
- Encontro sobre *Formação em Alternância e Produção de Saberes*, com o Prof. Paul Bachelard, 1992.
- *Conferência Internacional sobre o Partenariado Educativo Contra a Exclusão Social*, em parceria com o Conselho Nacional de Educação e a Comunidade Europeia, Tomar.

Participação em júris de avaliação de projectos de investigação

- Avaliação de Projectos de Investigação em Ciências da Educação (JNICT). Coordenação dos painéis de Avaliação em 1987, 1988, 1989 e participação, nesses painéis, nos anos seguintes;
- Avaliação de Candidaturas de Bolsas para Mestrado e Doutoramento em Ciências da Educação (JNICT) desde 1989;
- Avaliação de Projectos de Investigação – Ciências da Educação (Programa Praxis) 1995;
- Avaliação de Projectos de Investigação/Inovação – IIE (Instituto de Inovação Educacional) 1991, 1992 e 1993;
- Júri Prémio Rui Grácio – Participou como membro do júri para selecção do melhor trabalho de investigação publicado anualmente em Ciências da Educação no ano de 1993 (como presidente de júri) e como membro em 1994;
- Elaboração de pareceres para o júri de atribuição do prémio em Ciências Sociais da Fundação Calouste Gulbenkian;
- Avaliação das Unidades de Investigação em Ciências da Educação e Psicologia (como coordenadora) – Ministério da Ciência e Tecnologia 1996 e 1997. Elaboração do relatório final e do parecer especializado;
- Avaliação de Projectos na área «Education and Training» – Target Socio-Economic Research Programme – DG XI, Bruxelas, 1995.

Conselhos Editoriais de Revistas Científicas e de Especialidade

- Revista *Desenvolvimento* (1986/1989). Directora. Propriedade do IED.
- Revista *Análise Psicológica*. Membro do Conselho de Redacção. Propriedade do ISPA.
- Revista *Educação*. Conselho Redactorial. Propriedade do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências de Lisboa.

- Revista *Inovação* (1989/1993). Conselho Redactorial. Propriedade do Instituto de Inovação Educacional, ME.
- Revista *Penser l'Éducation*. Conseil de Redaction. Universidade de Rouen, Department des Sciences de l'Éducation.
- Revista *AlterEgo*. Conselho de Redacção. Propriedade do Centro de Estudos Psicossociais da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Distinções

- *Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique*, concedida por Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, em Maio de 1997.

Consultorias

- Consultora do Banco Mundial – PNUD – realização de uma Missão à Guiné-Bissau e elaboração de um relatório sobre Avaliação da Política Educativa do País, 1990. Difusão restrita;
- Consultora da Presidência das Comunidades Europeias, ao nível do «Groupe de Reflexion sur l'Education/Formation», desde 1995;
- Consultora do Centre de Développement de la Formation Professionnelle (CEDEFOP/CEE). Elaboração dos seguintes estudos:
 - *Formation Professionnelle* (Portugal), 1993 – reuniões de apresentação e avaliação do relatório português (Berlim). Relatório incluído em documentos de trabalho do CEDEFOP;
 - *Trainers of Trainers*, 1994 – reuniões de avaliação (Berlim). Apresentação do estudo na Conferência *Formation de Formateurs*, Segóvia. Relatório incluído em documentos de trabalho do CEDEFOP
 - *The Quality of Vocational Training* (Portugal), 1995. Apresentação do estudo e relatório de um grupo de trabalho na Conferência *Quality of Vocational Training*, Atenas, 1995. Relatório incluído em documentos de trabalho do CEDEFOP.

- Consultora da DGXII da Comissão Europeia para elaboração de um relatório sobre l'Orientation Professionnelle pour la Mobilité des Jeunes en Formation. Neste âmbito, coordenou o estudo elaborado por uma equipa internacional que foi apresentado e discutido na Conferência sobre Le Nouveau Rôle de l'Orientation Professionnelle dans le Cadre du Marché Unique, realizada em Dezembro de 1994. Publicação CEE.
- Consultora junto do Commissariado Europeu para a Educação e Formação para a análise da Política Educativa Europeia, no âmbito do «Groupe de Réflexion» junto da Comissária Edith Cresson.

Serviços à Comunidade

- Coordenação do estudo e projecto, apoio à criação e à orientação pedagógica da Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento, 1988/93. Elaborou, em colaboração, o Relatório Final para difusão e avaliação.
- Coordenação e leccionação de cadeiras dos cursos de Formação de Formadores (para Empresas) realizados no UNINOVA e orientados para alunos finalistas da FCT, 1992/95. Para apoiar estes cursos, criou e coordenou no UNINOVA o Centro de Estudos para a Formação Contínua (CEFOC).
- Coordenação e leccionação de cadeiras de um curso de Aprofundamento de Análise e Gestão Escolar, destinado a professores do Ensino Secundário (no âmbito do Programa *Forgest*), 1993/94.
- Coordenação e leccionação de cadeiras de um curso de Formação de Professores para o Ensino Profissional (no âmbito do Programa do Fundo Social Europeu), 1989/90.
- Coordenação e leccionação de cadeiras de um curso de Formação de Formadores para Recuperação Urbana, no âmbito de um protocolo realizado entre a CML e a EPUL, 1994.
- Apoio a vários projectos de inovação escolar, realizados em escolas do concelho de Almada, e a projectos de formação contínua de professores nessas escolas.

Votos de Pesar

Conselho Nacional de Educação

Falecimento

Prof.^a Doutora Maria Teresa Ambrósio
(1937-2006)

Faleceu hoje, vítima de doença prolongada, a Prof.^a Doutora Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio, Professora jubilada da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e ex-Presidente do Conselho Nacional de Educação.

Ao longo da sua vida profissional, desenvolveu intensa actividade, designadamente nos domínios académico, político, e da administração, evidenciando-se a sua forte dimensão cívica em todos estes domínios.

No seu percurso profissional, destacam-se as funções de Técnica de Planeamento da Educação, no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros e no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. A educação seria, aliás, a área em que centrou os seus trabalhos de investigação e de intervenção política. Foi ainda Directora do Instituto de Estudos e Desenvolvimento – IED.

Professora «Agrégee» da Universidade de Tours – François Rabelais, a Prof.^a Doutora Teresa Ambrósio viria a fundar, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, a Secção de Ciências da Educação. Neste mesmo departamento universitário, coordenaria a Unidade de Investigação em Educação e Desenvolvimento, bem como o Mestrado em Ciências da Educação – Educação e Desenvolvimento.

Maria Teresa Ambrósio foi deputada à Assembleia da República, pelo Partido Socialista, entre 1976 e 1983, havendo então sido presidente da Comissão Parlamentar da Condição Feminina e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS e da Comissão Parlamentar de Educação. Membro do Conselho Consultivo do International Institute of Higher Education (Unesco) e do Grupo de Reflexão sobre Políticas de Educação e Formação,

constituído no âmbito da Presidência da Comissão Europeia, a Prof.^a Doutora Maria Teresa Ambrósio desempenhou ainda as funções de Presidente do Conselho Nacional de Educação, por eleição da Assembleia da República, no período de 1996-2000, e de novo, num segundo mandato, entre 2000 e 2002.

A Educação, nas suas relações com a Democracia e o Desenvolvimento, constituiu a sua área preferencial de estudo e investigação. Diversas e numerosas publicações (livros, artigos, comunicações, pareceres e relatórios) testemunham essa actividade profissional, bem como o grau e qualidade da intervenção cívica e política que realizou.

O Conselho Nacional de Educação presta sentida homenagem à Professora Teresa Ambrósio e apresenta à sua família profundo Voto de Pesar.

Presidente do Conselho Nacional de Educação, *Júlio Pedrosa*
Lisboa, 11 de Setembro de 2006

*Assembleia da República*VOTO DE PESAR N.º 65/X
PELO FALECIMENTO
DA PROFESSORA TERESA AMBRÓSIO

A morte da Professora Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio constituiu uma grande perda para todos nós.

Mulher de estudo e de conhecimento, Teresa Ambrósio distinguiu-se como investigadora e professora na área das Ciências da Educação e da Sociologia: licenciada em Ciências Físico-Químicas pela Universidade de Lisboa (1959), Mestre em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Grenoble (1975), Doutora em Ciências da Educação pelas Universidades de Lisboa e Tours (1986), foi Professora da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, onde criou a Unidade de Investigação, Educação e Desenvolvimento e era coordenadora do Mestrado em Ciências da Educação, e foi também Professora «Agrégee» da Universidade de Tours – François Rabelais. Na qualidade de coordenadora de painéis na área das Ciências da Educação e da Psicologia, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, foi avaliadora de unidades, projectos e bolsas de investigação. Da sua produção de investigação e de reflexão científicas serão de destacar, entre muitos outros títulos, as obras *Reinventar o Pensamento Educativo* (1998), e *Qualificação de Recursos Humanos e Valorização Humana* (2003).

Mulher de causas e de actuação política, Teresa Ambrósio foi deputada na primeira Assembleia Municipal de Lisboa, pelo Partido Socialista (1977-1979), e deputada da Assembleia da República, também pelo Partido Socialista (1976 e 1983), onde desempenhou os cargos de presidente da Comissão Parlamentar da Condição Feminina, vice-presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e vice-presidente da Comissão Parlamentar de Educação. Tendo tomado posições de destaque em causas de grande impacto social, Teresa Ambrósio ocupou um lugar de primeira linha nos debates que, em 1982 e 1983, tiveram lugar nesta Assembleia a propósito

de vários projectos de lei relacionados com o planeamento familiar e a interrupção voluntária da gravidez, de que era defensora.

Mulher de acção e de intervenção social no espaço português e europeu, Teresa Ambrósio foi Presidente do Conselho Nacional de Educação (1996-2002), e nessa qualidade Presidente da Rede Europeia de Conselhos Nacionais de Educação (1997), membro do Conselho Executivo da Rede Europeia da «Modelisation de la Complexité» (desde 2003), consultora da Comunidade Europeia na área da Educação e Formação, e participante em várias Redes Internacionais de Formação de Recursos Humanos, Mudança Social e Desenvolvimento. E foi membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

Mas é à grande causa da Educação que o nome da Professora Teresa Ambrósio ficará ligado de um modo mais evidente. Defensora do valor pedagógico do saber multidisciplinar, Teresa Ambrósio acreditava num sistema educativo que pudesse «formar espíritos capazes de organizar os conhecimentos, (... de...) ensinar a condição humana e aprender a viver. (... e de...) criar uma escola de cidadania» – enfim, um sistema educativo que fosse capaz de «ajudar o aluno a reconhecer-se na sua Humanidade, a situar-se no mundo e a assumi-lo».

A Assembleia da República presta sentida homenagem à personalidade, à obra e à memória da Professora Teresa Ambrósio, e manifesta aos seus familiares o sentimento da mais profunda condolência.

Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*
Reunião Plenária de 21 de Setembro de 2006



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VOTO DE PESAR N.º 6/2006

Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio faleceu no dia 11 de Setembro de 2006, aos 70 anos de idade, vítima de doença prolongada.

Maria Teresa Ambrósio foi uma cidadã exemplar, que pugnou ao longo da sua vida pela elevação do papel da mulher portuguesa nos campos da Cultura, da Educação e da Política, às quais consagrou a sua vida.

Foi eleita deputada à Assembleia da República pelo Partido Socialista (1976-1983), tendo sido eleita Presidente da Comissão Parlamentar da Condição Feminina, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Educação.

Foi igualmente eleita deputada pelo Partido Socialista à primeira Assembleia Municipal de Lisboa, em 1977, onde assumiu o lugar de segunda Secretária da Assembleia, entre 1977 e 1979.

Maria Teresa Ambrósio foi, ainda, entre 1996 e 2002, a primeira mulher a presidir ao Conselho Nacional de Educação, cargo para o qual foi eleita pela Assembleia da República.

A nível internacional, para além de Professora Agregada da Universidade de Tours, foi Maria Teresa Ambrósio também consultora da Comunidade Europeia e da Unesco para as áreas da Educação, do Ensino Superior e da Formação.

Podemos destacar do seu vasto *curriculum* académico:

- Doutoramento em Ciências da Educação pela Universidade de Tours (Doctorat d’Etat) e pela Universidade de Lisboa;
- Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Grenoble (1975);
- Licenciatura em Ciências Físico-Químicas pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (1959);
- Professora Associada da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa – Departamento das Ciências e Tecnologias de Educação e Formação;
- Professora «Agrégee» da Universidade de Tours – François Rabelais;
- Membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa;
- Membro da Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação;
- Membro da Associação Internacional de Língua Francesa de Investigação Educativa;
- Membro do Conselho Executivo da Rede Europeia da Modelisation de la Complexité;
- Participante em várias Redes Internacionais de Formação de Recursos Humanos, Mudança Social e Desenvolvimento.

A Câmara Municipal de Lisboa, hoje reunida, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento da Dra. Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio;
2. Recomendar à Comissão Municipal de Toponímia que pondere a atribuição do nome da Dra. Maria Teresa Ambrósio a uma artéria, praça, ou jardim de Lisboa, cidade que ela tanto amou;
3. Recomendar à Comissão Municipal de Toponímia que pondere a atribuição do nome da Dra. Maria Teresa Ambrósio a uma Escola da cidade de Lisboa, por ser a Educação uma área a que ela se dedicou a vida inteira.

O Presidente em Exercício, *Carlos Fontão de Carvalho*
Lisboa, 13 de Setembro de 2006

Testemunhos:

Júlio Pedrosa

Presidente do Conselho Nacional de Educação

João Cravinho

Presidente da Comissão Directiva do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

António Nóvoa

Reitor da Universidade de Lisboa

Cândido Marciano da Silva

Professor Universitário Jubilado

Mariana Gaio Alves

Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Univ. Nova de Lisboa

Adriano Moreira

Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

António Guterres

Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados

Maria da Glória Garcia

Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Graça Vasconcellos

Comissão Directiva do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

Margarida Marques

Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal

Guilherme d'Oliveira Martins

Presidente do Tribunal de Contas

Manuela Silva

Presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz

João Salgueiro

Presidente da Associação Portuguesa de Bancos

Roberto Carneiro

Professor Associado da Universidade Católica Portuguesa